

A Economia Solidária em face da Covid-19

Dezembro de 2021

FICHA TÉCNICA

Edição

ACEESA (Per Review)

N.º de registo na ERC

Nota: isenta de registo na ERC ao abrigo do decreto regulamentar 8/99 de 9/06 artigo 12ª - 1 - a

Fotografias

António Ferreira Pacheco

Design Gráfico

Cresaçor/Criações Periférica

Execução Gráfica

Coingra, Lda.

ISSN

1647-5968

Depósito Legal

293560/09

Tiragem

250 exemplares

Dezembro 2021

Papel 100% reciclado

ACEESA

Rua D. Maria José Borges, n.º 137
9500 - 466 Ponta Delgada
São Miguel – Açores – Portugal

T +351 296 099 433 | +351 296 281 554

ceesageral@gmail.com

<https://www.facebook.com/CentrodeEstudosdeEconomiaSolidariadoAtlantico/>

Financiamento:

Apoio:

Director/Editor - in - chief

Rogério Roque Amaro

Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro de
Estudos de Economia Solidária do
Atlântico – Portugal

Diretora Executiva / Executive Editor

Catarina Pacheco Borges

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Conselho Editorial / Editorial Board

Artur Martins

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Catarina Pacheco Borges

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Célia Pereira

CRESAÇOR – Cooperativa
Regional de Economia Solidária
dos Açores – Portugal

Jean-Louis Laville

CNAM – Conservatoire National
des Arts et Métiers – França

Jordi Estivill

Universidade de Barcelona –
Catalunha – Espanha

Rogério Roque Amaro

Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Comissão Científica Internacional / International Advisory Board

Rogério Roque Amaro

Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Jean-Louis Laville

CNAM – Conservatoire National
des Arts et Métiers – França

Jordi Estivill

Universidade de
Barcelona – Catalunha – Espanha

Ana Margarida Esteves

CEI – IUL – Centro de Estudos
Internacionais – Portugal

António David Cattani

UFRGS – Universidade Federal
do Rio Grande do Sul – Brasil

Casimiro Balsa

Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova
de Lisboa – Portugal

Cláudio Furtado

Universidade de Cabo Verde
– Cabo Verde

Clébia Mardonia Freitas

UNILAB – Universidade da
Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira – Brasil

Genauto França Filho

UFBA – Universidade Federal da
Bahia – Brasil

José Fialho Feliciano

Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias –
Portugal

José Manuel Henriques

Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

Leão Lopes

Atelier – Mar – Cabo Verde
Instituto Universitário
de Arte, Tecnologia e
Cultura – Mindelo – Cabo Verde

Luciene Rodrigues

UNIMONTES – Universidade
Estadual de Montes
Claros – Minas Gerais – Brasil

Luís Inácio Gaiger

UNISINOS – Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – Rio
Grande do Sul – Brasil

Maliha Safri

Drew University – Estados
Unidos da América

Maria de Fátima Ferreiro

Instituto Universitário de Lisboa
(ISCTE – IUL) – Portugal

Paul Israel Singer

(in memoriam)
USP – Universidade de
São Paulo – Brasil

Pedro Hespanha

Faculdade de Economia
da Universidade de
Coimbra – Portugal

Redação/Offices

ACEESA – Associação Centro
de Estudos de Economia Solidária
do Atlântico – Portugal

Rua D. Maria José Borges, 137
9500-466 Ponta Delgada
São Miguel – Açores – Portugal
ceesageral@gmail.com

Plataformas On-line

Latindex, socioeco.org

ÍNDICE

- 7 NOTA EDITORIAL**
Rogério Roque Amaro
- 20 MOSAICO INTERNACIONAL DE RESPUESTAS Y ALTERNATIVAS FRENTE A LA ACTUAL CRISIS. EL PAPEL DE LA ECONOMIA SOCIAL Y SOLIDÀRIA**
Jordi Estivill
- 34 ONDE ESTÁ A “MÃO INVISÍVEL” EM ÉPOCA DE PANDEMIA?**
Ana Rita Filipe Monteiro
- 66 THE COMMUNITY GROUPS OF LISBON AS “COMMONS”**
Bárbara Ferreira | Rogério Roque Amaro
- 102 A PANDEMIA DO COVID-19 E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA SOLIDÀRIA: O CASO CIEPS/UFU**
Cristiane Betanho | Jéssica Caroline Fonseca Lopes
José Eduardo Fernandes | Maria Raquel Caixeta Gandolfi
Peterson Elizandro Gandolfi
- 126 UNA ECONOMIA PER LA VIDA DE LA COVID-19 A UN NOU MODEL ECONÒMIC PLURAL, DEMOCRÀTIC, RELOCALITZAT I ECOLÒGIC PER CATALUNYA**
Ivan Miró
- 142 UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNANÇA LOCAL PARTILHADA E PARTICIPATIVA**
Mariana Lima | Rogério Roque Amaro | Bárbara Ferreira
- 154 O DIREITO À CIDADE: OS DESAFIOS ATUAIS NOS ESPAÇOS URBANOS ESTADO DE BEM-ESTAR E ECONOMIA SOLIDÀRIA**
Ana Gama | Ana Silva | Gil Sousa
- 177 CAMPANHA DE ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES AINDA SE FALA NISSO?**
Catarina Pacheco Borges

Nota Editorial

Rogério Roque Amaro

A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FACE DA COVID-19

E de repente o vírus invadiu as nossas vidas, de uma forma transversal e global. Transversal porque atingiu-nos a todos e todas, directa ou indirectamente, em várias vertentes e dimensões das nossas existências. Global, porque rapidamente se tornou uma pandemia, atingindo todos os países, sem que as fronteiras o pudessem parar ou delimitar.

Mas não foi a primeira. Muitas outras pandemias deixaram os seus efeitos terríveis e a sua má fama na História. Duas das mais conhecidas foram a peste negra que, em meados do século XIV, assolou e matou entre um terço e metade da população da Europa, e a chamada pneumónica ou (impropriamente) “gripe espanhola”, que aterrorizou o Mundo e provocou milhões de mortos entre 1918 e 1920¹. Para além de muitas outras, que alastraram pelo Mundo, ao longo dos séculos, e deixaram memórias e marcas muito negativas e até traumáticas.

Em finais de 2019, desencadeou-se, na China, o “ataque” do coronavírus SARS-CoV-2, que rapidamente gerou a pandemia da COVID-19 e infectou, até agora, pelo menos 526 milhões de Pessoas em todo o Mundo, matando pelo menos 6 milhões de Pessoas².

Os seus efeitos têm sido devastadores e contraditórios, a vários níveis.

Destruiu empresas e actividades económicas, provocou falências e desemprego. Mas também fez aumentar escandalosamente, em milhões de milhões, os lucros das empresas do chamado capitalismo de plataforma (como a Amazon, a Google, a Microsoft, a Zoom) ou as grandes empresas dos ramos alimentar, energético e farmacêutico e os grandes laboratórios de análises, por ter feito prosperar muito os seus negócios ou serem beneficiadas pelos aumentos de preços (como, mais recentemente devido à guerra na Ucrânia).

Provocou pobreza e exclusão social, fez aumentar as situações de maior dificuldade de sobrevivência, aumentou exponencialmente as desigualdades³.

Mudou radicalmente as formas de trabalho em muitas profissões, com o surgimento e explosão do teletrabalho, não apenas como estratégia de defesa e confinamento, mas depois como novo modo de trabalho e de regulação salarial, acentuando a separação e a fragmentação do mercado de trabalho, uma vez que muitas funções (normalmente as menos qualificadas, como as relacionadas com a limpeza, o atendimento nas caixas registadoras, a construção civil e obras públicas e, em geral, as tarefas da chamada Economia do Cuidado) não se coadunam com o sistema de teletrabalho. Foram também estas profissões as que estiveram mais expostas à infecção pelo vírus.

Por outro lado, o teletrabalho pode ter aumentado a produtividade, mas, muitas vezes, à custa de uma efectiva maior intensidade e exploração do trabalho e de uma tendência para se sobrepor o tempo de trabalho com o tempo de vida pessoal, incluindo o descanso.

Outra área em que a pandemia tem deixado marcas preocupantes é a da Saúde Mental. Os sucessivos confinamentos e permanências longas em casa, para muitos em solidão, os medos que ela tem provocado, as constantes notícias sobre as mortes e os riscos, o sofrimento e morte de familiares e amigos, as dificuldades e as preocupações financeiras, a perda de empregos, os imperativos do distanciamento físico⁴, tudo isso tem provocado um aumento das perturbações mentais, nomeadamente de situações depressivas e de ansiedade e o agravamento de outras patologias, ligadas, por exemplo, à esquizofrenia e a paranóias⁵.

As respostas têm sido insuficientes, até porque os sistemas de saúde não estavam preparados para tal ou ficaram sobrelotados com as respostas emergentes às sucessivas vagas da pandemia.

Por outro lado, as incidências e implicações da COVID-19 vieram revelar o pior e o melhor da Humanidade. Em alguns casos, acentuaram comportamentos individualistas e egoístas, fazendo ressaltar a lógica do “salve-se quem puder”, mesmo no seio familiar. Mas, em muitos outros casos, afirmaram-se atitudes de intensa e atenta solidariedade pelos membros da família, da vizinhança, da comunidade ou da Sociedade, em geral, mais fragilizados ou isolados.

Pessoalmente, por exemplo, testemunhei ou me envolvi em dezenas de iniciativas de solidariedade e entreajuda, protagonizadas pelos Grupos Comunitários e/ou por Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa,

por vezes, em parceria com as autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia). Em Lisboa-Cidade, deu inclusive origem a um processo inovador de co-gestão de problemas e desafios do território, numa lógica inédita de parceria público-comum, a que se tem chamado GLPP-Governança Local Partilhada e Participativa⁶.

Se nos situarmos numa perspectiva de análise dos efeitos económicos da pandemia, em termos globais, consideremos, de uma forma sintética, os quatro tipos de Economia, correspondendo aos quatro princípios económicos da vida real:

- a) No que se refere à Economia de Mercado, que se rege pelo princípio económico do Mercado, pode-se assinalar três principais situações: algumas empresas ficaram em grandes dificuldades, verificando-se alguns casos de falências; outras, nomeadamente nos ramos já assinalados, prosperaram e viram os seus lucros aumentados (em alguns casos até de forma escandalosa); e também houve empresas que revelaram preocupações de responsabilidade social e de solidariedade com as Pessoas com mais dificuldades do seu território envolvente ou com os/as seus/suas Trabalhadores/as;
- b) Quanto à Economia Pública ou do Estado, que segue o princípio económico da Redistribuição... não teve outro remédio senão envolver-se activamente nas respostas políticas, económicas e sociais exigidas pela pandemia, tornando evidente que o Estado não pode ser colocado fora das equações de resolução dos problemas e desafios das nossas sociedades actuais, contrariando o que as propostas neo-liberais mais radicais defendem;

- c) Por seu turno, a Economia Doméstica, caracterizada pelo princípio económico da Domesticidade, foi muitas vezes a resposta reactivada para fazer frente, de forma autónoma e solidária, às necessidades e às dificuldades, provocadas pela pandemia;
- d) Quanto à Economia Social e Solidária, que tem como referência o princípio económico da Reciprocidade, por um lado passou também por dificuldades, por outro mobilizou os seus recursos de forma solidária, para promover respostas de proximidade e para complementar as respostas do Estado às situações mais fragilizadas, estando, muitas vezes, na primeira linha dessas respostas⁷.

É exactamente este o desafio deste número da Revista de Economia Solidária, o de contribuir para caracterizar o papel da Economia Solidária no contexto da pandemia da COVID-19.

No primeiro artigo, Jordi Estivill, professor catedrático jubilado da Universidade de Barcelona e um dos mais destacados protagonistas da Rede Catalã de Economia Solidária, apresenta um quadro geral de diversas iniciativas de Economia Solidária, promovidas em vários países (com referências ao Canadá, Equador, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Itália, Mali, Portugal, Senegal, Suécia), naquilo que designa como um “mosaico internacional de respostas e alternativas diante da crise actual”, salientando o “papel da Economia Social e Solidária” e chamando a atenção para os “três perigos” que surgem perante o “inédito e trágico panorama” que a crise pandémica veio provocar: o perigo da “vontade de regresso à pretensa normalidade

anterior”; o perigo de se ir atrás do “canto das sereias” daqueles que entendem que o Mercado (e a responsabilidade individual) ou o Estado, só por si, cada um deles por seu lado, são a resposta adequada à crise; o perigo da predominância das linguagens militares e sanitárias, centrando-se e fixando-se em indicadores “convencionais sanitários e económicos”, para justificar o “confinamento em casa, as respostas individuais, o autoritarismo, (...) a limitação dos direitos dos cidadãos, a medicalização das esperanças (vacina), a monetarização das medidas (rendimentos mínimos)”.

No segundo artigo, Ana Rita Monteiro, licenciada em Economia e Mestranda em Economia e Políticas Públicas, do ISCTE-IUL, lança uma questão muito pertinente e oportuna: “Onde está a ‘mão invisível’ em época de pandemia?”. No essencial, argumenta, “com base na recolha e análise de vários exemplos”, durante a pandemia, que: 1) a “mão invisível que teoricamente harmoniza interesses próprios no bem comum, torna as nossas sociedades muito vulneráveis”; 2) “as políticas públicas implementadas pelo Estado, numa lógica redistributiva, (...), não conseguem chegar imediatamente a quem não se encaixa num risco tradicional”; 3) “a Economia Solidária se apresenta como a mão invisível capaz de cuidar, proteger, apoiar e emancipar, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural, participativa, inclusiva e cooperante”.

No terceiro artigo, Bárbara Ferreira, doutoranda em Sociologia Económica, no ISEG - Universidade de Lisboa, e Rogério Roque Amaro apresentam os casos dos Grupos Comunitários de Lisboa, como experiências muito interessantes de Participação Comunitária, conjugada com

Parcerias com as Instituições que intervêm nesses territórios, para identificar os seus problemas e desafios e reivindicar ou construir colectivamente as suas soluções, configurando o que se define como “Novos Comuns”, neste caso Imateriais, e que também se poderiam designar por “Baldios Imateriais Urbanos”. Reflectindo essas experiências, que ambos têm acompanhado de perto, propõem ainda a sua relação com a Economia Solidária e, a partir de alguns exemplos, nomeadamente determinados pelos desafios da COVID-19, referem e caracterizam o início de uma dinâmica inovadora de co-gestão dos problemas e desafios da Cidade de Lisboa, envolvendo os Grupos Comunitários e a Câmara Municipal de Lisboa - Departamentos de Higiene Urbana e de Desenvolvimento Local, que passam a definir como Governança Local Partilhada e Participativa.

O quarto artigo é um texto colectivo de cinco investigadores/as ligados à UFU - Universidade Federal da Uberlândia, localizada no Estado de Minas Gerais, no Brasil (Cristiane Betanho - docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, do Curso de Mestrado Profissional da FAGEN - Faculdade de Gestão e Negócios, da UFU/MG e coordenadora geral do CIEPS - Centro de Incubação em Empreendimentos Populares e Solidários - UFU/MG; Jéssica Caroline Fonseca Lopes - Mestranda do Programa de Pós-Graduação referido; José Eduardo Fernandes - *in memoriam* - tendo sido pesquisador e extensionista dos Programas desenvolvidos pelo CIEPS-UFU/MG; Maria Raquel Caixeta Gandolfi - docente da FAGEN da UFU/MG e pesquisadora e extensionista do CIEPS-UFU/MG; e Peterson Elizandro Gandolfi - docente do Programa de Pós-Graduação referido e coordenador do CIEPS-UFU/

MG/Patos de Minas). Neste artigo, intitulado “A Pandemia do Covid-19 e seus reflexos na Economia Solidária: o caso CIEPS/UFU”, procura-se reflectir sobre as estratégias adoptadas pela UFU, em particular pelo CIEPS, para fazer face aos problemas e desafios colocados pelos efeitos da pandemia. São particularmente interessantes as referências que fazem às iniciativas ligadas à Economia Solidária, como projecto de extensão universitária, nomeadamente através da realização da Feirinha de Economia Solidária no Campus da UFU e da confecção de Cestas Solidárias, a partir de produtos agrícolas, encomendados e entregues directamente aos consumidores, numa lógica solidária de Circuitos Curtos.

O quinto texto, de Ivan Miró, economista e militante cooperativista de Barcelona, membro do Conselho Reitor da Federação de Cooperativas de Trabalho da Catalunha e da Fundação Roca Galès, apresenta uma interessante e desafiante “Proposta de Pacto Catalão para a Saúde Colectiva, a Democracia Económica e a Justiça Socioambiental”. Tendo como pontos de partida os problemas e os custos provocados, primeiro por “quarenta anos de neoliberalismo” e, depois, pela crise pandémica da COVID-19, o autor considera que é chegada a altura para se pôr em prática um novo modelo de Sociedade que valorize uma “Economia pela Vida”, baseado numa Parceria entre quatro protagonistas principais: o “sector público”; o “cooperativismo e o conjunto da Economia Social e Solidária”; o “sector privado de utilidade social”; e “as organizações populares, vicinais e comunitárias da Catalunha”. Realce-se os pontos de contacto entre esta proposta de Pacto e o modelo de Governança Local Partilhada e Participativa, referida no terceiro artigo.

Por isso, no sexto texto, Mariana Lima, licenciada em Sociologia e Mestre em “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais”, pelo ISCTE-IUL, Rogério Roque Amaro e Bárbara Ferreira, já referidos, apresentam sinteticamente uma experiência concreta de Governança Local Partilhada e Participativa, vivida nas “vilas” das Galinheiras, na freguesia de Santa Clara (Lisboa), num contexto em que o agravamento de casos de infecção nesta zona, a mais atingida pelo vírus da COVID-19, entre Maio e Junho de 2020, levou o Ministério da Saúde e as autoridades de Lisboa a pedirem apoio ao Grupo Comunitário das Galinheiras - Ameixoeira, para identificação e caracterização dos/as residentes (sobretudo os/as que estavam em situações de indocumentação em Portugal) e depois organização de rastreios e acompanhamento directo dos/as infectados/as, configurando, de forma explícita, uma dinâmica de Governança Local Partilhada e Participativa, como já se referiu.

Finalmente, apresentamos um sétimo texto, para dar cumprimento a um dos objectivos da Revista, que é também o de promover ensaios de estudantes universitários/as, que sejam considerados interessantes e validados pelos docentes responsáveis e pelo sistema de arbitragem científica da Revista, não como artigos ao mesmo nível dos que são publicados, mas como ensaios e trabalhos pedagógicos. É um texto colectivo, elaborado por três estudantes (Ana Gama, Ana Silva e Gil Sousa) da Pós-graduação em Economia Social e Solidária, do IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE-IUL, e centra-se sobre um tema diferente, uma vez que se propõe fazer uma reflexão sobre o conceito e as teorias do Direito à Cidade, a partir de três textos (um de Carlos Fortuna, outro de Luís Mendes e o ter-

ceiro de Inês Barbosa e João Teixeira Lopes), procurando responder a quatro questões:

- Qual o contributo da obra de Henri Lefebvre para o conhecimento das cidades actuais?
- Qual o papel que as políticas de reabilitação urbana no centro histórico das cidades têm na facilitação de processos de gentrificação?
- Que valores da cidade são exprimidas pelas contra narrativas em relação à turistificação, gentrificação e fachadismo cultural?
- Qual o papel da Economia Solidária no Direito à Cidade e na “luta” contra os processos de gentrificação e a defesa pelo Direito à Habitação?

NOTAS

¹ Os números ao certo não se sabe bem, mas estima-se que tenha infectado cerca de 500 milhões de Pessoas em todo o Mundo (cerca de 25% da população mundial) e provocado entre 17 e 100 milhões de mortos, mais do que a Primeira e a Segunda Guerra juntas. Cf., por exemplo, Spreeuwenberg et al. (1 de dezembro de 2018). Reassessing the Global Mortality Burden of the 1918 Influenza Pandemic. *American Journal of Epidemiology*. **187** (12): 2561–2567. doi:10.1093/aje/kwy191.

² Cf. WHO (2022). Weekly epidemiological update on COVID-19 - 1 June 2022 (<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports> - consultado em 2 de Junho de 2022). A própria OMS aponta contudo para um número de mortes subavaliado, que deve andar efectivamente por cerca de 15 milhões de Pessoas.

³ Como têm demonstrado, nos últimos anos, os relatórios e as análises, por exemplo, da Oxfam, que nos mostram como a criação de fortunas tem estado a par com a pauperização extrema de milhões de Pessoas (o surgimento de um novo bilionário a cada cerca de 30 horas foi simultâneo com o empobrecimento extremo de um milhão de Pessoas, no mesmo tempo): “Billionaire wealth and corporate profits have soared to record levels during the COVID-19 pandemic, while over a quarter of a billion more people could crash to extreme levels of poverty in 2022 because of coronavirus, rising global inequality, and the shock of food price rises supercharged by the war in Ukraine. Oxfam’s research has found that:

- Billionaires have seen their fortunes increase as much in 24 months as they did in 23 years.
- Billionaires in the food and energy sectors have seen their fortunes increase by a billion dollars every

two days. Food and energy prices have increased to their highest levels in decades. 62 new food billionaires have been created.

- The combined crises of COVID-19, rising inequality, and rising food prices could push as many as 263 million people into extreme poverty in 2022, reversing decades of progress. This is the equivalent of one million people every 33 hours.
- At the same time a new billionaire has been minted on average every 30 hours during the pandemic.
- This means that in the same time it took on average to create a new billionaire during the pandemic, one million people could be pushed into extreme poverty this year.

COVID-19 hit a world that was already deeply unequal. Decades of neoliberal economic policies have ripped away public services into private ownership and have encouraged the move toward massive concentration of corporate power and tax avoidance on a huge scale. These policies have worked to deliberately erode workers’ rights and reduce tax rates for corporations and the rich. They have also opened up the environment to levels of exploitation far beyond what our planet can bear”. Cf. Oxfam (2022). *Profiting from Pain*, p. 3 (www.oxfam.org).

⁴ ImproPRIAMENTE designado por “distanciamento social”, embora, na verdade, em muitos casos, o distanciamento físico tivesse determinado (o que não teria de acontecer) o distanciamento social...

⁵ “In the first year of the COVID-19 pandemic, global prevalence of anxiety and depression increased by a massive 25%, according to a scientific brief released by the World Health Organization (WHO)”

relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde, em 2 de Março de 2022 - who.int). Nesse relatório indica-se também que os/as Jovens e as Mulheres foram e são muito mais afectados/as do que os Homens adultos.

⁶ Cf., por exemplo, o artigo deste número, intitulado “The Community Groups of Lisbon as “Commons” e a experiência narrada no testemunho, também neste número, com a designação de “Uma experiência de Governança Local Partilhada e Participativa”. Cf. também: Amaro, Rogério Roque & Ferreira, Bárbara (2022). *Community Groups in Lisbon - Common Paths to Democratic Co-Management in the City*. Abingdon: Routledge (no prelo); Amaro, Rogério Roque (2022). *Desenvolvimento Comunitário em Portugal: Caminhos para o Aprofundamento da Democracia (Uma Governança Local Partilhada e Participativa em contexto de crises)*. In: Jordi Estivill & Casimiro Balsa (orgs.), *Economia local, comunitária e solidária - O desenvolvimento visto de baixo* (pp. 158-236). Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, Coleção “Navegar é preciso”, 328 p. (no prelo).

⁷ Cf., por exemplo: Hespânia, Pedro (2020). A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta solidária de primeira linha. In Reis, José (coord.). *Como Reorganizar um País Vulnerável?*. Coimbra: Actual Editora, 582 páginas.



PT-122000-TL
BAIA DOS ANJOS

PT-122000-TL
BAIA DOS ANJOS

FLUIDRENTICA

ENL' FERRO BAIA
PORTUGAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, Rogério Roque (2022). Desenvolvimento Comunitário em Portugal: Caminhos para o Aprofundamento da Democracia (Uma Governança Local Partilhada e Participativa em contexto de crises). In: Jordi Estivill & Casimiro Balsa (orgs.), *Economia local, comunitária e solidária - O desenvolvimento visto de baixo* (pp. 158-236). Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, Coleção “Navegar é preciso”, 328 p. (no prelo).

Amaro, Rogério Roque & Ferreira, Bárbara (2022). *Community Groups In Lisbon - Common Paths to Democratic Co-Management in the City*. Abingdom: Routledge (no prelo).

Hespanha, Pedro (2020). A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta solidária de primeira linha. In Reis, José (coord.). *Como Reorganizar um País Vulnerável?*. Coimbra: Actual Editora, 582 páginas.

Oxfam (2022). *Profiting from Pain*, p. 3 (www.oxfam.org).

Spreeuwenberg et al. (1 de dezembro de 2018). Reassessing the Global Mortality Burden of the 1918 Influenza Pandemic. *American Journal of Epidemiology*. **187** (12): 2561–2567. doi:10.1093/aje/kwy191.

WHO (2022). Weekly epidemiological update on COVID-19 - 1 June 2022 (<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports> - consultado em 2 de Junho de 2022).

MOSAICO INTERNACIONAL DE RESPUESTAS Y ALTERNATIVAS FRENTE A LA ACTUAL CRISIS. EL PAPEL DE LA ECONOMIA SOCIAL Y SOLIDÀRIA¹

Jordi Estivill

Profesor emérito de Política Social de la Universidad de Barcelona (1981-2002). Profesor desde el año 2002, del mestrado de Desarrollo, Diversidades Locales y Desafíos Mundiales y, desde el año 2005, del mestrado de Economía Social y Solidaria del ISCTE de Lisboa.

Ex Director del Gabinet D'Estudis Socials de Barcelona (1984-2002).

Cooperativa especializada en investigación, asistencia, formación y evaluación de las políticas laborales y sociales. Miembro actual de la Red Catalán de la Economía Solidaria y del Consejo Científico de RIPESS - Europa.

Experto en política social Europea habiendo participado en múltiples encuentros y programas como investigador y evaluador. Colaborador de la dirección de EAPN del programa europeo "Bridges" que se aplicó en Francia, Bélgica, Rumania, Bulgaria, España y Portugal.

Premio a la mejor trayectoria profesional en el campo social otorgado por el gobierno catalán (2010).

jordi_estivill@hotmail.com

Se abre la caja de Pandora

La actual crisis abre la caja de Pandora, la que guarda todos los males que pueden aquejar a la humanidad. ¿Apertura simbólica? No. Es una pandemia que zarandea la vida. La epidemia no es epidérmica, se sitúa en el corazón de la sociedad y de la economía y afecta profundamente las vigentes formas productivas y de consumo y unos estilos de vida que son incompatibles con la justicia social y la salud sociosanitaria del planeta². Por lo tanto, pone a prueba a una economía social y solidaria que se ve obligada e impelida a dar respuestas y a plantear alternativas frente a tanta depredación causada por el capitalismo³.

Delante de este inédito y a la vez trágico panorama emergen tres peligros.

El primero es el de la voluntad de retorno a una pretendida normalidad anterior. Como si nada hubiera ocurrido se concibe a la crisis como una oportunidad para volver a aquella normalidad. No se dan cuenta quienes defienden esta tesis que este camino no lleva sino a reproducir las condiciones que la han hecho posible. A pesar de ello, los poderes constituidos que ven tambalearse su hegemonía, las rutinas instaladas y las ventajas adquiridas, el miedo a lo desconocido, la incertidumbre del futuro conduce a que muchos intereses y mucha gente quieran que todo vuelva a ser como antes.

El segundo peligro proviene del canto de las sirenas de las dos tendencias que históricamente se han enfrentado y que reaparecen con renovada fuerza, ofreciendo sus virtudes y potencialidades como salidas a la crisis. Así, hay quienes continúan defendiendo la tesis neoliberal de la primacía del mercado y de la responsabilidad individual como lo hacen los ocho puntos de la propuesta de los empresa-

rios suizos⁴ y quienes piden una creciente intervención del estado como lo hacen la gran mayoría de los economistas convencionales. Ignoran los primeros que ha sido la voracidad del capitalismo que ha llevado a la degradación de las condiciones de vida de una gran mayoría de personas y a la explotación sin límites de la naturaleza. Ignoran los segundos que un retorno al Keynesianismo reforzaría unos estados cada vez mas obsoletos y que un aumento de la deuda publica acaba repercutiendo negativamente en los ingresos de los ciudadanos. Las dos lecturas desprecian las causalidades profundas que han generado la situación actual y que, si no se actúa sobre ellas, muy difícilmente el mundo saldrá adelante. Hay que matar, simbólicamente, a Keynes y a Friedman, si no se quiere volver al abrazo asfixiante de esta polarización que puede hacer desaparecer a una economía plural en el seno de la cual tiene sentido luchar por una economía social y solidària políticamente transformadora.

El tercer peligro consiste en que la mayoría de los discursos, a menudo utilizando un inquietante lenguaje militar, frente a la crisis actual comportan una fijación en los parámetros sanitarios y económicos más convencionales. Cada día nos aturden y nos agobian con las cifras de muertos, ingresados y egresados de los hospitales y con las negativas consecuencias actuales y futuras sobre el Producto Interior Bruto, en el empleo, en el cierre de las empresas en el empobrecimiento de la población. Todo lo cual lleva al miedo, a encerrarse en casa, a las respuestas individuales, al autoritarismo, a justificar el recorte de los derechos ciudadanos, a la medicalización de las esperanzas (vacunas), a la monetización de las medidas (Rentas mínimas).

Tiene razón Luis Razeto, uno de los creadores del concepto de economía solidaria en América Latina cuando advierte que primero se ha difundido un enfoque mecánico de la salud que estima que todo se cura con fármacos y que no tiene en cuenta la integralidad de los seres humanos en los que las dimensiones biológicas, afectivas, de convivencia social y de relación con la naturaleza son interdependientes y forman parte de la salud física y mental. Y en segundo lugar, que el cuantitativismo económico, por muy sofisticado que sea, no explica los comportamientos sociales, que la pobreza no es un fenómeno monetario y que las personas son mucho más que buscadores de beneficios⁵.

No es posible analizar aquí, el conjunto de respuestas que se están dando. Por ello, en este mosaico, solo se pueden dibujar algunas de las ideas y prácticas que sean más significativas desde el punto de vista de la economía social y solidaria.

Globalizar la solidaridad

Un primer núcleo aglutinador de posicionamientos surge de instituciones y redes internacionales, Se corresponde con el carácter mundial del fenómeno que no deja títere con cabeza. En el marco de estos posicionamientos hay un cierto debate sobre las causas directas, pero se abre paso, cada vez más, la perspectiva que el cambio climático, el deterioro de la naturaleza, la pérdida de la biodiversidad son las que han provocado la pandemia. Y que son los recortes al sistema sanitario o sus profundos déficits, y a los sistemas de protección social y las tremendas desigualdades sociales generadas por las políticas neoliberales, las que han facilitado su irradiación, junto a la globalización, y su focalización en las poblaciones más empobrecidas y debilitadas.

En este contexto, primero una buena noticia. Las cooperativas y empresas de la economía social y solidària son citadas por el manifiesto «Trabajo, democratizar, desmercantilizar y descontaminar» firmado por más de 5-500 expertos del mundo económico y universitario (Piketty, Meda, Fraser, Gough, Sachs,...) y publicado en 43 de los principales periódicos de 36 países, el día 16 de mayo, como una vía existente, la cual, demuestra que es posible aplicar aquello que proponen: crear un trabajo digno para todos, en empresas democráticas, preocupadas por la transición ecológica. Esta explícita mención, en la versión francesa, de la economía solidària era impensable hace apenas diez años.

La declaración de RIPESS (Red Intercontinental de Promoción de Economía Social y Solidària) del mes de marzo insiste en la globalización de la solidaridad. Lema que ya había presidido la primera reunión mundial de esta organización realizada en Lima en el año 1997 y que se afirmó en Luxemburgo en 2009⁶. En ella, se hace una llamada en favor del fortalecimiento de los ecosistemas territoriales de la economía social y solidària que juntamente con el sector público, permite priorizar la salud y la defensa de la vida, mejorar la cobertura de las necesidades básicas, al depender menos de las cadenas de aprovisionamiento y las finanzas globales. También propone que las medidas se tomen a escala internacional. Esta última insistencia es compartida por el Seminario sobre la economía social y solidaria de la Organización Internacional del Trabajo que ya está en su 11 edición⁷.

La declaración del 7 de abril del Grupo de Trabajo Internacional de las Naciones Unidas para la economía social y solidària, fundado en 2013, recuerda que la crisis actual muestra la debilidad del sistema frente al Covid19 y que

por lo tanto la economía social y solidaria debe seguir mostrando su responsabilidad y efectividad, así como comprometerse en debates políticos para la transformación de la estructuras económicas, sociales y políticas.

CEPAL, la agencia económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe ha inventariado desde el 13 de marzo, 126 medidas en 29 países en el campo genérico de la protección social y sanitaria (transferencias monetarias, de alimentos, de medicinas, de mascarillas,...), algunas medidas fiscales y suspensiones o exoneraciones en el pago de servicios básicos como el agua, la luz, el gas y el teléfono,...). Pero por ahora, no se ha hecho ninguna evaluación de los resultados de tales medidas. CEPAL⁸ insiste en que ahora sería la ocasión para implantar un ingreso básico de emergencia.

El contraste de estos pronunciamientos con la debilidad y casi ausencia de posición de la Unión Europea es flagrante. Su excusa es que no tiene competencias en el campo sanitario y que ha fracasado hasta ahora en la armonización a nivel europeo de la protección social⁹. De todos modos, ha sido incapaz de coordinar las políticas estatales del tratamiento de la epidemia y enfoca sus graves consecuencias económicas en términos de subsidios y prestamos monetarios a corto plazo y de establecer un escenario de futuro hacia la temible y conocida austeridad. Es decir, relajamiento momentáneo de los criterios restrictivos del gasto público y después palo en función de unas deudas publicas insostenibles.

Vías alternativas

Además de estos posicionamientos surgidos de organismos internacionales, aparecen millares de practicas

llevadas a cabo por los actores de la economía social y solidària que van construyendo vías alternativas. No es posible hacerse eco de todas ellas, pero si pueden distinguirse dos de las principales que se dibujan en este mosaico internacional.

En la perspectiva de la primera de ellas, quizás una de las respuestas más interesantes se formula en **Grecia**. País especialmente exhausto por la anterior crisis y por el tratamiento que recibió de la Unión Europea¹⁰, donde el papel de la economía solidària es el de participar en la reconstrucción del país¹¹ y donde las importantes economía informal y agricultura familiar se han visto muy afectadas por el cierre de los pequeños mercados locales y el descenso del consumo de hoteles y restaurantes y el bloqueo del transporte. Por un lado, se han creado redes locales en los barrios populares de Atenas que han acercado productores y consumidores suprimiendo intermediarios y rebajando los precios de los productos alimenticios y por otro, Agroecopolis (Red Helénica de Agroecología, Soberanía Alimenticia y Acceso a la Tierra) ha ampliado esta articulación local con una campaña nacional llamada “nos quedamos en nuestra tierra y cubrimos las necesidades de vuestro hogar”. Un video, decenas de voluntarios y más de veinte grupos locales cubren esta campaña hasta el mes de Julio en la perspectiva de la agroecología, la soberanía y la seguridad alimenticia. Incluso en Suecia, “paraíso social demócrata” se ha producido la “revuelta de las patatas”, recordando el conflicto de 11 de abril de 1917 generado por las mujeres a raíz del hambre de finales de la primera guerra mundial. Así pues, el mismo día 11 de abril, pero de 2020, grupos de mujeres depositaron sacos de patatas delante de los

ayuntamientos y del parlamento para protestar contra las formas de producción y distribución de los alimentos, proponiendo que se vaya en el sentido de la autosuficiencia y la producción sostenible.

En el progresista estado de **Kerala**, habían hecho la experiencia anterior de la epidemia del Nipah Virus y esto les ha facilitado tener una mayor seguridad alimenticia que en otros lugares de la **India**. Pero el confinamiento decretado por el gobierno central desde el mes de abril ha afectado mucho a la economía local puesto que ya no se venden la leche y los anacardos que producen los pequeños granjeros. Los esfuerzos de las cooperativas se han dirigido a encontrar sistemas de almacenamiento y conservación al por mayor y a una mayor implicación de las comunidades que tienen un peculiar sistema de participación directa¹², en el que los grupos rurales de ayuda mutua de las mujeres juegan un importante papel¹³. Han creado 1.500 cocinas populares que sirven tres comidas diarias a los asalariados agrícolas y a los inmigrantes que son los más perjudicados por la situación económica.

Igualmente, en **África**, donde la economía solidaria sale de la lucha por la supervivencia y esta muy teñida con las tradiciones de las redes primarias y comunitarias, las primeras medidas han sido de orden sanitario y alimenticio, teniendo en cuenta que es casi imposible practicar el distanciamiento cuando la vida transcurre en la calle, los mercados son multitudinarios y la gente vive al día, comprando y vendiendo lo poco que tiene. Las mujeres juegan un papel fundamental en estos mercados informales¹⁴. También aquí, aprender a secar y conservar los alimentos (tomates, pimientos, pescado,...) es crucial, así como reforzar las medidas de salud comunitaria como en las mutualidades de

mujeres por la salud reproductiva del **Senegal**¹⁵ o la producción artesanal de mascarillas realizada por las cooperativas de **Mali** que substituyen a las de importación, que son más caras. No deja de ser interesante que una parte de las actividades de las redes africanas de la economía solidaria¹⁶ se proyecten hacia el “plaidoyer” político, es decir a formular sus demandas, negociar forzar y acordar la interlocución y la implicación de una administración, a menudo ineficiente y distante de las necesidades populares.

No se puede afirmar que la toma de conciencia política sea generalizada ya que muchas respuestas siguen el camino ya trazado por los pequeños proyectos, a corto plazo, que recuerdan, en demasía, a las prácticas asistenciales más convencionales (distribución individual de alimentos, ayudas puntuales a las poblaciones más pobres,...), o que solo quieren salvar los lugares de trabajo de los profesionales, sin poner en cuestión los fundamentos del sistema. De todos modos, hay que constatar que, por todos lados, emergen ideas y prácticas que colectivizan las actuaciones, que buscan el enraizamiento territorial aprovechando los recursos locales, implicando al conjunto de actores y ciudadanos, que desarrollan nuevas articulaciones entre servicios públicos e iniciativas alternativas que ponen en el centro de sus preocupaciones la calidad de la vida y el bienestar de los ciudadanos. Reivindicaciones que penetran en las cada vez más importantes y frecuentes manifestaciones contra los poderes constituidos, el deterioro ecológico y la injusticia social. En parte, este es el caso de **Italia**¹⁷, **Portugal**¹⁸ y **Francia**¹⁹ en los que las organizaciones de la economía social y solidaria convocan debates y aprueban manifiestos, que a menudo desembocan en acciones concretas²⁰.

Igualmente, algunas de estas características se encuentran en la segunda vía. En el caso de los **Estados Unidos**, en plena ebullición de protestas y de expansión de la epidemia cuyas negativas consecuencias se ceban en los colectivos negros y en los inmigrantes debido a un peculiar sistema sociosanitario, aparecen con renovada fuerza las ideas de las ayudas mutuas, el bienestar comunitario, las iniciativas locales de desarrollo socioeconómico, la democracia participativa y la promoción del cooperativismo.

Quizás de las voces que se levantan en este país, sea interesante recoger a dos de ellas particularmente significativas, Una primera, es la de la Red Norteamericana de la economía solidaria creada en 2007 que afirma que se trata de pasar de una fase de resistencia, más frecuente en los Estados Unidos, a una de construcción²¹. Oponerse y proponer serían dos caras de una misma moneda de una economía solidaria que va adquiriendo fuerza con los Credit Unions, con los Community Lands Trust, con las monedas locales y bancos del tiempo, con las cooperativas de trabajadores y con experiencias concretas. Las cuales se extienden en las dos costas²² y se llevan a cabo, entre otras, en Jackson (Misisipi), Madison (Wisconsin), Richmond (California) Cleveland (Ohio) y en el estado de Vermont.

La experiencia de Cooperation Jackson es de las más avanzadas. Se ubica en la capital del estado de Misisipi. Uno de los estados donde la opresión a los negros ha sido más terrible y donde la resistencia ha sido más fuerte²³. Esta experiencia tiene sus raíces en las luchas por los derechos civiles y en la idea de autodeterminación y de empoderamiento comunitario de los años setenta que se han ido remodelando en torno a la democracia económica, la participación de los trabajadores y la economía solidaria, a

la que se refieren explícitamente, sin olvidar el poder municipal. Así, asambleas populares, el combate por controlar el ayuntamiento, la apropiación colectiva de la tierra, la producción agroecológica y una red de cooperativas de trabajo, de consumo y comunitarias más una incubadora, un centro formativo y un banco cooperativo²⁴, son algunas de las iniciativas más sobresalientes. Delante de la extensión de la pandemia y de la actual movilización, los dirigentes de Cooperation Jackson ponen de relieve el carácter sistémico y transversal de sus causas (supremacía blanca, medidas de Trump delante de la pandemia, degradación climática,) y de las alternativas que hay que construir (hacia la huelga general, de las protestas locales por la muerte de Floyd a un movimiento social federal...).

La segunda voz es la que se puede situar en el marco de la democracia colaborativa²⁵. El “New System Project” es una plataforma que agrupa investigadores, pensadores y activistas que quieren debatir y comprometer a redes de actuación y que ha presentado un conjunto de propuestas. Las cuales tratan de formular alternativas frente a las desigualdades económicas, las discriminaciones raciales, el deterioro climático y la crisis actual. Las seis propuestas frente a esta son: 1) Anular el pago de alquileres e hipotecas, Dar vivienda a quien no la tenga, 2) Crear consorcios financieros estatales que eviten la adquisición forzada de empresas (economía real) por parte de los fondos buitres, 3) Construir nuevas formas de bienestar comunitario, 4) Seguir con el programa lanzado por un millar de dirigentes en el mes de marzo pasado, para promover inversiones en infraestructuras que reduzcan la dependencia con respecto a los combustibles fósiles, 5) Reintroducir el sistema postal de ahorros creado durante la crisis de

2907 que proporcionò servicios bancarios básicos a millones de personas, 6) Crear un sistema sanitario general de por vida, como el de la Agencia para los Veteranos. Aquello que Obama no pudo realizar.

Si Jackson se sitúa en el profundo sur de amplias mayorías negras, Vermont se ubica en el Norte blanco. Tiene una considerable tradición de movimiento comunal y cooperativo que proviene de los años sesenta y setenta del siglo pasado²⁶. No es extraño que de este estado haya salido el candidato Bernie Sanders y que en él se encuentren muchas experiencias partenariales²⁷, de co-construcción como ahora se llama, de desarrollo socioeconómico comunitario en las que participan los municipios y los actores locales. A su lado está el **Quebec**, y es muy probable que existan mutuas influencias²⁸. Tanto en un lugar como en el otro, la forma de combatir la crisis ha sido reforzar los servicios de proximidad, los lazos socioeconómicos de las comunidades, las relaciones ente las autoridades locales y las organizaciones ciudadanas, por una mejora ambiental, sanitaria y social. El Chantier de l'Économie Sociale²⁹, creado en 1999, que es una de las plataformas más importantes de este país, empieza por poner de relieve que en la economía social hay 11.000 empresas y unos 220.000 trabajadores que trabajan en los servicios de proximidad, las ayudas a domicilio, los centros para la infancia y la vejez, y plantea un conjunto de estimulantes preguntas: Hacia donde se dirige el relanzamiento económico?, Como se puede desarrollar otra lógica socioeconómica que asegure el enraizamiento local y la calidad de la vida de las comunidades?, Y cuál es el papel de los recursos públicos y de la economía social en el próximo futuro?.

En este dialogo que va más allá de las fronteras, se pueden señalar los mutuos aprendizajes de Cleveland en Estados Unidos y Preston³⁰ en el Lancashire **Inglès** que además inspira a la ciudad de Kigoma en **Tanzania**. Las dos primeras, a las que se podría sumar Amsterdam en **Holanda**, que han sido duramente golpeadas por el anterior declive industrial, se refieren a los principios cooperativos de Rochdale y a un municipalismo socialista. Intentan construir, de abajo hacia arriba, un bienestar comunitario (Community Wealth Building) que combata las causas de las desigualdades. El concepto nació alrededor del año 2005 y se fundamenta en la utilización de las instituciones públicas (hospitales, universidades, ...) llamadas "Anchor Institutions" que para cubrir sus necesidades crean cooperativas locales y otras formas de propiedad y gestión colectivas. Los gobiernos municipales ayudan a promover este tipo de iniciativas y con la implicación de las comunidades las extienden al transporte público, el medio ambiente y la vivienda social. A raíz del Corona Virus las dos ciudades están elaborando una propuesta para democratizar las infraestructuras digitales³¹.

Así pues, en el horizonte del mosaico internacional de la economía social y solidària se dibujan dos vías: una que pone el acento en la mejora de la salud y la alimentación y otra que insiste en el dominio del territorio como lugar de la acción colectiva y cooperativa para la transformación económica y social. Ambas, recuerdan que en la caja de Pandora también se esconde la esperanza en un futuro más saludable, sostenible y solidario.

NOTAS

- ¹ Este artículo es una versión traducida y adaptada de un artículo publicado en catalán en la revista Nexa. Barcelona, Se llama la atención sobre la fecha de redacción por cuanto desde junio de 2020 hasta su publicación es muy probable que se den muchas otras respuestas y alternativas que merecerían ser contempladas. También sirvió de base para un conversatorio realizado con compañeros Latinoamericanos en el marco del Congreso Nueva Civilización.
- ² Ver el conjunto de aportaciones reunidas a Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia (Harvey, Zizek,,Badiou,...) Ed. ASPO Marzo 2020.
- ³ Miró, I. Estivill, J. (2020) Les tres revolucions de l'Economia Social i Solidària. Covid-19 i post capitalisme, Sobirania. cat
- ⁴ Appel aux milieux politiques suisses. De les Camaras de Comercio, asociaciones sectoriales i 64 de les mayores empresas de este país. Le Temps, 29.05, 2020.
- ⁵ Razeto,L. (2020) Campos de iniciativas y procesos transversales. Santiago. Universitas Nueva civilización
- ⁶ Estivill, J. (2009) Globalizando la Solidaridad. Rev. Economía Solidària n 6.
- ⁷ Ver las declaraciones de 2 de junio de 2020 Vuuern,V.Social and Solidarity Economy in the aftermath of The Covid 19. Y de Meglio,R. Post pandemia Covid 19. El abordaje territorial para un modelo economico y social más resiliente y sostenible. Rev.Desarrollo y territorio n 7 Maig 2020.
- ⁸ Declaraciones de la Secretaria Ejecutiva, Alicia Bárcena, de 12 de maig de 2020 en la presentación del Informe Desafío social en tiempos de la Covid 19.
- ⁹ Estivill, J. (2010) Políticas sociales europeas actuales y futuras, Barcelona, GES.
- ¹⁰ Theodoros Rakopoulos (2015) Solidarity economy in contemporary Greece: 'movementality', economic democracy and social reproduction. En Hart, K. Economy for and against democracy. Berghahn Books Limited.
- ¹¹ Estivill, J. (2017) L'economia solidària a Grecia. Entrevista a Petros Linardos. Rev Cooperació Catalana n 413.
- ¹² Mukherjee-Reed.A. 82015) Taking solidarity seriously: analysing Kerala's JKudumbashree as a women's Solidarity Economy experiment a Utting,P. Social and Solidarity Economy. Beyond the Firnge. Londres. Zeed Books.
- ¹³ Minimol, M. C. Makesh. K. G. (2012) Empowering rural women in Kerala: A study on the role of Self Help Groups. Kerala.Full Length Research Paper.
- ¹⁴ Kinyanjui, M.N.(2014), Women and the informal economy in urban Africa. From the margins to the centre, Londres, Zed books.
- ¹⁵ Alenda, J. (2015) La transition du système de santé Sènégalais peut-elle agir sur les inégalités sociales? Journées de l'Association Tiers Monde.
- ¹⁶ Ver el balance que presenta la Red Africana de la Economía Social y Solidaria (RAESS).
- ¹⁷ La Rete Italiana per l'Economia Solidale (RIES) ha publicado un manifiesto "l'Economia Solidale e la crisi Covid 19. Unire le forze per una strategia comune" en el que reclama un mayor protagonismo y garantías para los GAS (Grupi d'Aquisto Solidale). Declaración del 7 de Marzo. También ha formulado un conjunto de propuestas para los estados generales de la economía que el gobierno ha convocado. 20 de Junio.
- ¹⁸ En Portugal el congreso anual Maniêsta que organiza la Rede Animar se ha convocado bajo el lema "Políticas para a crise socio ecológica". 26 de Junio.
- ¹⁹ El Mouvement pour l'economie Solidaire de Francia (MES) ha lanzado una encuesta y ha formulado 19 propuestas alrededor de tres temas (Medidas de urgència para los organismos, refuerzo de la protección social i los derechos humanos y hacia la transición social i ecológica). Se ha redactado con carácter internacional un manifiesto "Mañana la economía solidària" que esta siendo firmado per profesores e investigadores de diferentes continentes.
- ²⁰ No se ha incluido ni España ni Cataluña ya que ello hubiera supuesto otro artículo.
- ²¹ Kaiwano,E. (2018) Solidarity Economy. Building an economy for people and planet. The next system.
- ²² Se ha hecho un primer mapeo de la economía solidària en Estados Unidos que muestra que esta se concentra en la costa del Atlántico y en la del Pacífico.
- ²³ Gordon Nembhard,J. (2014) Collective courage, A history of African Cooperative Economic Thought and practice. Pen State Pensilvania Press.
- ²⁴ Akuno, K. Nangwaya; A. (2019) Jackson en revolta. La lluita per la democràcia econòmica i l'autodeterminació negra al sud dels EUA. Barcelona. Descontrol.
- ²⁵ El equipo dirigente de democràcia colaborativa ha formulado un programa alrededor de la idea de Apropiarse de nuestro futuro después del Corona Virus. ¡9 de Junio.
- ²⁶ Van Deussen, D. (2012) La creación de un Vermont del pueblo. Catamount Tavern News Service. Northeast Kingdom.
- ²⁷ Estivill, J (Comp.)(1997) El partenariat social en Europa, Barcelona. Ed. Hacer.
- ²⁸ Ver el informe del presidente del Groupe de l'économie solidaire du Quebec a la Assemblée General de 2011 L'internationalisation de l'économie sociale et solidaire, Trajectoire d'une décennie et perspectives.
- ²⁹ El Chantier de l'Economie Sociale ha hecho dos declaraciones sobre la crisis actual. Una del 17 de marzo "Covid 19. Quels éléments guiderons la sortie de la crise?" i la del 3 de junio "Relancer oui, mais différemment".
- ³⁰ Hanna, T, M. Bilsborough, J. (2018) The Preston model and the modern politics of municipal socialism. Open democracy. Edited by Laurie Macfarlane.
- ³¹ AA.VV. (2020) Democratic digital infrastructure. Common wealth and Democracy Collaborative.

Onde está a “mão invisível” em época de pandemia?

Ana Rita Filipe Monteiro

Nasceu em Lisboa no ano de 1974 e até aos 17 anos viveu e cresceu em Pinhel, uma pequena cidade do interior de Portugal. É casada e mãe de dois filhos.

Licenciada em Economia pelo ISCTE (1998), com Pós-Graduação em Sociologia da Exclusão Social pela UAL (2000), frequenta o Mestrado em Economia e Políticas Públicas no ISCTE-IUL. Atualmente trabalha no GEP-MTSSS, tendo já passado por outras instituições do Estado como o GEE do Ministério da Economia e pelo IDS e pelo ISS, IP. do MTSSS. Foi também investigadora da PROACT (Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local, à Valorização do Ambiente e à Luta Contra a Exclusão Social).

anarita.monteiro@gmail.com

PALAVRA-CHAVE

#COVID-19;
CAPITALISMO;
BENS COMUNS;
DESENVOLVIMENTO LOCAL;
RECIPROCIDADE;
POLÍTICAS PÚBLICAS

KEYWORDS

#COVID-19;
CAPITALISM;
COMMONS;;
LOCAL DEVELOPMENT;
RECIPROCITY;
PUBLIC POLICY

RESUMO

O paradigma económico dominante, fundamentado no princípio da existência de uma “mão invisível” defende que a soma dos vários interesses individuais e dispersos, produz um resultado que é do interesse geral. No entanto, esta mão invisível que teoricamente harmoniza interesses próprios no bem comum, torna as nossas sociedades muito vulneráveis.

Ao se debruçar no exemplo da crise de saúde pública da COVID-19, este ensaio pretende demonstrar que a Economia Solidária, pode ser a mão invisível capaz de garantir a coesão social, atenuando os problemas da implementação do capitalismo, traduzidos no aumento das desigualdades, da exclusão social, da precariedade laboral, da austeridade, do desrespeito pelo ambiente, pela cultura e pelos outros animais que partilham connosco o planeta.

Pela sua característica uniforme, as políticas públicas implementadas pelo Estado, numa lógica redistributiva, para fazer face aos efeitos sociais e económicos da pandemia, apesar de se traduzirem num enorme apoio a cidadãos e empresas, não conseguem chegar imediatamente a quem não se encaixa num risco tradicional. Com base na recolha e análise de vários exemplos, este ensaio conclui que a Economia Solidária se apresenta como a mão invisível capaz de cuidar, proteger, apoiar e emancipar, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural, participativa, inclusiva e cooperante.

ABSTRACT

The ruling economic paradigm, based on the principle of an “invisible hand” argues that the sum of many individual and disperse interests produces an outcome that results in the common interest. However, this invisible hand, that theoretically harmonizes self interest into common good, makes our societies very vulnerable. Looking at the Covid-19 public health crisis, this essay intends to demonstrate that Solidarity Economics can be the invisible hand capable of ensuring social cohesion, lessening the problems of implementing capitalism, usually resulting in increased inequality, social exclusion, labour precarity, austerity, disregard not only of the environment and culture but also other animals that share the planet with us. The nature of public policies, uniform in general when implemented by States, in a redistributing logic to face the pandemic’s social and economic effects, though resulting in a massive support to citizens and enterprises, cannot immediately reach those not fitting the traditional risk. Based on several examples analysed, this essay concludes that Solidarity Economics can be seen as an invisible hand capable of caring, protecting, supporting and emancipating, contributing for the building of a society that’s more just, plural, participating, inclusive and cooperating.

MOTIVAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO ENSAIO

Enquanto economista, sempre acreditei que a Economia tinha de ser mais completa e abrangente do que a economia tradicional, ensinada nos bancos das escolas de economia e posta em prática pela generalidade dos economistas ortodoxos. Acredito que a Economia como ciência social e humana, há muito que perdeu a sua característica social e humana, fechando-se sob si própria.

Cada vez mais me parece que a atual e mais recente crise de saúde pública, associada à emergente crise ambiental e ao crescimento das enormes desigualdades sociais, todas estas com caráter global e sistémico, vem revelar a urgência de uma Economia mais substantiva, mais real e completa, que seja capaz de convocar conceitos da Economia Solidária, dos novos comuns, do desenvolvimento local e sustentável na construção de uma sociedade mais coesa, preocupada com a dignidade humana com o bem-estar e a sustentabilidade ecológica. Creio que existem condições para que desta conjugação de conceitos possa fazer emergir uma sociedade capaz de enfrentar os grandes desafios que este novo século tem pela frente.

Este ensaio pretende refletir sobre **como a Economia Solidária**, com uma presença histórica impercetível nas sociedades, **pode ser a mão invisível capaz de garantir a coesão social** e de contribuir para a atenuação dos problemas da implementação do capitalismo, traduzidos no aumento das desigualdades, da exclusão social, da precariedade laboral, da austeridade, do desrespeito pelo ambiente, pela cultura e pelos outros animais que habitam connosco este único planeta, especialmente no momento pandémico que atravessamos.

INTRODUÇÃO

Atualmente vive-se por todo o mundo, momentos excepcionais devido à pandemia provocada pela doença altamente infecciosa COVID-19¹. Por parte dos Estados é esperado o fornecimento de cuidados de saúde adequados e níveis de proteção social para se poder efetuar o devido isolamento e distanciamento social, por parte das empresas é necessário a continuidade do fornecimento dos seus serviços essenciais e a manutenção dos postos de trabalho, e por parte das famílias, espera-se o devido isolamento social no maior tempo possível. Até ser descoberta vacina ou tratamento, estes números tendem a aumentar, traduzindo-se na maior crise de saúde pública a nível global do mundo moderno. As formas de combate a esta pandemia, até se encontrar tratamento, vacina ou uma maneira de lidar com a doença sem causar tantos danos ao homem, passam pelo isolamento social que permite quebrar a transmissibilidade da doença.

No entanto as consequências desta crise de saúde pública estão longe de serem simétricas quer entre países, quer dentro das próprias nações, evidenciando um potencial de agravamento nas desigualdades pré-existentes à crise, mas também no aparecimento de novas formas de exclusão.

Países com sistemas de proteção social mais desenvolvidos, com mais progresso científico e em melhores condições económicas (designadamente ao nível das suas dívidas soberanas), estão em melhores condições de proporcionarem tratamentos mais adequados e melhor proteção social face ao isolamento que é necessário adotar no combate à propagação da doença, do que países que partem já em condições menos favoráveis.

Mas até mesmo dentro do grupo dos países europeus e mais desenvolvidos do mundo, é notória a divergência no

número de infetados e mortos. A título exemplificativo, em 1 de maio contavam-se 216,6 mil infetados e 25,1 mil mortes em Espanha², face a 164,1 mil infetados e 6,7 mil mortes na Alemanha³. (ver gráfico 1 do anexo I)

Estes dois simples indicadores da COVID-19, refletem as diferenças estruturais existentes entre estes dois países. Tendo sido alvo de fortes medidas de austeridade para controlo da sua dívida e défice público⁴ no período da última crise financeira, Espanha tinha em 2019 um défice público de 2,8% do PIB e uma dívida pública de 95,5% do PIB, enquanto que a Alemanha apresentava desde 2014 contas nacionais superavitárias, e em 2019 uma dívida pública de 59,8% do PIB⁵ (ver tabelas 3 anexo I). Como o peso dos encargos com a dívida pública são bem distintos entre estes dois países, os países deficitários não têm as mesmas condições para proteger os mais desfavorecidos, ou manter os rendimentos dos trabalhadores, ou apoiar a recuperação da economia e das empresas, por exemplo.

No setor da saúde, o número de camas hospitalares por cem mil habitantes⁶ de Espanha, que no ano de 2017 era de 297, face às 800 Alemãs, ou em 2018 em que a despesa pública face ao PIB⁷ de ambos os países, em que a espanhola era de 6,0% e a alemã superava em mais 1,2 pontos percentuais (7,2%) (ver tabelas 1 e 2 de anexo I).

Se estas diferenças entre estes dois países desenvolvidos e com níveis de proteção social semelhantes, têm expressão na disseminação e combate da COVID-19, as comparações com países que não têm níveis de proteção social semelhantes ou estão em estádios de desenvolvimento mais atrasados, são inevitáveis e a extrapolação dos resultados no combate a esta pandemia poderão ser mais dramáticos.

No interior dos países, existem grupos populacionais que, pela sua prévia condição de pobreza ou exclusão social, ou pela sua faixa etária, ou até mesmo pela sua condição individual de saúde estão em situação de maior vulnerabilidade e não possuem os mesmos meios e condições de proteção do que os restantes membros da comunidade.

A retoma para níveis de crescimento económico anteriores a esta inesperada pandemia, é o que atualmente todos os países, pertencentes à economia capitalista, desejam alcançar. Apesar de ser primordial para a generalidade da população poder recuperar a sua condição financeira (através da recuperação de rendimentos pelas famílias e empresas e da sua redistribuição através das políticas do Estado) é no entanto, insuficiente para chegar a todos, especialmente àqueles que mais sofrem com esta crise e que anteriormente já se encontravam à margem da sociedade.

É nesta perspetiva, de reflexão no interior dos países, que este ensaio se irá debruçar, tomando como exemplo Portugal, observando as suas relações sociais e a forma como a presença da Economia Solidária, parece ter um papel importante e inovador no combate a esta pandemia e no contributo para a existência de uma maior ou melhor coesão social.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO e CONJUNTURAL

A mão invisível na economia clássica

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A expressão **mão invisível**, decorre da visão de Adam Smith em que os membros da sociedade, sem terem essa intenção inicial, produzem anonimamente o que os outros desejam e funcionando em concorrência, enquadrada pela

justiça, a soma dos vários interesses produz um resultado que é do interesse geral. Segundo esta perspetiva, o que junta o mercado a todos os interesses individuais e dispersos, criando um equilíbrio natural espontâneo, é a mão invisível que harmoniza os interesses próprios no bem comum.

A escola da economia política clássica apareceu num período histórico associado à revolução industrial, onde o capitalismo emergia de uma sociedade feudal, levando a profundas alterações na sociedade. Essas alterações sociais levaram a que muitos economistas clássicos analisassem a sociedade com base nas classes sociais, tendo como princípio que a sociedade era construída por diferentes classes com diferentes objetivos e comportamentos.

Adam Smith, que é considerado o pai fundador da ciência económica, viveu na Inglaterra do século XVIII no início da Revolução Industrial, e para ele a sociedade dividia-se em três tipos de classes: a classe trabalhadora, que sobrevivia de salários de subsistência consumindo o que ganhavam, os senhorios aristocratas que viviam de rendas gastando o seu excedente em bens de luxo e em empregados improdutivos, e a burguesia, os capitalistas que investiam e faziam a economia crescer. Adam Smith valorizava a classe dos que mobilizavam trabalho considerado “produtivo” (acrescentavam valor e criavam riqueza) ao contrário dos que mobilizavam trabalho “improdutivo” (como os aristocratas e latifundiários).

O trabalho de Adam Smith mais utilizado em economia, assenta fundamentalmente em duas obras de referência, “A Teoria dos Sentimentos Morais” de 1759 e “A Riqueza das Nações” de 1776. Na primeira obra, Adam Smith pretende identificar o que move a ação do Homem (interesses egoístas e também sentimentos altruístas, morais, como o

desejo de aprovação social, a benemerência e o sentido da justiça). A segunda obra é considerada um marco na economia clássica onde conclui que a riqueza das nações resulta da divisão e especialização do trabalho, dependente da dimensão do mercado para realizar as trocas necessárias e da acumulação do capital (que na altura se materializava em instrumentos de trabalho, matérias primas e provisões para os trabalhadores). Quando a acumulação de capital não é reinvestida no mercado, esta acumulação é considerada improdutivo, sendo o caso dos aristocratas e latifundiários na altura.

“Smith defendia um sistema de liberdade natural cujas características fundamentais seriam a liberdade de iniciativa individual, a concorrência e a abstenção de comando da economia por parte do soberano. Liberdade de iniciativa, no entanto, não era claramente o mesmo que persecução frenética e incondicional do interesse próprio.” (Louçã F., 2009:57)

É esta a ideia de mão invisível na economia e na sociedade que reduz a economia às leis do mercado da oferta e da procura, e que será apropriada por correntes de pensamento dominante, sem critérios éticos ou morais e em que todas as outras formas de economia substantiva embrenhadas em valores culturais, sociais, políticos, ambientais e afetivos deixam de ser válidas, dando lugar a uma economia formal relacionada apenas com os valores do mercado identificando os ideais do liberalismo económico.

Se transpusermos esta visão de mão invisível para a realidade que presentemente vivemos, podemos então inferir que se cada indivíduo, ou cada nação procurar o bem para si próprio, em última instância o equilíbrio coletivo estará alcançado.

LIGAÇÃO À ATUALIDADE

As mais diversas entidades, desde a OMS⁸ à União Europeia⁹, têm afirmado que para se ultrapassar esta crise global, há que trabalhar em colaboração, e não isoladamente. Isto passa-se a nível internacional com a partilha de conhecimento científico e um forte investimento público na inovação médica e farmacêutica¹⁰, nas relações de interajuda e cooperação internacionais com compra coletiva de equipamentos de saúde, por exemplo. Também a nível do comportamento individual, a mão invisível da Economia Clássica parece não funcionar, pois se se assumir que o melhor para um indivíduo, pela sua boa condição física ou etária, é continuar com a sua vida ativa, não se isolando, mas garantindo o seu emprego e rendimento, essa pessoa transforma-se num agente infecioso com efeitos negativos na comunidade e na economia.

No sentido ideológico, a resposta a esta crise, pode ter tido como consequência o início do fim do ataque por correntes da economia liberal, aos serviços nacionais públicos de saúde bem como aos serviços de proteção social, uma vez que o mercado não conseguiu fazer face a este problema nem através da responsabilidade social de algumas empresas (a título de exemplo¹¹ basta recordar o encerramento de um hospital privado e as várias empresas que remeteram, de um momento para o outro, para o desemprego os seus trabalhadores, num curto espaço de tempo, não tendo condições para assegurar o bem estar dos seus clientes e trabalhadores).

Se todos agirem por interesse próprio com base nos pressupostos de que a mão invisível da economia capitalista irá resolver esta crise, os resultados para o coletivo serão bastante nefastos, transformando esta crise da COVID-19 numa Tragédia dos Comuns daqueles que dependem dos recursos de saúde pública.

TRAGÉDIA DOS COMUNS ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Tragédia dos Comuns é uma expressão que ficou célebre com a publicação em 1968, de um artigo científico de Garrett Hardin, no qual alertava para o problema do crescimento demográfico relacionado com a utilização abusiva de recursos naturais coletivos. Para o autor, a ilimitada liberdade de crescimento individual, irá arruinar os recursos comuns, traduzindo-se em última instância, numa tragédia em que todos perdem.

“A parábola de Hardin ilustra a concepção de ordem baseada no princípio da coerção. Nesta perspectiva, a ordem social depende da existência de um agente exterior a quem os indivíduos confiam a prerrogativa de instituir regras ou de emitir ordens de comando e de monitorizar o seu cumprimento, alinhando os comportamentos individuais com as regras instituídas ou as ordens de comando através de sanções.” (Louçã F., 2009:152-153)

A Tragédia dos Comuns poderia ser evitada por dois tipos de intervenções externas aos comuns: ou uma intervenção do Estado, ou pela privatização na gestão dos bens comuns. Esta teoria é posta em causa mais tarde no tempo, por Elinor Ostrom quando publica em 1990, o livro “Governing the commons” no qual demonstra que existe outra via (uma terceira intervenção) quando se trata de gerir bens comuns e atingir o benefício individual com impacto positivo na coletividade. “Elinor Ostrom, com a sua equipa, conseguiu ilustrar e provar que, em várias partes do Mundo, diversas comunidades geriam eficientemente bens comuns, de uma forma comunitária, a partir do momento em que definiam e defendiam valores e processos cooperativos, que todos aceitavam e praticavam.” (Amaro, R.R., 2017a:19)

Louçã F. (2009:127-147), apresenta ligação desta teoria com os sistemas de saúde na perspetiva em que “a decisão dos Estados modernos de prestarem serviços de saúde é relativamente recente e foi determinada por razões políticas. Na Europa Ocidental, a criação dos serviços nacionais de saúde foi normalmente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, e em Portugal é de 1979. Só existe direito de acesso universal e barato aos cuidados de saúde a partir dessas datas: anteriormente eram empresas privadas quem prestava o serviço, mediante pagamento. ... os Estados intervieram limitando o papel do mercado na saúde, dado que fornecem um bem que é acessível a todos, independentemente do seu rendimento, e financiado pelos impostos de todos e não só pelo pagamento dos seus utentes, e que antes era um bem privado.” Não se pode caracterizar a saúde como um bem público puro (como a defesa nacional ou a iluminação pública, pois não gozam das características de exclusividade e rivalidade dos bens) e por isso, tanto pode haver provisão pública como privada.

A particularidade dos bens comuns é quando os mesmos não são exclusivos, mas são rivais, e assim, a saúde entra dentro desta categoria, em que o uso de uma unidade por uma pessoa, priva as outras do seu uso.

LIGAÇÃO À ATUALIDADE

O sistema nacional de saúde português, que se caracteriza por ser maioritariamente público e tendencialmente gratuito, facilmente se esgotará e entrará em rutura, se todos os cidadãos necessitarem de utilizar os seus recursos na mesma altura, traduzindo-se num claro exemplo da Tragédia dos Comuns.

Nesta atual situação de COVID-19, a necessidade das pessoas em idade ativa em garantirem o seu rendimento disponível, da economia poder recuperar do confinamento imposto inicialmente à maior parte dos cidadãos, e do sistema nacional de saúde ser preservado, faz com que se tenha de encontrar um equilíbrio social e económico neste dilema essencialmente geracional.

A solução não passa pelos dois tipos de intervenção tipificados na Tragédia dos Comuns: nem pela privatização dos recursos, nem pela estatização das regras definidas pela legislação com a imposição de sucessivos estados de emergência¹² ou de calamidade¹³, sem fim à vista e que depois não são cumpridos nem assimilados por todos. A resposta coletiva que os comuns terão de encontrar em sociedade tem de equilibrar escolhas individuais e coletivas, sendo de destacar a existência de regulação, mas com um forte envolvimento dos indivíduos e das comunidades para desenvolverem estratégias alternativas que permita a todos conciliar a saúde com o trabalho e rendimento.

DESENVOLVIMENTO LOCAL ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O conceito de **desenvolvimento local** enquadra-se no âmbito geral da conceção de um desenvolvimento alternativo, que eclodiu nos anos 1980 após o conceito inicial de desenvolvimento, associado ao crescimento e riqueza de origem economicista, eurocêntrico e antropocêntrico, se ter esgotado. (Amaro, R.R., 2017:84-87)

A definição do conceito de desenvolvimento local encontra-se em Amaro, R. R. (2009b: 108) como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas

capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”. Ainda o mesmo autor, caracteriza o desenvolvimento local como uma conjugação de dez atributos: processo de mudança; melhoria do bem-estar; centrado numa comunidade territorial; resposta a necessidades básicas; mobilização das capacidades locais; participação; contribuição de recursos exógenos; perspectiva integrada; trabalho em parceria; impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados. (Amaro, R. R., 2009b: 111)

Henriques (2012: 13) apresenta o conceito de **desenvolvimento regional endógeno**, com bastantes semelhanças ao desenvolvimento local, em que o que está em causa é “a concretização da capacidade de iniciativa e organização da acção coletiva na concretização de propósitos de desenvolvimento não redutíveis à promoção do crescimento económico”.

O **desenvolvimento participativo** assenta na participação das comunidades, na utilização dos recursos das mesmas e na abordagem integrada de problemas e soluções que se associa a desenvolvimento comunitário, porque assenta na valorização das comunidades e nas suas aspirações e capacidades. (Amaro, R. R., 2009b:109-112)

Na atual sociedade globalizada, em que a circulação de bens serviços e capitais está instituída por todo o globo, a possibilidade das especificidades locais serem esquecidas, desvalorizadas ou até mesmo destruídas é enorme. No entanto, apesar deste risco, o desenvolvimento local pode ser uma “resposta (local) aos problemas económicos, sociais, culturais, ambientais e políticos dela resultantes; numa fase em que o Estado-providência, de âmbito nacional, en-

trou em crise e perdeu a eficácia na regulação daqueles problemas e não surgiu, ainda, em alternativa, nenhum modelo de regulação de âmbito global (supranacional ou transnacional)”. (Amaro, R. R., 2009b:112)

LIGAÇÃO À ATUALIDADE

No caso atual que vivemos, com a imposição de várias restrições logísticas e laborais trazidas com o confinamento obrigatório, com a restrição de circulação nacional e internacional, a necessidade de se assegurarem bens alimentares, por exemplo, fez com que a generalidade da população recorresse aos recursos de proximidade e aos mercados locais, numa corrida aos cabazes de frutas e legumes produzidos diretamente pelos agricultores da sua região¹⁴ ou a pão feito localmente, com farinhas autóctones e com o conhecimento e participação dos mais velhos, e que até ao momento estavam fora dos circuitos do mercado tradicional. Esta lógica de proximidade que foi trazida com a necessidade das pessoas se abastecerem de produtos alimentares no âmbito do seu confinamento para proteção à COVID-19 e que pode ser alargado a outros setores, é uma forma de evidenciar e valorizar o lugar cada vez mais importante do desenvolvimento local e das associações locais.

Em consequência, encurtam-se as cadeias intermediárias entre o produtor e consumidor, contribuindo para uma maior confiança e conhecimento entre produtores e consumidores, uma aproximação mais real ao custo justo dos bens mercantilizados, uma valorização do mundo rural e maior sustentabilidade ambiental.

Nesta crise de saúde pública que hoje se vive, e as crises económica e social que inevitavelmente se seguirão, o desenvolvimento local é uma forma não despiciente e

que complementa em grande parte, a função do Mercado (pois os recursos locais são agora os que melhor servem a generalidade das populações) e do Estado Social (pois promove a autonomia e a valorização das pessoas e do seu trabalho, evitando que as mesmas necessitem do apoio do Estado). As medidas de política integradas que poderão ser contempladas na retoma das atividades económicas do país podem muito bem passar pela valorização do mundo rural, da cultura ancestral das populações locais, podendo ser até uma oportunidade para o combate à desertificação do interior do país e a revitalização de alguma capacidade produtiva local entretanto perdida com a globalização. Este sentido, de que o desenvolvimento local complementa o processo de globalização, pode ser encontrado também em Amaro (2009b:112).

POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E DESIGUALDADES ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O conceito de **pobreza** pode ser encontrado em Amaro (2003:9) como sendo um anti-conceito decorrendo do facto que durante muito tempo, no pós-sociedade industrializada, se vivenciar um crescimento generalizado do consumo, do emprego e da riqueza, e como tal as situações de pobreza eram vistas como uma falha individual no processo de adaptação ao crescimento económico dos países. No entanto, desde os anos 70 que várias organizações internacionais¹⁵ expuseram e tomaram consciência de que as situações de pobreza eram mais do que simples falhas individuais e que, ao contrário do que as teorias neoliberais preconizavam, elas existiam, persistiam e multiplicavam-se nos países mais ricos do mundo. É assim, a partir dessa altura, que ao

nível dos países mais desenvolvidos, se passou a ter uma política ativa específica destinada ao combate à pobreza, com a introdução, na europa, por exemplo, de programas específicos de luta contra a pobreza.

O conceito de **exclusão social**, é um “conceito mais abrangente do que a noção de pobreza, traduzindo-se pela ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida da comunidade, como exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão” (Amaro, 2003:18)

Capucha (2005, 100-115) divide o conceito de exclusão social como uma rutura dos laços sociais e como rutura do contrato social. Na primeira forma, associa-a a transformações profundas nos sistemas de emprego e de integração social e que põem em risco a coesão social e os fundamentos da sociedade, e na segunda associa a ausência de direitos de cidadania. Para o mesmo autor, “estar em situação de exclusão, não é ser um ‘não membro’ da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) ‘não cidadão’, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente direitos de cidadania” Capucha (2005, 113)

Os dados mais recentes da Comissão Europeia estimavam que em 2016, 23,5% da população da UE-28 (cerca de 118 milhões de pessoas) estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Em Portugal, os dados divulgados pelo INE¹⁶ apontam para que em 2018¹⁷, 2,2 milhões de pessoas se encontravam em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material severa), correspondendo a uma taxa de pobreza ou exclusão social de 21,6%.

Atualmente, a Comissão Europeia recolhe uma série de indicadores relacionados com o tema para além de monitorizar, poder direcionar os países a aplicarem melhor as suas políticas públicas.

No último relatório divulgado pela Comissão Europeia (Di Meglio, 2018), afirma-se que o risco de pobreza e exclusão social não depende estritamente do nível de rendimento de uma família, mas também pode refletir desemprego, baixa intensidade de trabalho, situação face ao trabalho ou uma série de questões socioeconómicas”. Mulheres, jovens adultos, desempregados e com baixo nível de escolaridade experimentaram, em média, um risco maior de pobreza ou exclusão social do que outros membros da população da UE-28

A pobreza, a exclusão social e a desigualdade são conceitos intimamente relacionados. Por outro lado, quando se fala de bem-estar, fala-se de igualdade de oportunidade e de liberdade para desenvolver os seus talentos e é impossível ter igualdade de oportunidade com desigualdade excessiva de rendimentos.

A seguir à segunda guerra mundial, com a implementação em muitos países do estado social de bem-estar (Welfare State), os níveis de desigualdade de rendimentos diminuíram. Para isso as transferências governamentais e a adoção da tributação progressiva (especialmente nos países europeus) tiveram um papel importante na redução das desigualdades, assim como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (Atkinson, 2016). O mesmo autor aponta como principais mecanismos para a desigualdade que se verifica atualmente: a globalização, a mudança tecnológica (tecnologia da informação e comunicações); o crescimento dos serviços financeiros; a mudança das regras de remuneração; a redução do papel dos sindi-

catos e a diminuição da política redistributiva de impostos e transferências. Acrescenta ainda que “um motivo para o aumento da desigualdade nas últimas décadas foi a redução da proteção social num momento em que as necessidades estão crescendo, e não diminuindo.” (Atkinson, 2016:290)

Em Portugal, o papel do Estado na luta contra a pobreza e as desigualdades, através do seu papel redistributivo tem sido fundamental na retirada desta situação de grande parte das pessoas ou comunidades que vivenciam estas situações. Exemplos deste tipo de medidas de política redistributivas são o RSI¹⁸, o CSI¹⁹, o abono de família para crianças e jovens²⁰, entre outras medidas, como a disponibilização de respostas sociais (a maioria em articulação ou “subcontratação” com o Terceiro Setor, ou a Economia Social, como as creches, lares residenciais para idosos, etc...), a ação social ou a promoção de programas de apoio ao desenvolvimento social²¹, que fazem parte do sistema de proteção social e cidadania e que transferem recursos (financeiros, bens ou serviços) do orçamento de estado nacional que são dirigidos a pessoas e famílias mais carenciadas. Este é um princípio de solidariedade de âmbito nacional que não emana da vontade dos próprios, mas que representa a arquitetura de um Estado Social com preocupações de solidariedade com os seus cidadãos além da redistribuição de rendimentos.

LIGAÇÃO À ATUALIDADE

Perante o contexto atual, em Portugal, foram implementadas várias formas de apoio do Estado a famílias mais desprotegidas, tais como o Layoff Simplificado, o alargamento de duração de subsídios destinados à carência económica (como o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego ou o RSI), a criação de medidas excecionais de apoio

à família e à doença ou ao isolamento profilático, entre outras mais específicas (como o caso das moratórias de pagamentos de prestações de habitação a bancos ou senhorios).

Com a situação de isolamento como resposta à situação de saúde pública, atualmente manifestam-se novos fatores de exclusão social, como por exemplo a exclusão digital das crianças mais carenciadas no acesso às novas formas de ensino digital, ou as formas de precariedade laboral que não permitem a eficácia no acesso a prestações do sistema previdencial da segurança social (ex: o primeiro ano dos trabalhadores independentes estar isento de descontos para a segurança social que agora os desprotege do subsídio de desemprego; ou muitos dos empresários individuais que na prática não passam de trabalhadores precários nas plataformas de trabalho partilhado como a UBER ou a GLOVO).

É curioso observar-se que, já com a epidemia mais controlada, em Portugal em meados de maio, foram aparecendo novos focos da doença, relacionados com comunidades de refugiados que residiam aglomeradamente em hostels²² e com trabalhadores em situação de grande precariedade e vulnerabilidade (percorrem grandes distâncias do seu local de pernoita até ao trabalho, em transportes coletivos, vivem em espaços partilhados com elevado número de pessoas e trabalham em situação de precariedade em fábricas do setor alimentar²³ ou do setor da distribuição²⁴, por exemplo). Já em finais de maio apareceram novos focos em bairros clandestinos e carenciados da área metropolitana de Lisboa como no bairro da Jamaica no Seixal²⁵.

As desigualdades agravam-se porque os mais precários e aqueles que não conseguem estar legalmente inseridos no Sistema de Segurança Social são os que beneficiam menos (ou não beneficiam de todo) do nosso sistema de proteção

social que foi criado para proteger que sofre um risco ‘típico’, reconhecido no direito aos acessos aos apoios do Estado (ex: morte, velhice, invalidez, desemprego, parentalidade, demonstrada carência económica...).

Assumindo então, que a recuperação vai ser assimétrica sectorial e socialmente, uma vez que existem setores na economia mais afetados do que outros e que as pessoas com maiores recursos financeiros terão maior facilidade em se recompor e proteger da crise, é necessário ter medidas que balancem as diferentes assimetrias. Deverá então existir um programa de recuperação económica inclusiva, que consiga conjugar o emprego, a manutenção dos rendimentos e das diversas condições sociais mais marginais da sociedade. Neste contexto, os atuais desafios à manutenção da função redistributiva do Estado segundo os princípios de solidariedade, têm a necessidade de alargar a abrangência das suas medidas pois está provado que não chegam a todas as necessidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades. Como se verá adiante, a Economia Solidária tem um papel singular, fazendo emanar das comunidades locais a capacidade para cobrir as falhas de eficácia do Estado na resposta às falhas do mercado.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O modelo económico em que a Economia Solidária se baseia, e que se expõe de seguida, é o que permite um melhor cruzamento da economia substantiva com os princípios do desenvolvimento local.

Nos anos 1980, com a introdução e disseminação das ideias neoliberais na economia e na política, consequentemente com a tomada de consciência dos problemas so-

ciais, ambientais trazidos pela globalização, com a crise do Estado Providência causada pela desorçamentação das economias nacionais e desregulação dos vários setores estratégicos, com as falhas da economia social, entre outros fatores, como a queda do muro de Berlim, a ascensão de movimentos de causas feministas, ambientalistas, sociais e culturais, surgem novos desafios para a humanidade. É neste contexto que a Economia Solidária emerge, pretendendo dar resposta aos problemas da economia de mercado e às insuficiências do Estado e da economia social, numa tentativa de a reabilitar, mas reconhecendo novas lógicas de participação comunitária e de ajuda mútua, sugerindo alternativas para o futuro.

Desde 1990 o conceito de Economia Solidária começou a ganhar forma prática com exemplos de gestão segundo os princípios da cooperação, da autonomia e da gestão democrática, mas a prática de uma economia baseada nos princípios de solidariedade é mais antiga, podendo recuar a exemplos como o associativismo de trabalhadores do século XIX, ou a cooperativas de consumo.

A Economia Solidária pode ser definida como as atividades económicas que dão a “primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.” (Laville, J. L., 2009:162)

A Economia Solidária tem uma característica invulgar pois surge de forma policêntrica e multicultural, uma vez que se verifica em simultâneo em vários pontos geográficos do planeta, mas é na versão da Macaronésia²⁶ que pode ser observada a pluralidade dos pilares da economia social: económico, social, ambiental, cultural, territorial, de conhecimento, político, de gestão alternativa e ético. (Amaro,

R.R. 2009a: 11-28) Nesta versão, as respostas do Estado aos problemas emergentes das comunidades locais eram insuficientes e, através de uma resposta que emanou da comunidade e apoiada inicialmente com financiamento de fundos comunitários, foram-se construindo respostas aos problemas de forma coletiva.

As características identitárias da Economia Solidária correspondem ao princípio da reciprocidade, à primazia do valor de uso sobre o valor de troca e a uma visão substantiva, multidimensional da economia, onde a cooperação se sobrepõe à competição (característica da economia de mercado associada ao individualismo e à busca de proveito próprio, ou lucro).

A **multidimensionalidade** na economia, que vai muito para além do princípio de mercado, transforma a economia numa ciência aberta a outros valores que interagem mutuamente. Esta crise que hoje vivemos traduz a forma como um agente patogénico completamente externo à economia e ao mercado, é capaz de abalar por completo toda a estrutura da economia de mercado.

A primazia do **valor de uso sobre o valor de troca** significa que as relações económicas não se moldam segundo princípios utilitaristas, transacionáveis num mercado sem afetividade, sem relações sociais nem culturais, mas sim pela melhor satisfação de necessidades. Com esta pandemia e as medidas de confinamento dos indivíduos, levou a que profissões que auferem salários menores, demonstrassem a sua importância em termos de utilidade social, como se verá mais adiante.

A solidariedade assenta na ideia de reciprocidade e a **reciprocidade** corresponde a um vínculo social que fundamenta relações de cooperação e que se concretiza na divisão de tarefas na comunidade, nas relações de interajuda, na

partilha de atividades produtivas não assalariadas assentes em laços afetivos, em valores sociais e culturais. O atual exemplo das cantinas comunitárias e as caixas solidárias de doação de alimentos são formas de resposta que emanam da comunidade local e que sob este princípio respondem a necessidades eminentes dos mais fragilizados da sociedade.

“Graças à sua inserção social e comunitária, a Economia Solidária cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental”. (Laville, J. L., 2009: 162)

Correndo o risco de repetição, a ligação à atualidade deste conceito, será melhor explorada já no capítulo seguinte.

A MÃO INVISÍVEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

“As experiências solidárias mostram que na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais de resistência ao processo de exclusão social. No entanto, foram marcadas pelo isolamento e com pouca repercussão para a gestação de uma economia que pretende se tornar uma alternativa concreta ao desemprego e ao modelo de concentração de renda e de poder.” Farid, E. I. D. (2010:48)

É quando falha a economia de mercado capitalista, quando falha o último reduto da Economia Social, (que se pode considerar como um braço do Estado-Providência através da atuação do Terceiro Sector), que a Economia Solidária consegue integrar parte dos mais desprotegidos, de uma forma ímpar, que emana de dentro das comunidades mais afetadas.

O papel do Estado, que assegura o princípio da redistribuição da economia real, não se esgota em si próprio nem consegue chegar a todas as pessoas e comunidades, existindo falhas de eficácia, demonstrado pelos atuais 22% de pessoas que em Portugal correm o risco de pobreza ou exclusão

social. Por emergir do local, a Economia Solidária tem a capacidade em chegar onde o Estado com as suas políticas generalistas não chega, a quem é excluído também dos apoios do Estado.

A dicotomia entre valor de troca e valor de uso, com a pandemia COVID-19 pode ser observada por exemplo, no reconhecimento das profissões que atualmente melhor servem a comunidade. Estas profissões não são apenas as relacionadas diretamente com a saúde (médicos e enfermeiros, que já auferem salários superiores à média nacional), mas também, e especialmente os agora reconhecidos, profissionais de limpeza e da higiene urbana, cuidadores de idosos em lares, agricultores, trabalhadores dos supermercados, camionistas, funcionários dos correios, etc... .. profissões que são genericamente precárias e mal pagas, e agora vêm o valor de uso do seu trabalho reconhecido pela sociedade, que se apercebeu que não sobreviveria sem estes trabalhadores. Outro exemplo pode ser observado na valorização dos produtos alimentares locais²⁷ que, por via do fecho das fronteiras aéreas e marítimas quebrando as cadeias longas de fornecimento alimentar globais, levou ao aumento da procura dos consumidores aos produtores locais, através por exemplo de cabazes de produtos frescos, ou na ida aos mercados locais, valorizando a distribuição porta-a-porta ou o contacto direto com o produtor. Esta forma de transação contribui para a aproximação do preço final a um preço justo uma vez que se eliminam intermediários no processo de distribuição, assim como se valoriza o trabalho agrícola.

Nas várias comunidades surgem expressões de reciprocidade como por exemplo a solidariedade intergeracional, na qual os mais jovens se voluntariam para fazer recados²⁸

(ir ao supermercado ou à farmácia) aos seus vizinhos mais idosos, aqueles que maiores riscos correm com esta doença.

Mais iniciativas de solidariedade e de cooperação, percorrem o planeta e em Portugal existem inúmeros exemplos que vão desde a construção por colaboração de cientistas de um protótipo de ventilador que foi patenteado em nome da Humanidade²⁹, passando pela disponibilização de alojamento aos profissionais de saúde que não podem ir para as suas casas³⁰, pela elaboração de materiais protetores³¹ por todo o lado do país e que em colaboração com várias entidades são oferecidos a quem necessita, pela disponibilização de caixas solidárias³² de alimentos em todo país (a 29 de maio existiam 2478³³ caixas), e na ativação de cantinas e cooperativas solidárias que distribuem refeições e alimentos a quem deles necessita³⁴.

No caso da Cantina Solidária da Cooperativa Mula, no Barreiro, a resposta é dirigida *“a pessoas que não conseguem obter apoio por via das respostas estatais ou municipais, por não caberem nos critérios demasiado apertados que a Segurança Social exige, ou pela incapacidade de esses meios darem resposta face à dimensão dos pedidos de ajuda.”*³⁵ E os alimentos, além de terem proveniência de doações, são também produzidos numa horta comunitária. Em entrevista publicada em jornal, os participantes deste empreendimento social referem que *“a ajuda mútua, a cooperação e a solidariedade são princípios que estão na génese do nosso projecto. O que estamos a fazer neste momento de crise é apenas o que corresponde às ideias que partilhamos entre todo o grupo, sobre o que é uma sociedade mais justa e os modos para a atingir agora, face a uma situação de emergência social sem paralelo no tempo das vidas de praticamente todos nós, e também da urgência em construir modos de resistir através da cooperação e da horizontalidade.”*³⁶

Estes são alguns dos exemplos que demonstram a capacidade de iniciativa e de resiliência que a Economia Solidária tem para fazer face a uma crise inesperada e que ataca com maior intensidade aqueles que estão numa situação de maior fragilidade.

CONCLUSÕES

A Economia capitalista centrada no mercado, que até hoje tem dominado o paradigma económico mundial, assenta na premissa de existir uma “mão invisível” que permite que a soma dos vários interesses individuais produza um resultado que é do interesse geral. No entanto esta crença, torna as nossas sociedades muito vulneráveis, gerando pobreza, exclusão social e desigualdades, e não se espere que esta mão invisível vinda do lado da economia de mercado seja a solução para resolver os problemas que o planeta e os seus habitantes têm pela frente.

Na verdade, como se viu com o exemplo da crise de saúde pública que hoje atravessamos, pode mesmo contribuir para o agravamento dos problemas criando um exemplo que encaixa perfeitamente na Tragédia dos Comuns, em que, se todos procurarem o bem para si próprios, acabam por esgotar os recursos que são de todos. Tomando como exemplo o nosso país, a intervenção do Estado, regulando os recursos existentes ao nível da saúde pública e redistribuindo recursos em forma de apoios direcionados às famílias e empresas, tem tido um efeito que consegue eliminar grande parte das consequências nefastas desta crise sanitária. No âmbito das políticas públicas implementadas em Portugal, as medidas de emergência que foram tomadas com o surgimento da crise de saúde pública atual, tiveram um objetivo essencial, o de salvar vidas, evitando o colapso do

SNS e da economia formal. No entanto, existem fragilidades neste apoio geral do Estado que pela sua característica de atuação genericamente uniforme, acaba por não conseguir chegar a todos os elementos na sociedade, designadamente aqueles que não encaixam nos padrões tradicionais de risco, associados por exemplo a precariedade laboral ou a situações de economia informal ou de imigrantes ainda não legalizados, que de alguma forma não caem neste braço protetor do Estado.

A Economia Solidária alicerçada em formas de desenvolvimento local, com respeito pelo bem comum, apresenta-se como a mão invisível que cuida, protege, apoia e emancipa, e que poderá contribuir para a construção de uma nova sociedade mais justa, plural, participativa, inclusiva e cooperante e para que formas de política económica alternativas consigam ganhar o seu espaço e ver reconhecida a sua devida importância.

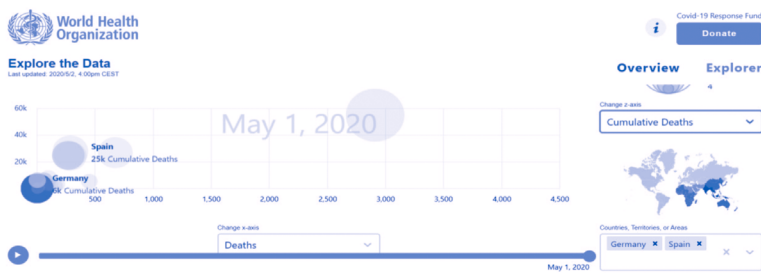
Qualquer tentativa em combater os efeitos da crise a curto e a longo prazo, necessita de vir de fora do sistema capitalista que gera pobreza e desigualdades, e ter uma componente holística capaz de integrar de forma flexível, as várias multiplicidades de respostas que devem ser adotadas.

A crise de saúde pública que hoje vivemos, evidencia uma falha do sistema capitalista que deve ser vista como um apelo urgente não apenas à solidariedade entre indivíduos, comunidades, sociedades e nações, mas também a uma profunda mudança sistémica da economia, que seja capaz de proporcionar segurança e bem-estar a todas as pessoas e também de criar uma maior resistência contra futuras crises. Neste sentido, o Estado deveria apoiar e incentivar, de forma inovadora em verdadeira parceria, as várias configurações de Economia Solidária que emanem

das comunidades locais, e que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais participativa, democrática e justa, valorizando as lógicas comunitárias.

ANEXO I

Gráfico 1 – COVID 19 Espanha vs Alemanha



1. Hospital beds by type of care [hlth_rs_bds]

https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/hsui/show.do?dataset=hlth_rs_bds&lang=en
 Last update 24.02.20
 Extracted on 02.05.20

UNIT Per hundred thousand inhabitants
 FACILITY Available beds in hospitals (HP,1)

GEO/TIME	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Germany (until	823,95	832,56	837,84	833,62	827,77	822,82	813,31	806,26	800,23	
Spain	315,58	311,76	305,16	299,30	296,34	296,63	297,92	296,59	297,28	
Italy	369,34	364,35	351,73	342,16	331,17	321,09	319,55	317,21	318,07	
Portugal	337,19	337,14	337,21	340,61	339,27	331,91	336,84	339,33	339,34	

2. General government expenditure by function (COFOG) [gov_10a_exp]

https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/hsui/show.do?dataset=gov_10a_exp&lang=en
 Last update 24.02.20
 Extracted on 02.05.20

UNIT Percentage of gross domestic product (GDP)
 SECTOR General government
 COFOG99 Health
 NA_ITEM Total general government expenditure

GEO/TIME	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Germany (until	7,1	7,0	6,8	6,9	7,1	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2
Spain	6,8	6,6	6,5	6,3	6,2	6,2	6,2	6,1	6,0	6,0
Italy	7,4	7,4	7,1	7,1	7,1	7,1	7,0	6,9	6,8	6,8
Portugal	8,0	7,5	7,0	6,6	6,5	6,3	6,2	6,1	6,2	6,3

3. Government deficit/surplus, debt and associated data [gov_10dd_edpt1]

https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/hsui/show.do?dataset=gov_10dd_edpt1&lang=en
 Last update 22.04.20
 Extracted on 24.05.20

UNIT Percentage of gross domestic product (GDP)
 SECTOR General government
 NA_ITEM Net lending (+) /net borrowing (-)

GEO/TIME	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Germany (until	-4,4	-0,9	0,0	0,0	0,6	0,9	1,2	1,2	1,9	1,4
Spain	-9,5	-9,7	-10,7	-7,0	-5,9	-5,2	-4,3	-3,0	-2,5	-2,8
Italy	-4,2	-3,6	-2,9	-2,9	-3,0	-2,6	-2,4	-2,4	-2,2	-1,6
Portugal	-11,4	-7,7	-6,2	-5,1	-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,4	0,2

NA_ITEM Government consolidated gross debt

GEO/TIME	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Germany (until	82,4	79,8	81,1	78,7	75,7	72,1	69,2	65,3	61,9	59,8
Spain	60,5	69,9	86,3	95,8	100,7	99,3	99,2	98,6	97,6	95,5
Italy	119,2	119,7	126,5	132,5	135,4	135,3	134,8	134,1	134,8	134,8
Portugal	100,2	114,4	129,0	131,4	132,9	131,2	131,5	126,1	122,0	117,7

NOTAS

- ¹ O COVID-19 é uma doença infecciosa, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave e foi identificado pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019 na China. O surto inicial deu rapidamente origem a uma pandemia global, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a 11 de março de 2020, não existindo (à data deste trabalho) nem tratamento nem vacina para esta doença, que atinge mortalmente maioritariamente pessoas mais idosas e pessoas com situações de doenças crónicas. Até 1 de maio de 2020 estavam contabilizados pela OMS 3,3 milhões de casos com cerca de 230 mil mortes em 215 países.
- ² <https://br.tradingview.com/covid19/>
- ³ <https://br.tradingview.com/covid19/>
- ⁴ em conjunto com os países do Sul da Europa: Portugal, Itália e Grécia, que estavam sob o Procedimento por Défice Excessivo, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento e através do qual, a Comissão Europeia e o Conselho da Europa monitorizam as finanças públicas nacionais.
- ⁵ ver tabela anexo I – fonte de informação: Eurostat
- ⁶ https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=hlth_rs_bds&lang=en
- ⁷ https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov_10a_exp&lang=en
- ⁸ <https://www.who.int/es/news-room/detail/01-05-2020-who-and-european-investment-bank-strengthen-efforts-to-combat-covid-19-and-build-resilient-health-systems-to-face-future-pandemics>
- ⁹ https://europa.eu/european-union/coronavirus-response_pt
- ¹⁰ <https://www.socialeurope.eu/how-to-develop-a-covid-19-vaccine-for-all>
- ¹¹ <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/padaria-portuguesa-escreve-a-siza-vieira-no-proximo-mes-nao-teremos-capacidade-para-pagar-salarios-a-mais-de-1-200-colaboradores-564786>; <https://www.publico.pt/2020/04/03/sociedade/noticia/covid19-ordem-medicos-condena-encerramento-sams-pede-intervencao-governo-1910802>
- ¹² A 18 de março de 2020 foi decretado o primeiro estado de emergência, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março e renovado por duas vezes, a 2 de abril e a 17 de abril.
- ¹³ A
- ¹⁴ <https://www.publico.pt/2020/04/24/video/covid19-trouxe-corrida-cabazes-futuro-alimentacao-local-20200424-092615>
- ¹⁵ OIT, Banco Mundial, Comissão Europeia
- ¹⁶ https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=406634754&att_display=n&att_download=y
- ¹⁷ Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (divulgado em 2019) sobre rendimentos do ano anterior (2018)
- ¹⁸ Rendimento Social de Inserção - <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>
- ¹⁹ Complemento Solidário para Idosos - <http://www.seg-social.pt/complemento-solidario-para-idosos>
- ²⁰ <http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>
- ²¹ <http://www.seg-social.pt/programas-de-apoio-ao-desenvolvimento-social>
- ²² <https://www.publico.pt/2020/04/21/local/noticia/ha-pensoes-sobrelo-tadas-lisboa-faz-temer-explosao-casos-1913255>
- ²³ <https://expresso.pt/coronavirus/2020-05-09-Covid-19--Depois-da-Azambuja-40-trabalhadores-infetados-em-fabricas-de-carne-no-Montijo>
- ²⁴ <https://www.publico.pt/2020/05/08/local/noticia/100-casos-empresas-preocupam-azambuja-rejeita-cerco-sanitario-1915727>
- ²⁵ <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/foco-de-contagio-no-bairro-da-jamaia-ha-16-casos-confirmados-12240015.html>
- ²⁶ Arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde.
- ²⁷ <https://www.publico.pt/2020/04/24/video/covid19-trouxe-corrida-cabazes-futuro-alimentacao-local-20200424-092615>
- ²⁸ <https://online.sapo.pt/artigo/690170/solidariedade-em-tempos-de-covid-19-os-bons-vizinhos-?seccao=Portugal>
- ²⁹ Ventilador possível de fabrico local e a baixo custo com a patente Humanaidade: <https://www.jn.pt/nacional/ventilador-de-emergencia-esta-pronto-a-produzir-patente-a-humanidade-12018266.html>;
- ³⁰ Alojamentos Solidários para Profissionais de Saúde <https://www.jn.pt/nacional/hoteis-e-alojamentos-do-porto-disponibilizam-mais-de-180-quartos-a-profissionais-de-saude-11936745.html>
- ³¹ Fabrico caseiro de viseiras de proteção e distribuição local: <https://www.sulinformacao.pt/2020/04/rede-solidaria-de-sao-bras-de-alportel-ja-distribuiu-1500-viseiras-de-protecao/> Fabrico caseiro de máscaras de proteção: <https://www.publico.pt/2020/04/01/impair/noticia/covid19--semana-raquel-36-voluntarios-fizeram-sete-mil-mascaras-140-lares-nao-estao-sos-1910547>
- ³² <https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/morador-de-carcavelos-cria-caixa-comunitaria-todos-levam-o-que-precisam>; <https://newinsetubal.nit.pt/na-cidade/ja-chegou-a-setubal-o-projeto-nacional-da-caixa-solidaria/>;
- ³³ <http://esriportugal.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=ed5e18d7b583478fa105bfc5be27c327&fbclid=IwAR06hpJEL1TegCj3xINbc62HBvLw6m1e-8GBTehJWbc3tW7EDh0FkTGUi18>
- ³⁴ Cantinas solidárias: <http://www.jornalmapa.pt/2020/04/16/cantina-solidaria-do-regueirao-dos-anjos-nao-e-caridade-mas-sim-amizade-e-interajuda/e> <http://www.jornalmapa.pt/2020/04/11/cooperativa-mula-lanca-cantina-solidaria-no-barreiro/>
- ³⁵ <http://www.jornalmapa.pt/2020/04/11/cooperativa-mula-lanca-cantina-solidaria-no-barreiro/>
- ³⁶ <http://www.jornalmapa.pt/2020/04/11/cooperativa-mula-lanca-cantina-solidaria-no-barreiro/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R. R. (2003). “A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza”, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- Amaro, R. R. (2009a). “A Economia solidária da Macaronésia-um novo conceito”. *Revista de economia solidária*, 1, 11-28.
- Amaro, R. R. (2009b). Desenvolvimento local. *Dicionário internacional da outra economia*, 108-113.
- Amaro, R. R. (2017a). “A Economia Solidária e os Comuns”. *Revista de economia solidária*, 11, 9-11.
- Amaro, R. R. (2017b). “Desenvolvimento sou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!”. *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 75-111.
- Atkinson, A. B. (2016). *Desigualdade: o que pode ser feito?*. Leya.
- Capucha, L. (2005). “Desafios da pobreza”. Oeiras: Celta Editora.
- Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L., & Hespanha, P. (2009). “Dicionário internacional da outra economia”. Coimbra: Edições Almedina - CES
- Di Meglio, E. (2018). “Living conditions in Europe- 2018 edition”. Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- Farid, E. I. D. (2010). “Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?”
- Henriques, J. M. (2010). “Crise, economia social e solidária e integração económica na acção contra a pobreza”. *Revista de economia solidária*, 2, 83-114.
- Henriques, J. M. (2012). “Nota introdutória”. *Revista de economia solidária A Economia Solidária e o Desenvolvimento Territorial*, 5, 13-17.
- Laville, J. L., & Gaiger, L. I. (2009). “Economia solidária. Dicionário internacional da outra economia”. Coimbra: Almedina, 162-168.
- Louçã, F., & Caldas, J. C. (2009). “Economia (s)”. Porto: Edições Afrontamento.
- Ostrom, E. (1990). “Governing the commons: The evolution of institutions for collective action”. Cambridge university press.
- ILO (2020). “COVID-19 crisis and the informal economy: Immediate responses and policy challenges” https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/--protrav/--travail/documents/briefingnote/wcms_743623.pdf

INDICADORES ESTATÍSTICOS

Eurostat:

https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=hlth_rs_bds&lang=en

https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov_10a_exp&lang=en

https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov_10dd_edpt1&lang=en

<https://br.tradingview.com/covid19/>

ARTIGOS CONSULTADOS

NA INTERNET

<https://economics.com/capitalism-bind-people-what-will-bollier/>

<https://economics.com/covid-19-and-the-next-evolution-of-economics/>

<https://economics.com/its-time-to-replace-the-economics-of-me-with-the-economics/>

https://economics.com/smith-and-darwin-moral-bonds/#_ftnref3

<https://www.socialeurope.eu/building-resistance-a-rights-based-holistic-approach-against-covid-19>

<https://www.socialeurope.eu/the-end-of-neoliberalism-and-the-rebirth-of-history>

<https://www.socialeurope.eu/capitalisms-triple-crisis>

[https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-27-A-atual-pandemia-tem-apanas-um-responsavel-o-ser-humano-e-a-covid-19-pode-ser-so-o-inicio-avisam-especialistas?fbclid=IwAR-](https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-27-A-atual-pandemia-tem-apanas-um-responsavel-o-ser-humano-e-a-covid-19-pode-ser-so-o-inicio-avisam-especialistas?fbclid=IwAR-0aA1I02GZ31jb4UQXtqYQ0ZcVExJ8mgCZEYmB4P7N4Uqx_SErRFE_B0xc)

[0aA1I02GZ31jb4UQXtqYQ0ZcVExJ8mgCZEYmB4P7N4Uqx_SErRFE_B0xc](https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-27-A-atual-pandemia-tem-apanas-um-responsavel-o-ser-humano-e-a-covid-19-pode-ser-so-o-inicio-avisam-especialistas?fbclid=IwAR-0aA1I02GZ31jb4UQXtqYQ0ZcVExJ8mgCZEYmB4P7N4Uqx_SErRFE_B0xc)

[0aA1I02GZ31jb4UQXtqYQ0ZcVExJ8mgCZEYmB4P7N4Uqx_SErRFE_B0xc](https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-27-A-atual-pandemia-tem-apanas-um-responsavel-o-ser-humano-e-a-covid-19-pode-ser-so-o-inicio-avisam-especialistas?fbclid=IwAR-0aA1I02GZ31jb4UQXtqYQ0ZcVExJ8mgCZEYmB4P7N4Uqx_SErRFE_B0xc)



THE COMMUNITY GROUPS OF LISBON AS “COMMONS”

Bárbara Ferreira¹ | Rogério Roque Amaro²

Bárbara Ferreira - barbara.ferreira18@gmail.com

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestra em “Cooperação e Desenvolvimento”, Doutoranda em Sociologia Económica, no ISEG – Universidade de Lisboa, professora convidada no IPPS/ISCTE-IUL, co-criadora da Pluriversidade Comunitária.

Rogério Roque Amaro - rogerio.amaro@iscte-iul.pt

Licenciado e doutorado em Economia, professor associado jubilado do Departamento de Economia Política do ISCTE-IUL, criador da Pluriversidade Comunitária.

KEYWORDS

COMMONS;
COMMUNITY GROUPS;
COMMUNITY DEVELOPMENT;
CITIZEN PARTICIPATION;

A Community Group (CG) is essentially a platform for diagnosis, negotiation and action, involving residents, public administration, public services and NGOs, with the aim of identifying, tackling and solving local problems and challenges, that is, to promote the Wellbeing and “Buen Vivir”. To this end, it must combine the principles of Participation (i.e. the active involvement of the Community, especially the “voiceless”) and Partnership (i.e. interinstitutional forms of cooperation) in a new form of Participatory and Shared Governance.

They CGs are, therefore, processes of co-Knowledge, co-Management and co-Construction of Community Development and Common Good. In this sense, they can promote, construct and manage various types of “Commons”, understood as co-Activities (see Dardot & Laval, 2014), such as: the production of Knowledge (negotiated looks into local problems and potentialities); the transformation of Public or Private Spaces into Commons (by their use and management); the “common action” towards the identified problems and needs; the production, use and sharing of Cultural values (whether tangible or intangible), assumed as a Common Good. In all these processes, more importantly than ownership, is the emerge of communal forms of use and co-management. This helps create and advance the nature of the Community, that is, of Common, which CG can facilitate and empower, if they are effectively democratic spaces for deliberation and decision..

1. INTRODUCTION

This article aims to discuss the nature and possibilities of Community Groups as Commons in the light of the traditional and more recent Commons framework. From a methodological point of view, this analysis was based on the elements collected in the existing 20 Community Groups in the Greater Lisbon Area, through active and direct involvement in its creation and functioning (in seven cases)³, direct and participant observation, over the course of 2018-2019 (albeit with differing intensities) and interviews conducted with key informants of all the Community Groups.

With this aim in mind, we begin to present (Section 2) what is a Community Group, what are its components and what are its four main concepts of reference - Community Development, Participation, Partnership and Wellbeing). We then summarise the main features of existing Community Groups in the Greater Lisbon Area (Section 3). Section 4 discusses the concept of the Commons in its evolution and recent formulations, taking into account the proposals of the new immaterial commons. We then provide the arguments as to why and how the Community Groups may be regarded as a Common, specifically by how they promote processes of co-Knowledge (of problems and needs and of local and local Knowledge dialogues), co-Management (of public and private spaces, assumed as well as the Co-Construction (common responses and solutions to the problems and needs of the Communities and Common Identities) and the Interaction and Sharing of different Values and Cultures. In the last section, we provide some final conclusions and questions for further research.

2. COMMUNITY GROUPS AND THEIR COMPONENTS

In the sense here assumed, which corresponds to the experiences of Greater Lisbon’s Community Groups (CG), a GC is defined as “a platform or meeting point for joint action at a local or micro-scale, which involves Community’s participants (residents), invoking the principle of Participation, and Institutions and Services which work or intervene in the territory, i.e. Partnerships, with the aim of improving the Welfare and Wellbeing of the Community”⁴. There are therefore four key ingredients in a CG:

- Community participation;
- Partnership of the Institutions and Services which intervene in the territory;
- Collective Action;
- With the objective of promoting the welfare and well-being of the community.

In its strategic inspiration and practical operationalisation, a CG has, in principle, the concept of Community or Local Development, here assumed as equivalent⁵, as its main framework. Community Development means:

“A process of change, centred in a small geographic community, with the aim of finding responses to the fundamental needs that have not yet been met, starting from its endogenous capacities and resources, which implies a logic and a pedagogy of participation and Empowerment of the Community, with the support of exogenous resources, taking a cross-sectional and integrated perspective on the existing problems and possible solutions, which implies a dynamic of Partnership work, and translates into impact-

ful changes across the whole Community, showing a great diversity of starting points, rhythms , protagonists, processes and results”⁶. Its methodological implications are⁷:

- Being grounded in the Community - the principle of Territorialisation;
- Mobilising the active involvement of the Community - the principle of Participation;
- Adopting a cross-sectional perspective of problems and responses - the principle of an Integrated Approach;
- Enhancing the Cooperation between institutions and services - the principle of Partnership work;
- Adapting to the evolution of reality and changing demands - the principle of Flexibility;
- Evaluating permanently the process, in a process of mutual dialogue and learning between different types of Knowledge and Expertise (popular and ‘technical’) - the principle of Research - Action.

Of these principles, two may be underlined for its fundamental role: are Participation and Partnership. The first relates to the involvement of community members in the identification of its problems and needs, as well as in the search for responses that promote the collective Wellbeing, which is obviously the main objective and the very *raison d’être* of Community Development. The latter principle is the next essential element of this process, insofar as the active and articulated involvement between the different institutions and services (public and private) that intervene in the territory, brings other resources and responsibilities to the table, complementing the community’s involvement and contributing to local Development.

Participation is thus understood as the active individual and/ or collective involvement of the Community in the identification and discussion of their problems and needs and in the search, demand and/ or construction of solutions, aiming at its Development, “Wellbeing” or “Buen Vivir”⁸. Participation is only complete if there is involvement in all phases of these processes, that is, from the diagnosis to the evaluation, throughout the stages of design, decision, planning, direction, execution and follow-up, and not just during the execution, as so commonly occurs⁹.

The theme and concept of Participation has been enriched with new approaches in the last decades, benefiting from a cross-fertilisation of contributions from Political Science and debates on Participatory Democracy, including its interactions with Representative Democracy¹⁰, and Theories of Development, particularly with regard to proposals for an Alternative Development and alternative concepts to Development¹¹.

A full and effective Citizen Participation usually encounters numerous obstacles¹², but when carried out involves:

- Redefining and redistributing the centres and forms of power, translating into processes of empowerment in the Community;
- Expanding and reinforcing forms of Citizenship and accountability in the Society;
- Enriching and improving Democracy (Participatory Democracy);
- Contributing to the Welfare and Wellbeing of the community, especially those groups who are underprivileged and disenfranchised.

As already mentioned, Participation may have individual and/ or collective expressions (from its formal or informal groups, such as: residents' associations, parents' associations, youth groups, sports, cultural and recreational groups, among others). But particular attention should be paid to the most disadvantaged, the so-called "voiceless", and those who are not normally represented by anyone or any group/ organisation, such as children, seniors and socially marginalised and stigmatised groups (e.g.: young outcasts, addicts or former-addicts, ex-convicts, irregular migrants or poorer immigrants, ethnic minorities, homeless people, people who have mental disorders, disabilities or special needs, among others).

The Partnership may be defined as "a joint action and concertation between different organisations and institutions of different types, which assume a common objective based on a shared diagnosis, decide, plan and execute together, dividing tasks and sharing resources along the way, and evaluate together their intervention"¹³.

The following types of institutions and services are normally found in CGs:

- Local authorities and services of the Local Public Administration, including municipal enterprises (namely, of Social Housing management);
- Devolved public services, dependent on the Central Public Administration¹⁴ (Schools, Employment agencies, Healthcare services, Social Security and Social Assistance departments, Police – central or municipal command);
- Churches and faith-based organisations;

- Civil Society/ Non-governmental organisations, pursuing social, community, educational, cultural, environmental or other non-profit purposes;
- Delegations of international organisations;
- Local, national or foreign companies.

The Partnership work is not always easy, often encountering various obstacles and difficulties¹⁵, but when it functions properly, it fundamentally achieves an integrated and shared approach to the Community’s problems and needs. However, when left by itself, without the active involvement of community members in the process, this approach will remain essentially technocratic (although it may represent an improvement), thus thwarting a more Participatory and Democratic transformation.

In short, the main purpose of a Community Group is to promote the Development, Welfare and Wellbeing¹⁶ in a small-scale territory, by collectively identifying and responding to the community’s grievances and wishes, mobilising and realising the residents’ skills and talents, with the support of public and private institutions or organisations that cooperate towards those defined goals.

3. THE COMMUNITY GROUPS OF THE GREATER LISBON AREA

The context of social housing estates in Greater Lisbon

Before delving into the characteristics and features of the existing CGs in Greater Lisbon, allow us to provide the context of the places where most of these experienc-

es are located. The Greater Lisbon area¹⁷ consists of nine cities, forming a belt on the northern side of the Tagus river around the country's capital – Lisbon. Most of the CGs are found in social housing estates, which is an important attribute, since these neighbourhoods are mostly comprised of State owned and State managed affordable housing.

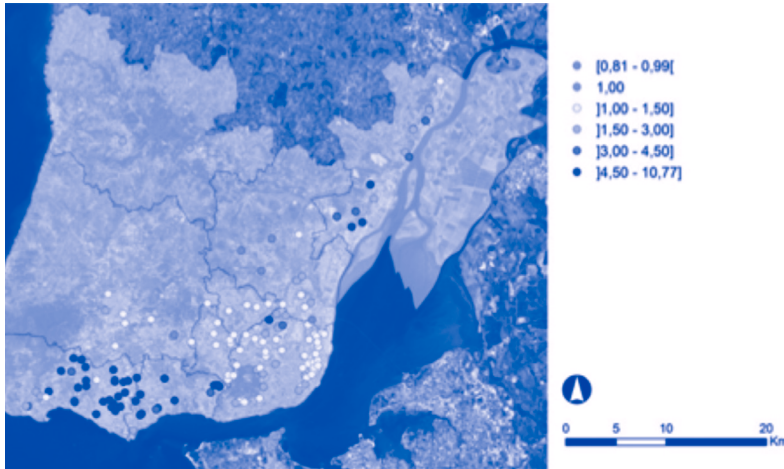
The residual nature of public housing policies in Portugal, insofar as they are increasingly target poor individuals and families who cannot afford a house at market value, follows the tendency already seen across other European States, where the erosion of universal Welfare policies dominant in the “Golden Years” of capitalism are progressively substituted by market-driven responses, whereby Cities and States are restructured around deregulation, financialisation and privatisation – a process which many authors refer to as urban governance (see Harloe, 1994; Arbacci, 2002; Harvey, 1989 and 2005; Jessop, 2002).

This implies that not only State actors (be they policy-makers, experts or social assistance professionals) may view the residents of social housing estates through an ‘assistencialist’ lens, which brings its own perils, but also that there are higher risks associated with the emerging patterns of urban segregation and sociospatial fragmentation (also operating at a micro level¹⁸). The spatial concentration of cumulatively disadvantaged communities, usually presenting above average levels of low-income, ethnic diversity, unemployment, single parenthood, low educational attainment, among other potential vulnerabilities, may arguably play an important effect in itself, usually referred to as “neighbourhood effect”, through which those disadvan-

tages are exacerbated by one or many of the following factors (see Musterd & Andersson, 2006: 122-123): 1) neighbourhood stigmatisation; 2) access to and quality of local services (private and public); 3) socialisation processes and quality of social networks; 4) level of exposure to crime and violence.

In the case of the Greater Lisbon Area, Malheiros, Ferreira, Carreiras, Amílcar and Raposo (2016) demonstrated that social housing estates present above average levels of real or potential social vulnerability, based on the comparison of key socioeconomic variables¹⁹ between social housing residents vis-à-vis the general population. Figure 1 provides a visual account of the vulnerability of social housing neighbourhoods (each dot represents a neighbourhood), in relation to their respective city’s average vulnerability. The base considered for this exercise is the city’s average vulnerability (equals 1), therefore any score above or below may be interpreted as a percentage. For example, a yellow coloured neighbourhood means it is 1% - 50% more vulnerable; a “red” neighbourhood means it is 300% - 450% more vulnerable than the city and a “dark red” estate implies it may be up to 10 times more vulnerable; on the contrary, a “green” neighbourhood is 1% - 19% less vulnerable than the city’s average population (only five such cases in the Greater Lisbon Area).

Figure 1: The relative vulnerability of Social Housing estates in comparison to their respective City



Source: Malheiros, Ferreira, Carreiras, Amílcar and Raposo (2016)

It is clear that the most acute social contrasts occur in the cities to the west of Lisbon, like Amadora, Oeiras, Cascais and Sintra, as well as the northeastern city of Vila Franca de Xira. It is also worth mentioning the concentration of housing estates in the capital's eastern (formerly industrial) belt, along the parishes of Beato, Marvila, Olivais and Parque das Nações, as well as the cluster of more vulnerable neighbourhoods in the northern limit of the city (parishes of Carnide, Lumiar and Santa Clara).

Malheiros et al. (2016) also confirmed that a large number of social housing estates (although not the majority²⁰) show evident signs of urban segregation and disintegration, either at a macro scale (i.e., the city), by being located near the administrative limits of the municipalities, for

instance, or at the micro scale (i.e. the surrounding area of the neighbourhood).

Besides these characteristics, the policies of rehousing and resettlement which have sought to “wipe out” the informal settlements (proverbially known as slums) in the Metropolitan Areas of Lisbon and Oporto, especially after 1993²¹, have been ambivalent in their effects. On the one hand, they have mostly improved the living conditions of the resettled families, but on the other hand, they produced stigmatised ghettos in too many cases, concentrating vulnerable and ethnically diverse population in peripheral territories, lacking infrastructures and basic services, thus reproducing the mistakes of Post-war European large housing estates²². The top-down design of the resettlement processes and the absence of consistent public monitoring and social support in the new neighbourhoods have taken their toll on these territories and communities, often adding up to an environment of distrust regarding State actors and social disenfranchisement and abandonment.

The emergence of Community Groups in Greater Lisbon

The first CGs emerged in 1993 - 1994 in two social housing estates (Padre Cruz and Horta Nova) located in the parish of Carnide, in the northwest limit of Lisbon. They were encouraged by an institution of public utility and State subsidiary – SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) – which plays a special role in the city of Lisbon, since it is responsible for most of the social assistance in the capital, due to a long-established agreement between the municipality and the institution.

Following the framework of Anti-Poverty European Programmes, the CGs sought to promote the local development of those neighbourhoods by cementing partnerships between public services and local NGOs and by giving a voice and empowering the general population. Inspired by these two pioneer experiences, the SCML created two other CGs in the parishes situated in the northern limit of the capital (Charneca do Lumiar and Ameixoeira) in 1995²³. By that time, those areas still consisted mostly of informal settlements, which were soon to be replaced by social housing, under the Special Rehousing Programme (see footnote 20). The SCML promoted yet another Community Group in the second half of the nineties (around 1996-1997), in the light of their Community Intervention framework, in a neighbourhood (Lóios) located in the centre of the largest and most populated parish of Lisbon (Marvila). Contrary to the other experiences, Lóios consists of mixed tenure housing (mainly cooperatives and public housing). But like many other public-managed estates at that time, basic infrastructures and services were lacking, which in this case motivated the residents to organise themselves and create a resident association (ATM – Tempo de Mudar), in order to advocate their demands to the city's elected officials and to create social responses at the grassroots level (such as childcare centre and kindergarten).

Another Group emerged around the same time and in the same parish, more precisely in the neighbourhood of Condado, although it never called itself a Community Group²⁴, but instead an Interinstitutional Group, due to its composition. It resulted from the need to promote the institutional partnerships and improve the efficiency and efficacy of the organisations which operated in this territo-

ry, and although the SCML was present from the start, it wasn't the main driver of this initiative²⁵.

In the XXI century, a new wave of 18 new CGs took form, especially in the last decade, many of which were started in the last three years. Many factors seem to have played into this growing phenomenon: 1) the economic and social effects of the 2008 crisis (more acutely felt in Portugal after 2010), which were aggravated by the austerity programme and the consequent erosion of Welfare rights and policies; 2) the political acknowledgement that public services are failing to address many structural social problems, therefore requiring a more holistic and networked approach, and transitioning from government to governance (see, for instance, Guerra, 2010)²⁶; 3) as a result of the former factor, the multiplication of funded programmes created by the local or central governments to tackle the challenges of vulnerable territories, which incidentally classifies almost all social housing estates, and encourage the formation of local partnerships, as a way to maximise efficiency and ensure the sustainability of the interventions²⁷; 4) the decentralisation process which has, in some ways, strengthened the resource allocation to parish councils and their administrative powers and responsibilities, thereby bringing some local decisions closer to the citizens.

An overview of current Community Groups in Social Housing Estates of the Greater Lisbon Area

A look into the CGs currently existing in Greater Lisbon shows their prevalence in the capital and in social housing estates. Indeed, out of the 23 CGs identified, only 4 are located in other cities (Cascais and Sintra) and just 3 exist in territories where public housing is not the dominant type

of tenure²⁸. For the purpose of this article we will focus on the social housing estates' experiences, which amount to 20 CGs, although we will only analyse 18, since we do not have consistent data for two Groups of Cascais.

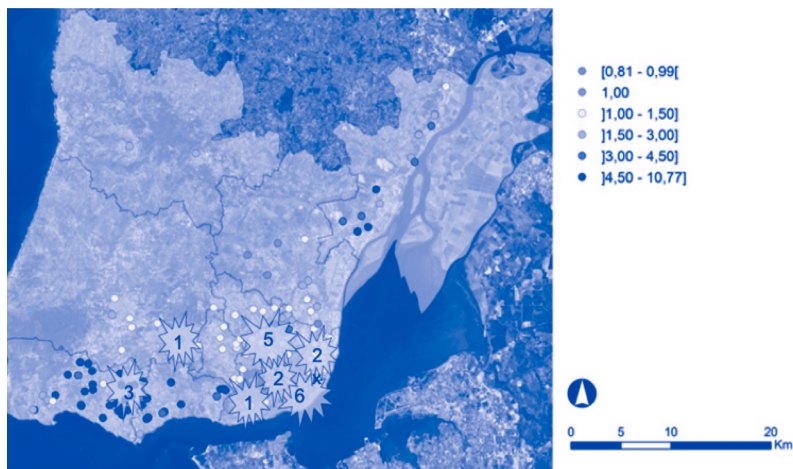
As Figure 2 illustrates, the majority of the CGs in social housing estates are concentrated on the eastern belt of Lisbon, six of which in the parish of Marvila. The two other experiences pinpointed in the northeast corner of the city correspond to the Group "Rede Laranjeiras-Machados" (founded in 2008) and to the Community Group of Alfredo Bensaúde.

The five CGs indicated in the northern limit of the city correspond to the 4 oldest experiences (from the nineties), which still exist nowadays, despite radical changes in the territories due to the massive rehousing projects built in Lumiar and Ameixoeira. The fifth Group (Fonsecas e Caçada) of this cluster is located in the parish of Alvalade and is very recent (dates from 2017).

The two Groups situated in the centre of the capital also represent recent initiatives (Olaias-Portugal Novo and Vale de Chelas) and the remaining one in Lisbon involves two adjacent neighbourhoods (Community Group of Liberdade - Serafina).

The 3 experiences of Cascais are clustered together and the remaining Group is the latest initiative (created in November 2018) and is located in Sintra.

Figure 2: The Community Groups of Social Housing Estates vis-à-vis the neighbourhood’s relative vulnerability in comparison to their respective city



Source: Adapted from Malheiros et al. (2016)

It should be noted that Lisbon’s most vulnerable social housing estates are essentially covered by CGs, with a few exceptions. This is an important aspect, since it shows an increased potential of promoting a fairer redistribution of resources and services to these territories and improving the political and social enfranchisement of these communities.

On the other hand, when considering the multiple housing estates of Cascais and their sharp socioeconomic and demographic disparities in relation to the general levels of this city’s populations, one cannot help but feel that three CGs aren’t near enough to face the extreme relative inequality found in ca. 30 social housing estates.

Looking more specifically at the 18 CGs, Table 1 summarises their main characteristics. In regard to the par-

participation of residents (“Type of Community Presence”), 16 have regularly (at least) one resident, be it an individual (not pertaining to an association or collective) or organisational leader. Two of them do not currently have any resident participating, in either form (individually or organisationally), although they manifest the intention of opening up the Group to the population.

Naturally, when the presence of residents is scarce, we choose to consider it limited in amplitude, since it does not cover the neighbourhood’s diversity of interests. It may, however, be limited in this dimension, but strong in regard to its influence on the Group, in terms of agenda-setting and planning or propositioning. According to our observations and interviews, there are only two such cases in Lisbon (Flamenga and Vale de Chelas).

This result goes along what is to be expected in such group dynamics, since it requires a high degree of competence, communicational and interpersonal skills, and maybe even personal charisma, for a resident to be able to alone influence the course of a group meeting, mainly constituted by professionals and political delegates. Naturally, the personal traits and the goals and agendas of the institutional actors also play their part on the higher or lesser degree of permeability to residents’ desires and priorities.

Inversely, whenever there is a wide participation of residents (5 cases in the whole Greater Lisbon), their capacity of influencing the collective agenda is always strong. This does not imply that all residents share the same concerns and ideas. In fact, conflicting views over what is “best” for the neighbourhood are inevitable at times.

According to the ‘habermasian’ normative ideal, these conflicts should be resolved dialogically within the de-

liberation arena, but it is naïve to assume that there are no power imbalances among residents, which ultimately shape the discussions and the collective choices.

The other cases display the prevalence of a weak or moderate influence of the community (9 CGs), which suggests that the preferences and dispositions of institutional partners prevail in the majority of Greater Lisbon’s CGs. While this usually points out to a technocratic arrangement, it may still generate positive effects for the territory, depending on their will to actually listen to the communities’ concerns (outside the forum) and commitment to articulating their interests on their behalf.

Table 1: A synthetic typology of Greater Lisbon's Community Groups

City	Parish	Neighbourhood(s)	Type of Community presence	Amplitude and influence of Community Participation	Municipality	Parish Council	Public Services	NGOs or others
Cascais	Alcabideche	Adrona, Cruz Vermelha, Alcoifão, Akabidiche	Collectives	Limited and Weak	Always	Always	Social Assistance; Healthcare Service	> 5
	Cascais	Torres	Not evaluated	Not evaluated	Not evaluated	Not evaluated	Not evaluated	?
	Estoril	Galiza	Not evaluated	Not evaluated	Not evaluated	Not evaluated	Not evaluated	?
Lisbon	Alvalade	Fonseca e Calçada	Individual and Collectives	Wide and Strong	Always	Always	Social Assistance	> 5
	Arreiro	Olaais-Portugal Novo	Individuals	Limited and Moderate	Always	Always	Social Assistance; Municipal Police; Police	< 5
	Camplide	Liberdade-Sraffina	Individuals	Limited and Moderate	Always	Always	Social Assistance; School; Representative; Police	< 5
	Carnide	Horta Nova	Individual and Collectives	Wide and Strong	Seldom	Always	-	> 5
	Lumiar	Paiz Cruz	Individual and Collectives	Wide and Strong	Often	Always	-	< 5
		Alta de Lisboa	Collectives	Limited and Weak-Moderate	Always	Always	Social Assistance; Public Library	> 5
	Marvila	Alfornelos, Mg., Abrantes, Q ^e do Chafé, Q ^e das Salgadas	Individual and Collectives	Wide and Strong	Always	Always	Social Assistance; Public Library	> 5
		Anemdoeiros	Collectives	To be determined	To be determined	To be determined	To be determined	To be determined
		Armação	Individuals	Limited and Weak	Always	Always	Social Assistance; Healthcare Service	> 5
		Condado	Collectives	Limited and Weak	Always	Always	Social Assistance	> 5
Olivais	Famenga	Individuals	Limited, but Strong	Always	Always	Police	< 5	
	Lóios	Collectives	Limited and Moderate-Strong	Never	Always	Social Assistance	> 5	
	Alfredo Bensaúde	-	Limited and Weak	Always	Always	Social Assistance; Municipal Police; School Representative	< 5	
Sintra	Parque das Nações	Quinta das Laranjeiras and Casal dos Machados	-	Limited and Weak	Always	Always	Social Assistance; Municipal Police; Police; School Representative	< 5
	Penha de França	Vale de Chelas (Quinta do Lavrado, Ficheleira, ex-Curraleira)	Collectives	Limited, but Strong	Seldom	Seldom	Social Assistance	< 5
Sintra	Santa Clara	Gaiñheiras-Anexoira	Collectives	Limited and Weak	Always	Always	Social Assistance; Municipal Police; School Representative; Healthcare Service	< 5
	Quefuz-Belas	Pendão	Individual and Collectives	Wide and Strong	Always	Always	School Representative; Healthcare Service	> 5

Source: Authors

In the light of political empowerment and radical democratic debates²⁹, this possibility does not advance the civic *praxis* of residents and the democratic depth of the local political system, but it may have a redistributive impact, nonetheless.

With reference to the involvement of local administrations in the CGs, Table 1 demonstrates that the larger part of local governments (both Municipalities and Parish Councils) recognise the political importance of the CGs. It should be underlined that social housing estates are mostly managed by the municipality directly (or by a subsidiary public company) and usually it is the hired professionals of the municipality or the Parish Council who participate in the CGs, and only on three instances, the elected officials themselves (i.e.: Carnide’s CGs and Pendão).

A look into the Public Services present in CGs also signals that Social Assistance Services are the dominant area of intervention, although Healthcare services, School representatives, the Police (central or local) and local libraries, take sometimes part in the CGs. This clearly shows that most CGs still have a long way ahead if they wish to engage a diverse range of public services and actors in these spaces and effectively construct a multidimensional look and intervention for the sake of the collective wellbeing. This implies also the definitive rupture with the disciplinary and ‘silo’ proclivity of most public services and departments, which is still another challenge.

The last variable of Table 1 (number of NGOs or other non-State actors) indicates a balanced situation (in 9 CGs six or more NGO participates and 8 CGs have five or less). This follows the differing institutional fabric of the CGs, insofar as some estates have only a few local associations

(formed by residents) and a few exogenous organisations which are based in the neighbourhood, although they might not work with the local population³⁰, while others have many non-State actors based or intervening in the territory.

4. THE CURRENT CHALLENGES OF THE COMMONS

The theme of the “Commons” comes from the remote past and has resurfaced in recent times, becoming one of the greatest challenges of the future. We find the commons as a set of resources of property and community use, at least since the High Middle Ages (from the 6th century onward), but especially since the Middle Ages (XI and following centuries), through the implementation of the system of “open spaces”. In the feudal structure of production, dominated by seigniorial or ecclesiastical entities, “communal lands” were found along with small plots cultivated by the peasants and their families, for self-subsistence.

They were legitimised by the lord, for the common use of all the peasants of the fief, consisting of woods (for various domestic uses, including the construction of houses and fences), marshes and prairies, where the villagers kept and fed their animals, and thus obtained wool, milk and meat and enabled their agricultural work and transportation (cf. Baiardi, 1997; Kaustky, 1974; Pirenne, 1978).

The Commons thus initiate as being “communal lands” or of “common use”, including meadows, forests and water points and therefore of a physical or material nature.

It is in this logic that the Commons connect with the history of “Baldios” in Portugal³¹, an essential theme in this reflection, since, to a certain extent, as we hope to show, the CGs are a kind of “immaterial Urban Baldio”.

As European societies moved into the Modern Age and progressively centred their lives on urban activities and industry, which accelerated with the Industrial Revolutions, there was a growing need for supplies and, therefore, for higher land yields and productivity, so communal lands suffered the offensive of privatisation and commodification, on the path of a capitalist logic³². The result was the “enclosure” of these lands, converted into private properties, and later on, into public properties as well. The arguments put forward were that these lands were underutilised³³ and a waste of their profitability and productive potential, necessary to accompany the needs of the expanding capitalist system.

Henceforth, the model of community ownership, use and/ or management (associated with the Commons) was considered anachronistic and incapable of following the new capitalist demands and pressures, being thus replaced by private ownership models (associated with Market Capitalism) and public models (Socialist State or Welfare State). These were the models that prevailed in the twentieth century and their narrative implied that the Commons were “remnants of the past”, irrelevant and inefficient to modern standards.

In this same line of argumentation came the celebrated article of the ecologist Garrett Hardin, entitled “The Tragedy of the Commons” (1968). He argued that the free and unlimited access to a common resource, such as a pasture, inevitably leads to the (economically “rational”) pursuit of maximum individual gain (in this case, the acquisition of more and more cattle), at the expense of the common resource, leading to the overexploitation of the Common (in the case, depleting the pastures), which turns to a negative externality, harming all the other potential users and one’s future self.

He concluded that the Commons were therefore condemned to the tragedy of being exhausted and lost, as were other natural common resources (such as forests, water, fishing resources or hunting), and human survival itself (by overpopulation growth).

As a consequence, the proposed solution for this conundrum is to “enclose” and privatise these resources (capitalist/ private solution), or to appropriate and regulate them (State/public solution), which, as stated earlier, frames the issue in convenient dichotomous paradigms: Capitalism vs. Socialism, Market vs. State, Private vs. Public.

Elinor Ostrom, who earned the Economics Nobel award in 2009 for her work on economic governance, especially the Commons³⁴, demonstrated that there are efficient forms of community ownership and management of natural resources such as forests, fisheries, oil fields, pastures and irrigation systems in various parts of the world³⁵.

What Elinor Ostrom proved is that there are various ways of communally appropriating and managing resources and, above all, interacting with ecosystems, which do not put in jeopardy their sustainability and future use, as defended by Hardin.

This “rehabilitation” and revaluation of the Commons, defining the conditions for their good governance or management, opened new paths to a neo-institutionalist perspective of the Economy, (re)embedded in Political and Socio-institutional arrangements, in contrast to the mainstreamed theories of Rational Choice and *homo economicus* models.

The traditional Commons as a system of ownership, use and management or simply as a mode of activity, gave rise to new types of Commons, including immaterial Com-

mons. Among these we underline “knowledge in general”, “knowledge of the elders”, “culture”, “knowledge and values of immigrants”, “computer software”, among others (cf. Calheiros, 2018).

This reformulation of the Commons has even led some authors³⁶ to distinguish, for example, “acting in common” (*agir en commun*, in the original) from “common action” (*agir commun*), thus emphasising the Commons as the latter idea, i.e. to define them essentially as a co-activity rather than a common property.

At the verge of facing systemic existential risks and challenges, the 21st century societies require new models of regulation and governance that are not limited to the dichotomy “Market - State” (and their variants), which have been failing for over two centuries. The Commons are at this crossroad, revealing the paths to a Shared and Participatory Governance (especially at the local level (Cf. Amaro, 2018), as an alternative to the exhausted models of the twentieth century, with new forms of ownership, use and management.

The Commons are therefore natural or other kinds of resources, goods, services or activities which, being fundamental to the Common Good and to the Dignity and Sustainability of Life (in their multiple dimensions and forms³⁷), are of interest to the community. The Community must have a say in its ownership, use and management, with full and total responsibility, or at least, in partnership with other actors in society, such as companies, the State (Central and / or Local) and other organisations³⁸. The Commons are, thus, inextricably linked to the deepening of Participatory Democracy.

Besides the historical and traditional types of Commons, nowadays are also conceptualised as Commons:

forests, water, fish and sea resources, rivers and oil fields and their resulting goods and services (for their strategic importance); as well as, immaterial services, products and values such as knowledge, which is often privately owned but may be put into communal use and everyone's benefit (for example, the knowledge accumulated by the elderly, traditional knowledges and crafts, cultural expressions and values of migrants and ethnic groups, open-source software, creative commons and other digital commons), community or alternative/complementary currencies, or even the education of children³⁹, and the care of the elderly and people with disability. In principle, any activities indispensable for the Sustainability of Life and common Wellbeing, whose private and for-profit appropriation may jeopardise it and/ or whose public management may be insufficient or inadequate, may qualify to be reclaimed as a Common, as long as it is guaranteed its democratic (co-)management or use (cf. Amaro, 2018, pp. 28-29).

From this point of view, the proper and sustainable use and management of these resources, goods, services and activities require the central role of the Community, which precisely a Community Group should enhance and leverage. In this sense, the Commons may progressively entail the own modalities and processes of appropriation, use and management, with the Community as the main actor, since it is in the core of these processes that the collective construction and significance of Wellbeing and Common Good is put into practise.

Despite these possibilities opened up by the Commons, it is important to be aware that there is a striking difference between engaging in a "politics of the Common" versus "commoning the Political", as Hollender (2016) inter-

estingly frames it. While the former may truly advance and open up this third sphere (nor State, nor Market) for collective praxis and reflexivity, “around resources, spaces, and knowledge, it does not necessarily require or imply continuous, long-term, or transformational responses”, or provoke a profound disruption of traditional forms of oppression and dominance and help to construct anti-capitalist or post-capitalist alternatives (Hollender, 2016, Section Non-Transformational vs Transformational Commons in reclaiming Common Goods, para. 1). These “non-transformational” Commons may instead be co-opted by those same interests and stripped out of their transformative potential, thus becoming weightless and powerless. On the other hand, “commoning the Political” requires a permanent struggle to reclaim the political process itself, i.e. the ways in which the collective aspirations are (re)created and radical democracy is prefiguratively rehearsed, with the explicit aim of breaking structural inequalities and forms of oppression.

5. COMMUNITY GROUPS AS COMMONS

The CGs of the City of Lisbon show a great variety and richness of experiences. When they are able to combine Community (Participatory Democracy) and Institutional fabric (Local Partnerships) in a complementary fashion, it corresponds to a full Community Group. Accordingly, in these circumstances, CGs rely both on Community participation (without any restrictions on the type of actors, ranging from individuals to formal or informal collectives) and on Institutions and Public Services, to promote the general Wellbeing of the population and the territory. It necessarily implies the involvement of all stakeholders in

the decision-making process, in a deliberative manner. As has been shown (Section 3), only a limited number of CGs currently fulfil these criteria. In these cases, a few processes are situated within the principles that characterise the “Commons”, as defined in the previous section.

- a) On the one hand, there is a process of co-production of Knowledge, that is, of joint construction of a Shared and Participatory Diagnosis, which enables the emergence of a new Common Knowledge about the territory and its struggles, built upon different perspectives, types of knowledge (theoretical and practical, technical and popular), expertise and sensitivities. This new Knowledge becomes a “communal property” and one of the starting points for Community Action. This has been found in the CGs of Padre Cruz, Horta Nova, Quinta Grande, FONSECAS and Calçada, Pendão and in one of Marvila’s CG called “4 Crescente” (aggregates the estates of Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Quinta das Salgadas, in Table 1);
- b) On the other hand, a few CGs have facilitated initiatives of co-Management of public spaces (such as spaces for different types of activities, cafeterias, urban vegetable gardens), where rules and Community usage criteria are autonomously defined, decided and managed by the participants and by groups or committees established for this purpose (Community self-management), or together with institutional representatives, local authorities, public services (like schools) or private non-profit organisations (shared co-management modality). Some examples are the initiatives of Padre Cruz and Horta Nova

(management of school cafeteria; community gardens), Pendão (co-appropriation and co-management of an indoor space for various group and communal activities, ranging from cooking and dining to workshops, exhibitions, meetings, parties, music production, gym).

- c) Moreover, there are also experiences of co-Construction of community responses, by which local communities and institutions and services propose solutions and act together in order to meet needs or satisfy the collective Wellbeing. They may jointly decide how a new rehousing project will take place and accompany the process or they may demand the Municipality to include lifts in a new rehousing building with four floors, which did not have this need accounted for (Pai-de-Cruz), or how should a busy road be redesigned in order to minimise (sometimes fatal) car accidents (Horta Nova). These are also the cases of reclaiming the right to the city by conquering green spaces for the neighbourhood against the financial interests of bricks and mortar, or demanding the construction of bicycle lanes that converge with the city’s existing circuits, so as to better integrate the social housing estates with the rest of the city fabric (CG 4 Crescente). And this is also the logic that is articulating 15 CGs (through their community’s representatives) in a collective trans-territorial Platform (PIC – Plataforma Intercomunitária), with the aim of finding and proposing, together with the municipality and parish councils, joint solutions for a better and more sustainable waste collection, separation and management in the city.

d) In all the experiences of CGs mentioned above, it is also noticeable the development and affirmation of a Common Identity, especially after a long period of existence, often times also as a form of resistance to the place-based stigmatisation and negative image that affects most of these estates. The Community Group may thus become an instrument for community empowerment, identity representation and a site of transformational struggles for recreating and contesting subaltern identities (towards the inside and the outside). These are clearly the cases of the CGs of Padre Cruz, Horta Nova, and albeit very recently formed, also the CG of Pendão.

When the CGs are widely inclusive of the resident population (amplitude) and they are able to have a strong influence on the CG's choices and processes, combining the principles of Participation and Partnership, they already prefigure a new model of regulation of the problems of the Society and a new model of Collective Intervention, which we call a Participatory and Shared Local Governance, and may be defined as⁴⁰:

A model for managing and regulating the problems and challenges of Dignity and Sustainability of common Life, that is, a set of rules, norms and methods for (or even a way to) deal with and solve the problems of Common Life that is not based on the Market (and on the will and interests of atomised individuals), nor on the State alone (explaining the use of Governance instead of Government), but rather articulates and mobilises the Local State and Administration, Devolved Public Services, private companies (committed to genuine forms of Corporate Social Responsibili-

ty), Civil Society Organisations (local and exogenous) and Community residents, especially those who are usually voiceless and unrepresented (in political and organisational spheres). This entails a collective consent to the assumption of equality between participants and the prevalence of a logic of Cooperation (rather than competition) and Solidarity between all the actors (which does not imply absence of conflict and confrontation at times), features that seem to be especially viable at the local and micro levels, since they require a certain degree of proximity and extensively, the development of interpersonal trust.

When fulfilling those conditions, CGs present a chance of “commoning the political” in a “transformational way” (cf. Hollender, 2016), opening and deepening the democratic sphere and incorporating struggles for the “Right to the City”, meaning, not only a fairer access to its resources and services, but the essential right to participate and jointly decide how to change it (Harvey, 2003).

However, it should be acknowledged that these emancipatory opportunities are oftentimes the paths of most resistance, facing various challenges. First and foremost, the challenge of creating a sense of Community or common identity which is able to overcome divisions of class, gender, race/ ethnicity and even place⁴¹. Then, the difficulties associated with promoting a simultaneously personal and collective empowerment, which begs the question how these processes actually occur (at a psychological and group/ social level), usually requiring long periods of time and the right opportunities to flourish, which frequently contrast with the urgencies of now. This aspect puts such processes in a vulnerable position, since people usually need the changes to be both effective and quick, and it is

that pragmatic sense that initially engages them in such collective processes, not a romantic option of transforming the political sphere itself. When combining these imminent frailties with insightful strategies of co-optation by political, institutional, economic or technical (bureaucratic) interests, placating the more structural demands and instead offering superficial and band-aid solutions, there is a great chance that the communities will succumb to such pressures. And there is such a risk in every Community Group, curbing its transformational and prefigurative potential, and converting it into a small-scale replica of the asymmetries that prevail in the socioeconomic and political arenas at large.

6. FINAL CONCLUSIONS AND FURTHER QUESTIONS

The Community Groups, which first appeared in Portugal in the nineties, are innovative experiences which partially reminisce of the Community Organising Movement of the United States (19th Century), although the latter did not present as much institutional involvement. More recently, over the last five years, similar kinds of initiatives have been appearing in Québec (Canada) and France, coined as “Tables de Quartiers”.

In the last decade, the Greater Lisbon Area has met a surge of CGs, due to several factors, among which the economic and social crisis. They showcase a wide diversity of modalities and forms, varying in the degree of openness (amplitude) to Citizen (resident’s) Participation, Citizen’s Influence and institutional and organisational involvement. We have found that the majority of CGs is still dominated by technocratic arrangements, where the Communi-

ty’s active involvement is limited. In spite of this prevailing tendency, the CGs which present a wide Community Participation do show signs of power redistribution, as the residents are usually able to influence the Groups’ collective decisions and actions. In these cases, it is noticeable the growing role that the CGs are playing toward solving local problems through creative and integrated approaches, that ultimately contribute to a fairer a more democratic city (and society). Moreover, these initiatives result in a new model of regulation which is not restrained to the traditional dichotomy of State and Market, emerging instead as a Common, which shifts the focus from property to use and (co)management. These experiences may not always assume an anti-capitalist or a post-capitalist resistance, but they do open up the possibilities of a counterhegemonic transformation of the political, by ‘commoning’ what was once decided in the opaque corridors of power and offices in a top-down fashion.

NOTAS

- ¹ Researcher at CSG- Research in Social Sciences/ Phd student at ISEG-UL (barbara.ferreira18@gmail.com)
- ² Associate Professor at ISCTE-IUL (rogerio.amaro@iscte-iul.pt)
- ³ During the nineties, in the estates of Padre Cruz and Horta Nova, in the parish of Carnide; in Quinta Grande, parish of Charneca; Galinheiras, in the parish of Ameixoeira; and Lóios, in the parish of Marvila, all still existing, two with some geographical reformulations. And more recently, in the Fonseca and Calçada neighborhood, in the parish of Alvalade, in 2017, and Pendão, in the parish of Queluz-Belas, in the city of Sintra, in 2018.
- ⁴ Amaro (2018, p. 18)
- ⁵ For an introduction to the discussion of the similarities, differences and relationships between Community Development and Local Development, cf. Amaro (2018, p.21-23).
- ⁶ Cf, for instance, Amaro (2009, p. 111 and also p. 108).
- ⁷ Cf., for instance, Amaro (2009, p. 109 and 111 and 2018, p. 23).
- ⁸ The discussion about the pertinence and sense of using these (or other designations and concepts) can be followed in Amaro (2017) and in Ferreira and Raposo (2017).
- ⁹ See, for instance, Arnstein (1969) or White (2006).
- ¹⁰ From this point of view, see the important contributions of authors such as Arnstein (1969) and Archon Fung (see Fung and Wright, 2003, Fung and Cohen, 2004 and Fung, 2006). See also Hickey and Mohan (2004).
- ¹¹ For example, Friedmann (1996), White (2006) and Chambers (1994). For a wider discussion of some of these contributions, cf. Ferreira (2011, p.18-39).
- ¹² See, for example, Ferreira (2011) and Amaro (2018, p.94-96).
- ¹³ Cf. Amaro (2018, p. 24).
- ¹⁴ Devolved public services (and not decentralised) because they remain dependent on the Central Administration.
- ¹⁵ See, for example, Amaro (2018, p. 99-101).
- ¹⁶ As already mentioned, for a more in-depth discussion of these concepts and their contents, see, for example, Amaro (2017) and Ferreira and Raposo (2017).
- ¹⁷ Not to be confused with the Lisbon Metropolitan Area, which includes several other cities in the Southern margins of the Tagus river.
- ¹⁸ See Barata Salgueiro (1999).
- ¹⁹ Specifically, unemployment, educational attainment (University Degree), dependent population (minors and elderly) and foreigners.
- ²⁰ A reason for this might be the high proportion of social housing estates in the city of Lisbon, which has expanded tremendously over the last three decades in a relatively small territory, thereby having the collateral effect of spatially integrating social housing estates which were isolated, not long ago.
- ²¹ When the legislation for a massive rehousing Programme (P.E.R. – Special Rehousing Programme) was approved, taking effect after 1995.
- ²² See Rowlands, Musterd and Van Kempen (2009).
- ²³ Please see Nunes, Viana, Serra and Amaro (2017) for more information.
- ²⁴ Until it was reactivated in May/June 2018.
- ²⁵ Some of the pivotal organisations in this case were the Municipality, Nuclisol, the Social Centre of the Church S. Maximiliano de Kolbe, among others.
- ²⁶ An evident sign of this tendency is the profusion of institutional networks at the municipal and parish levels (e.g.: “Redes Sociais” and “Comissões Sociais de Freguesia”, respectively).
- ²⁷ For instance, Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Local Contracts of Social Development), the BIP/ZIP Programme in Lisbon, and more recently Contratos Locais de Segurança (Local Security Contracts).
- ²⁸ These have only emerged in Lisbon, so far. We refer to the experiences of Telheiras (“Local Partnership of Telheiras”), Marvila Antiga and Vale Fundão (“Community Group of Marvila Antiga”) and the Santo António Parish (“Community Intervention Group”).
- ²⁹ See Santos (2003), Fung and Wright (2003), Pateman (1999), Barber (2003).
- ³⁰ This is recurrent in social housing estates, since NGOs may apply to rent a municipal space, which in most cases, is located in the ground level of social housing buildings.
- ³¹ Cf. Bica (2010) and Baptista (2009).
- ³² For the Portuguese case, see Bica (2010) and Baptista (2009). For example, for the Catalan case, see Bascón (2015). In general, for Europe, see, among others, Baiardi (1997), Kaustky (1974) and Pirenne (1978).
- ³³ Hence the negative connotation given to the word “Baldio”, usually associated with the idea of abandoned land, underutilised or degraded.
- ³⁴ Cf., for example, Ostrom (1990).
- ³⁵ Her work focused mainly on pasture management in Africa, and irrigation systems in Nepal.
- ³⁶ See especially Dardot and Laval (2014), in particular chapter 6.
- ³⁷ What, from the outset, implies a more comprehensive and therefore ‘ecocentric’ perspective of Life (with all Life forms being equally important and their interactions and solidarities a crucial aspect of their Sustainability), and no longer merely anthropocentric, in which the human being is in the center and the ultimate end of Life, using and abusing all other forms of Life, at least in the last about 200 years.
- ³⁸ This refers to the concept and practices of Shared and Participatory Local Governance, which will be discussed below.
- ³⁹ According to an African proverb (with equivalent expressions in various other cultures), “it takes a whole village to raise a child,” which amounts to making that challenge, not just a task for family, but of the Community, that is, a Common.
- ⁴⁰ Cf. Amaro (2018, pp. 34-35). See also the concept of Empowered Participatory Governance, presented by Fung and Wright (2003). For a more general discussion, cf. Ferreira (2011, pp. 28-35).
- ⁴¹ Due to the resettlement processes which mixed in one place populations from different parts of the city, generating, at times, an increased sense of historical identity of the place among those who had lived there previous to the resettlement versus those who came more recently.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R. R. (2009). Desenvolvimento Local. In: A. Cattani *et al.*(coord.), Dicionário Internacional da Outra Economia (pp. 108 – 113). Coimbra: Almedina e CES.
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. Cadernos de Estudos Africanos, 34, pp. 75-111.
- Amaro, R. R (2018). Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento.
- Arbaci, S. (2002). Patterns of Ethnic and Socio-spatial Segregation in European Cities: are welfare regimes making a difference? In: Fonseca et al. (eds.) Immigration and Place in Mediterranean Metropolises (pp. 83-115). Lisboa: Luso-American Development Foundation.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. Journal of the American Institute of Planners, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224.
- Baiardi, A. (1997). Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo. Cadernos de Ciência & Tecnologia, vol. 14, nº 3, p. 449-464.
- Baptista, F. O. (2014). Baldios - A erosão da propriedade comunitária. Lisboa: Autor.
- Barata Salgueiro, T. (1999). Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. Inforgeo, Espaços Urbanos, n. 14, 2005, pp. 65-76.
- Bica, A. (2010). Baldios – Quadro Histórico; Caracterização do Direito sobre os Baldios. Lisboa: autor.
- Barber, B. (2003). Strong Democracy – Participatory Politics for a New Age [1984]. Berkeley: University of California Press.
- Báscon, D. A. (2015). El Comú Català - La història dels que no surten a la història. Barcelona: Potlatch Ediciones.
- Calheiros, C. (2018). A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso na aldeia de Moledo. Master's thesis in Social and Solidarity Economy, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Chambers, R. (1994). Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigm. World Development, Vol. 22, No.10, pp. 1437-1454.
- Dardot, P. & Laval, C. (2014). Commun - Essai sur la révolution au XXIe siècle. Paris: La Découverte.

- Dekker, K. & Van Kempen, R. (2005). Large housing estates in Europe – a contemporary overview. In Dekker & Van Kempen (orgs). *Restructuring Large Housing Estates in Europe* (pp. 63-84). Bristol: The Policy Press.
- Ferreira, B. (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: performances locais*. Master's thesis in International Cooperation and Development, ISEG – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Ferreira, B. & Raposo, R. (2017). *Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento: Um Roteiro Crítico*. *Cadernos de Estudos Africanos* (34), pp. 111-144.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Fung, A. & Wright, E. O. (Eds.) (2003). *Thinking about Empowered Participatory Governance*. In: *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance* (pp. 3 – 44). London and New York: Verso.
- Fung, Archon (2006). *Varieties of Participation in Complex Governance*. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66-75.
- Fung, A. & Cohen, J. (2004). *Radical Democracy*. *Swiss Journal of Political Science*, Vol. 10, No. 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.
- Guerra, I. (2010). *Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, pp. 121-134.
- Hardin, G. (1968). *The Tragedy of the Commons*, *Science*, vol. 162 (3859), pp. 1243-1248.
- Harloe, M. (1994). *Social Housing in Transition*. *Journal of Housing and the Built Environment*, Vol. 9 (1994) No.4, pp. 343-355.
- Harvey, D. (1989). *From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism*. *Geografiska Annaler, Series B, Human Geography*, 71(1), pp. 3–17.
- Harvey, D. (2003). *The right to the city*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27, pp. 939-941.
- Harvey, D. (2005). *A brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Hickey, S. & Mohan, G. (eds.) (2004). *Towards Participation as Transformation: Critical Themes and Challenges*. In: *Participation: from Tyranny to Transformation? Exploring new Approaches to Participation in Development* (pp. 3 – 24). London and New York: Zed Books.

- Hollender, R. (2016). A Politics of the Commons or Commoning the Political? Distinct Possibilities for Post-Capitalist Transformation. *Spectra*, 5(1). DOI: <http://doi.org/10.21061/spectra.v5i1.351>
- Jessop, B. (2002). Liberalism, Neoliberalism and Urban Governance: A State- Theoretical Perspective. *Antipode*, 34 (3), pp. 452-472.
- Kaustky, K. (1974). *La cuestión agraria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Malheiros, J; Ferreira, B.; Carreiras, M.; Amílcar, A.; Raposo, R. (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. *Espaço & Geografia*, Vol.19, N. 1 (2016), pp. 185-237.
- Musterd, S. & Andersson, R. (2006). Employment, Social Mobility and Neighbourhood Effects: The Case of Sweden. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 30, pp. 120–140.
- Nunes, N.; Viana, A. M.; Serra, N.; Amaro, R. R. (2017). *Intervenção Comunitária – Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Centro Editorial da SCML.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons - The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: University Press.
- Pateman, C. (1999). *Participation and Democratic Theory* (19th ed). Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Pirenne, H. (1978). *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou.
- Rowlands, R.; Musterd, S.; Kempen, R. V. (eds.) (2009). *Mass Housing in Europe: Multiple faces of Development, Change and Response*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003). *Democratizar a Democracia Os caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento.
- White, S. C. (2006). Depoliticising Development: the Uses and Abuses of Participation. In: D. Eade (ed.) *Development, NGOs, and Civil Society* (3rd ed) pp. 142 - 155. Oxford: Oxfam.

A Pandemia do Covid-19 e seus reflexos na Economia Solidária: o Caso CIEPS/UFU

Cristiane Betanho*

Jéssica Caroline Fonseca Lopes*

José Eduardo Fernandes

Maria Raquel Caixeta Gandolfi

Peterson Elizandro Gandolfi*

* Programa de Pós Graduação em Gestão Organizacional do Mestrado Profissional da Universidade Federal de Uberlândia (PPGO-FAGEN).

PALAVRAS-CHAVE

COVID-19;
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA;
ENSINO REMOTO;
UFU;
BRASIL

KEYWORDS

COVID-19;
SOLIDARY POPULAR ECONOMY;
REMOTE TEACHING
UFU;
BRAZIL;

Resumo

Objetivo deste trabalho foi refletir sobre as ações da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Minas Gerais, Brasil) no enfrentamento às consequências da pandemia Covid-19, indicando resultados e possibilidades futuras de atuação em sociedade. Nesse sentido, foram descritos os efeitos da pandemia na UFU, em especial, nas ações de extensão envolvendo o movimento de Economia Solidária. Os dados epidemiológicos do Comitê de Acompanhamento da universidade a correta decisão de suspensão das aulas presenciais e a adequação dos serviços para o modo remoto. Os

projetos de extensão, dentre eles a Feirinha Solidária da UFU, foram também readequados para evitar aglomerações, no entanto buscando manter o atendimento e as trocas com a sociedade. A Feirinha se constitui como um espaço de busca por construção de relacionamentos para além da esfera da mercadoria e da desconfiança do sistema hegemônico. Em um momento que se coloca em cheque os resultados desse sistema na saúde e nas condições de vida das populações, a experiência indica a possibilidade de reflexão da construção de um outro mundo, mais justo e solidário.

1. Introdução

A pandemia por coronavírus, denominada COVID-19, surgida na província Hubei de Wuhan (China) em Dezembro de 2019, espalhou-se rapidamente pelo mundo. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)” quando havia a confirmação de 7,7 mil casos e 170 óbitos localizados na China, além de 98 casos em cerca de 18 países, sendo nove casos em investigação no Brasil (BRASIL, 2020a).

No Brasil, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, de 03 de fevereiro de 2020 e publicada no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2020, em seu artigo primeiro, declarou “[...] Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional [...]” devido ao 2019-nCov. (BRASIL, 2020m). No dia 11 de Março de 2020, foi oficialmente declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2020a).

Os sintomas iniciais da COVID-19 incluem febre, tosse, mialgia, fadiga, ou dispneia e nas fases posteriores. a infecção resulta em diversos sintomas e morbidades. Em situações mais graves, a patologia apresenta destruição de células pulmonares, trombose, hipercoagulação, dentre outras coisas que conduzem a síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), subsequente fibrose pulmonar e falência de múltiplos órgãos. (POLLARD et al, 2020; WU, ZHAO, YU, 2020).

A Covid-19 exigiu a adoção de medidas a fim de diminuir a curva de contaminação e de mortes. Dentre essas medidas, destaca-se a utilização de máscaras, em alguns casos luvas, a utilização de álcool 70% para higieniza-

ção de mãos e, por fim, o isolamento social, no sentido de reduzir o contato entre as pessoas infectadas com as não-infectadas (HU et al., 2021; POLLARD et al., 2020).

Diante de tal cenário, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, tratando da substituição de aulas presenciais, enquanto durasse a pandemia, por aulas realizadas em formato remoto por meios digitais disponíveis.

A partir daí, as universidades começaram os seus processos internos de adaptação e contingenciamento. Campos et al (2021) descrevem o comportamento da COPPEAD (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro), em especial, na temática da educação, no fortalecimento das tecnologias e do EaD. Teixeira-de-Carvalho, Dias Júnior e Kruta-Bispo (2021) descrevem o processo de mudança organizacional e adaptação da Universidade Federal de Paraíba frente ao Covid-19.

Nesse momento, as universidades brasileiras começam a se organizar para ofertar também atividades de extensão nesse formato remoto, dado que uma série de ações com a comunidade precisavam ser continuadas e algumas passaram a ser ainda mais necessárias no enfrentamento da pandemia, como as ações de humanização junto aos hospitais e as relacionadas a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e agricultura familiar.

É sobre esse universo que esta reflexão se debruça, com o objetivo de apresentar as ações da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Minas Gerais, Brasil) no enfrentamento às consequências da pande-

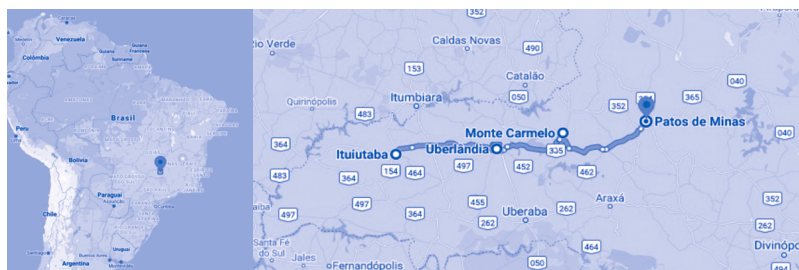
mia, indicando resultados e possibilidades futuras de atuação em sociedade. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo descrever os efeitos da pandemia Covid-19 na UFU, em especial, nas ações de extensão envolvendo o movimento de Economia Solidária.

Em termos metodológicos, tem-se uma revisão documental no que tange à apresentação das ações da universidade, apresentação que traz outros elementos à pesquisa-ação desenvolvida pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps), organismo da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFU com o propósito de assessorar coletivos populares que desejam organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS).

2. A UFU sob Covid-19 e seus efeitos no ensino e na extensão

A Universidade Federal de Uberlândia é uma fundação pública de educação superior pública e gratuita *multicampi* (7 campi em 4 Municípios distintos: Ituiutaba, Uberlândia, Monte Carmelo e Patos de Minas), localizada no Estado de Minas Gerais, interior do Brasil.

Figura 1 – Localização Geográfica da UFU



Fonte: Elaboração Própria

Segundo o Anuário de 2019 (UFU, 2019) a universidade possui um orçamento aproximado de R\$ 1 bilhão de reais com uma estrutura de 3 hospitais universitários, uma escola de educação básica (ESEBA), uma escola de educação profissional e de saúde (Escola Técnica de Saúde – ESTES) e 97 cursos de graduação, 73 cursos de Pós Graduação entre mestrados e doutorados, totalizando aproximadamente 30.000 estudantes nos vários níveis e modalidades.

Na UFU¹, a PORTARIA REITO Nº 305, de 13 de Março de 2020 estabeleceu a criação do Comitê de Monitoramento ao COVID-19 no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Baseado nas instruções normativas e nas portarias anteriores por meio da Decisão Administrativa Reitoria Nº 1/2020 (de 16 de Março de 2020), a partir da decisão do Comitê de Monitoramento ao Covid-19, deliberou-se pela suspensão de aulas e demais atividades acadêmicas a partir de 18/03/2020, e replanejamento de atividades administrativas, como medida de prevenção ao COVID-19.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão e Culturas, por meio da PORTARIA PROEXC Nº 16 de 17 de Março de 2020, que dispôs sobre ações de prevenção à transmissão do COVID-19 no âmbito das atividades de extensão e cultura da Universidade Federal de Uberlândia, declarou em seu artigo 1º a suspensão, enquanto perdurar a decisão do Comitê de Monitoramento da UFU ao Covid-19, das atividades de extensão e cultura. A partir da PORTARIA PROEXC Nº 31, de 06 de Julho de 2020, autorizou-se a modificação do plano de trabalho presencial das atividades de exten-

são em ações de natureza remota, enquanto durar o período de isolamento social durante o período do estado de pandemia da Covid-19.

3.1 O Monitoramento do Covid-19 na UFU

A partir da PORTARIA REITO Nº 305, de 13 de Março de 2020, o Comitê de Monitoramento apresentou os seguintes objetivos:

- I - analisar os dados e as informações a fim de subsidiar as decisões dos gestores na definição de estratégias e ações adequadas para o enfrentamento de emergências;
- II - propor medidas preventivas para evitar o contágio do novo coronavírus;
- III - apresentar protocolo de gerenciamento de detecção de casos suspeitos da Covid-19 na UFU;
e
- IV - organizar campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio.

Nesse contexto, o Comitê de Monitoramento à Covid 19 da UFU também acompanha as ações adotadas pelos comitês locais dos Municípios de Uberlândia, Patos de Minas, Monte Carmelo e Ituiutaba, onde a UFU possui *Campi*.

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo Comitê Covid19-UFU, apresenta-se na Tabela 1, o monitoramento da evolução dos casos e dos óbitos. Até meados de junho os municípios onde a UFU tem *campi* apresentaram 134.585 casos confirmados de COVID-19

com 3.508 mortes. Desses municípios, destaca-se o município de Uberlândia, sede da Universidade: com uma população de 700 mil pessoas, em 30 de junho de 2021 apresentava 101.746 casos e 2.547 mortes.

Tabela 1 – Casos e Óbitos por Covid-19 até 30/06/2021.

Município	População*	Casos	Óbitos
Uberlândia	669.097	101.746	2.547
Patos de Minas	153.585	14.979	461
Ituiutaba	105.255	13.364	334
Monte Carmelo	47.931	4.496	166
Total	975.868	134.585	3.508

Fonte: <http://www.ufu.br/comitecovid19>

*Estimativa IBGE para 2021.

Para um melhor entendimento dessa situação apresenta-se abaixo um acompanhamento evolutivo dos indicadores de casos (gráfico 1) e de mortes (gráfico 2) pela Covid-19 nos municípios em que a UFU estabeleceu seus *campi*. Nos gráficos, utiliza-se a média móvel de 14 dias devido ao tempo de incubação do vírus e é calculada a partir da soma dos casos registrados nos últimos 14 dias, dividido por 14. Dessa forma o gráfico mostra tendência (crescimento, estabilidade ou queda) e, a partir daí, pode-se verificar o comportamento da sociedade e as medidas governamentais tomadas de combate ao vírus.

No gráfico 1, tem-se a evolução dos casos de Covid-19. Nesse caso, a coluna variação (14 dias) mostra a média móvel dos casos de Covid-19 e é representada no gráfico pontilhado. Na coluna da esquerda tem-se a variação per-

centual dessa média. Como se pode verificar, tem-se uma tendência de aumento da incidência de casos a partir de maio/20 até meados de outubro/2020. No final do ano de 2020, período que coincidiu com as eleições municipais do país, houve publicização de menos casos. Somado ao período das festas de final de ano, o afrouxamento das medidas restritivas levou a um aumento expressivo de casos até meados de março de 2021. Especificamente, nesse período verificou-se medidas mais duras como fechamento do comércio a partir de uma política Estadual de ondas restritivas (conhecidas como onda amarela, vermelha e roxa) para a região em que a UFU está localizada. Com a melhoria dos resultados e o afrouxamento das restrições (configurada prioritariamente pela pressão política dos empresários locais), a partir de maio/21 percebe-se uma nova tendência de crescimento.

Gráfico 1 - Evolução dos casos de Covid-19 de 17/08/2021 a 30/06/21

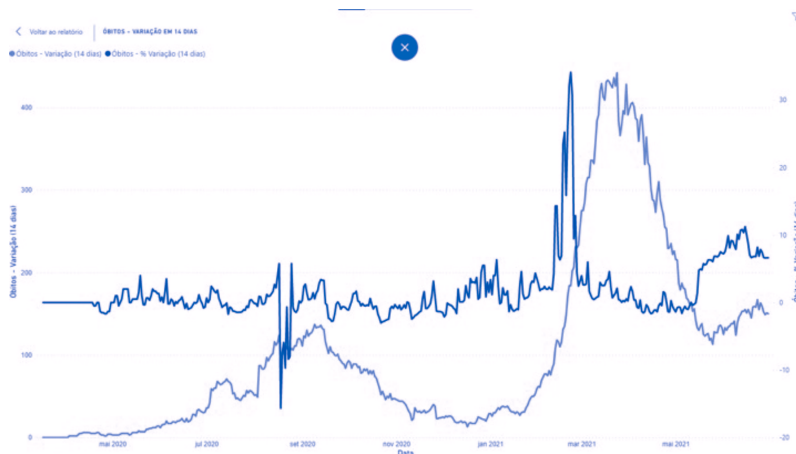


Fonte: <http://www.ufu.br/comitecovid19>

A vacinação na região começou muito tardia. Somente em 18/01/2021² houve a aplicação da primeira vacina no Estado de Minas Gerais. Enquanto a vacinação demorava, houve uma grande mobilização para abertura de leitos em enfermarias e UTI nos hospitais do Estado no sentido de atendimento aos pacientes mais graves (problemas respiratórios agudos). A partir daí, a vacinação seguiu a uma velocidade muito aquém da esperada (quando comparada a outros países de mesmo porte) e não há claramente uma previsão de vacinação da população como um todo.

Na mesma lógica do gráfico 1, o Gráfico 2 apresenta a evolução dos óbitos por Covid-19 nos mesmos municípios onde há *campi* da UFU. Nesse gráfico, pode-se verificar claramente a presença das duas ondas amplamente divulgadas no mundo todo. A primeira onda com o pico em meados de setembro/20 e a segunda onda em meados de abril/21, sendo que a queda não foi muito grande, estabilizando-se próximo ao pico da primeira onda partir de maio/21 percebe-se um novo crescimento da quantidade de óbitos, configurando-se uma possível terceira onda.

Gráfico 2 - Evolução dos casos de óbitos por Covid-19 de 17/08/2021 a 30/06/21



Fonte: <http://www.ufu.br/comitecovid19>

A partir dos números apresentados, casos e óbitos por Covid-19 verifica-se a correta decisão de suspensão das aulas presenciais e a adequação dos serviços para o modo remoto e EaD. Para um melhor entendimento, o formato remoto das atividades de ensino foi adotado tanto na graduação quanto na pós-graduação. Os professores receberam treinamentos para adaptar o ensino a distância e a UFU adquiriu licenças de ambientes virtuais de aprendizagem para a mediação. Durante o segundo semestre de 2020, professores e alunos puderam adaptar-se ao novo formato, com a opção de adesão livre às atividades. Em 2021, o calendário foi retomado, indicando a obrigatoriedade de adesão a professores e alunos, que cursaram já um semestre letivo nesse formato e ainda cursarão o próximo (julho a novembro de 2021), dado que o co-

mitê de enfrentamento a covid indicou a necessidade da manutenção do afastamento físico até o controle da pandemia na região.

3.2 O CIEPS - Centro de Incubação em Empreendimentos Populares e Solidários

A Universidade Federal de Uberlândia adotou, como lema, “UFU: um bem público a serviço do Brasil”. Dentro desse contexto, a universidade organiza suas estruturas para atender a diversos públicos, dentre eles os movimentos emancipatórios da classe trabalhadora e iniciativas populares de geração de trabalho e renda.

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) é um organismo da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFU, e tem por propósito contribuir, a partir dos princípios da Economia Popular Solidária, para a promoção do Bem Viver.

Três conceitos chave aparecem nessa declaração de propósito do Cieps, dois explícitos e um implícito.

A Economia Popular Solidária (EPS) é entendida pelo Cieps e pelo Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS) como uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade, e pretende construir uma alternativa econômica em que os trabalhadores tenham poder de decisão sobre a produção e a distribuição do valor gerado pelo trabalho coletivo (BETANHO et al, 2018).

Segundo Alberto Acosta (2016), o Bem Viver apresenta-se como uma oportunidade para construir co-

letivamente uma nova forma de organizar a vida. Ao propor a superação do capitalismo, inscreve-se na linha de uma mudança civilizatória, forjando-se nos princípios da interculturalidade, da reciprocidade, da complementaridade, do regresso aos valores de uso e na oposição ao conceito de acumulação perpétua.

Na intersecção entre Economia Popular Solidária e Bem Viver impõe-se entender o conceito de Sustentabilidade. O Cieps adota a definição de Mészáros (2007:190), que afirma que o conceito está relacionado a “estar no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos”. A partir dessa visão de sustentabilidade, os princípios da EPS (autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade) tomam corpo como os pilares a partir dos quais a práxis da busca de uma outra sociedade, mais justa e solidária, pode se realizar no campo concreto.

O Cieps possui unidades nos *campi* dos quatro municípios a partir dos quais a UFU exerce influência na região – Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas e Uberlândia, e atua com trabalhadoras e trabalhadores dos segmentos de coleta de materiais recicláveis, ativistas da arte cultura popular e agricultoras e agricultores familiares.

Esse último grupo, desde 2010, tem se aproximado da pauta da agroecologia, entendida pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA, 2019) como um enfoque multidimensional e transdisciplinar que se propõe a estudar os processos de desenvolvimento a

partir da perspectiva ecológica e sociocultural. Adotando o agroecossistema como unidade de análise, busca apoiar a transição dos modelos convencionais para estilos sustentáveis de agricultura e desenvolvimento rural. Assim, Agroecologia é, ao mesmo tempo, um enfoque científico, teórico, prático e metodológico; e Movimento Social, posto que sua ação prática e política tem o propósito de influenciar e transformar, com o coletivo, a visão da sociedade sobre os processos de produção e a relação dos mesmos com desgaste e/ou a preservação da natureza e da saúde.

Essa aproximação com a agroecologia se deu por meio do interesse dos agricultores e com a institucionalização de dois Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) a partir das unidades do Cieps em Uberlândia e Monte Carmelo. Com recursos coordenados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a partir da concertação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (extinto pelo atual governo), Meio Ambiente, Educação e Ciência e Tecnologia, os NEA/ Cieps têm desenvolvido desde 2013 ações articulando Agroecologia e Economia Popular Solidária. Entendemos que é necessário questionar como se dão tanto os processos de produção como de reprodução em sociedade. Caso contrário, submetemos a construção da Agroecologia aos processos de cooptação e subsunção de ideias do modo de produção capitalista.

Assim, o Cieps tem desenvolvido ações junto a coletivos de agricultoras e agricultores familiares camponeses, buscando apoiar a organização dos processos produtivos, organizativos e de realização da produção

em sociedade, de forma que esses coletivos retenham para si o valor gerado pelo seu trabalho.

O processo de transição agroecológica leva em consideração a ideia dos sistemas agroflorestais, buscando a recuperação dos espaços naturais.

A região de influência da UFU (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais) está no centro do agronegócio brasileiro. O grau de degradação ambiental da região é alto, provocado pelo avanço das culturas de cana-de-açúcar, soja, laranja e pela prática pecuária. O estado de Minas Gerais possui um índice de degradação médio de 86%, isto é, a maior parte do seu território enfrenta problemas relacionados à degradação ambiental.

O processo formativo realizado a partir dos NEA/Cieps leva em consideração a necessidade de retomar o conhecimento sobre os ciclos da natureza e internalizar a produção de insumos, resgatando sementes e técnicas de controle de desequilíbrios ambientais e buscando aumentar a diversidade na produção de alimentos. Assim, nesses espaços tem-se a produção de “comida de verdade” para as famílias de agricultores e a possibilidade de produção de excedentes para comercialização a famílias de trabalhadores urbanos. Ao lado de práticas ambientalmente ricas que produzem “comida de verdade” para o solo (pelo reaproveitamento de restos via compostagem) e para os demais seres viventes na natureza (pela presença de matéria orgânica abundante).

Durante os anos de 2013 a 2016, na vigência dos projetos de criação dos NEAs/Cieps, foram envolvidas 392 famílias de agricultores nas atividades de formação, como caravanas agroecológicas e rodas de con-

versa, seminários e nos cursos de agroecologia e comercialização, sempre a partir dos princípios da EPS. Naquele período, 25 famílias se dispuseram a realizar a transição agroecológica e foram acompanhadas pela equipe de assessoria técnica da incubadora, o que produziu massa crítica de produção para a certificação dos mesmos como produtores orgânicos. A disponibilidade de alimentos oportunizou a criação de um projeto de comercialização a partir da ideia do consumo crítico e solidário.

O consumo crítico e solidário está ancorado no combate à degradação ambiental, por meio da escolha por adquirir produtos agroecológicos (no caso de alimentos) e produzidos localmente; no reconhecimento do trabalho, portanto privilegiando os espaços em que podem ser cultivados relacionamentos entre produtores e consumidores; e no cultivo de relações de solidariedade entre os trabalhadores que produzem e os que adquirem os produtos no processo de troca, respeitando a diversidade cultural, histórica e de valores dos grupos (BETANHO e FERNANDES, 2018).

A Feirinha Solidária da UFU é um espaço de formação e relacionamento, dentro dos limites dos *campi* da Universidade Federal de Uberlândia, que foi fundado em 2015 a partir do amadurecimento desses grupos de agricultores que, desde 2010, participavam da transição agroecológica com o Cieps, recebendo assessoramento técnico e político na organização da produção, agregação de valor e comercialização direta dos alimentos.

A Feirinha Solidária da UFU é um projeto de extensão registrado na universidade que tem o objetivo de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes

que proporcionem aos trabalhadores envolvidos em OPS incubadas no Cieps e/ou nos programas e projetos desenvolvidos na incubadora e/ou no FREPS, ocupar espaços de mercado sem intermediários, superando a exploração por atravessadores e melhorando a renda dos trabalhadores. Sobretudo, pretende-se ir além da formação técnica para que se possa sociorreferenciar a relação dos trabalhadores do campo em relação aos seus pares da cidade, a partir da produção e do consumo de alimentos saudáveis, superando as relações de dependências, avançando na construção de redes de produção e consumo crítico e solidário.

Figura 1 – Feirinha de Economia Solidária no Campus (Santa Mônica) da UFU durante a pandemia.



Na Feirinha (figura 1), são comercializados desde frutas, verduras e raízes até doces, pães, bolos, queijos, farinhas e biscoitos. Os alimentos são produzidos pelos agricultores, que ofertam os mesmos no espaço da feira em bancas expositoras separadas por coletivos. Como o espaço está organizado a partir dos princípios da economia popular solidária, os trabalhadores são induzidos a cooperar, organizando a oferta sem sobreposições entre os grupos (isto é, evitar que todos levem o mesmo tipo de oferta no dia), de forma a não sobrar alimentos; e a estimar preços que não estimulem competição entre os coletivos. Na mesma direção, a reflexão conjunta estabeleceu regra de não permissão da intermediação de produtos de outros agricultores que não pertençam aos grupos ou adquiridos em espaços comerciais, assim, apenas alimentos produzidos pelos próprios coletivos podem ser ofertados. A partir desse conjunto de compromissos, foi possível estabelecer uma base de cooperação entre os agricultores e de confiança entre eles e os consumidores, que confiam na origem dos alimentos ofertados.

A Feirinha completou quatro anos em novembro de 2019 com um conjunto de aproximadamente cem famílias de trabalhadores, enquanto produtores e consumidores, semanalmente trocando experiências. Em Betanho et al (2020), foi apresentada reflexão sobre a visão dos consumidores sobre a Feirinha Solidária da UFU. Na ótica dos mesmos, A Feirinha é indutora de novos hábitos alimentares saudáveis em que a cultura alimentar regional é valorizada, como o consumo de plantas alimentícias não convencionais

(PANC). A proximidade com os agricultores é um fator motivador para a frequência ao espaço no mesmo nível em que valorizam a produção orgânica.

3.3 A Pandemia e o CIEPS

Quando declarada a pandemia, em meados de março de 2020, a UFU recomendou a suspensão de todas as atividades presenciais e inclusive dos projetos de extensão. No entanto, tendo em vista o caráter recíproco da Feirinha, a contribuição que alimentos saudáveis poderiam exercer sobre os sistemas imunológicos das pessoas, e ainda a manutenção da renda das famílias de agricultores, a atividade pôde ser continuada a partir de uma lógica de distanciamento social mediado pela tecnologia.

Foi organizado um processo de concertação de esforços para uma virtualização intermediária da feira, de forma a reduzir o contato físico, mas permitir a oferta e a aquisição dos alimentos.

Para tanto, os agricultores passaram a organizar uma única lista de ofertas, em que são apresentados os alimentos em oferta na semana. Foram padronizados preços, pesos e outros indicativos de qualidade entre todos os agricultores para que a oferta fosse coletiva.

Foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens e um email a partir dos quais essa lista pudesse ser comunicada e os consumidores pudessem fazer as encomendas durante a semana.

Figura 2 – Cestos Solidários (kits de compra)



Já existia um grupo de troca de informações em um aplicativo de mensagens, a partir do qual os consumidores e os agricultores trocavam fotos das plantações, identificações de plantas, receitas e outras impressões. Por esse grupo foi comunicada a suspensão da feira no formato presencial e a possibilidade de os consumidores realizarem encomendas, divulgando o link desse grupo de encomendas, chamado “Cestas Solidárias Cieps”.

Os consumidores fazem as encomendas durante dois dias da semana. Ato contínuo, os agricultores totalizam os pedidos e distribuem entre si os itens, de forma a dividir o conteúdo das encomendas. No sábado, os mesmos se reúnem e separam as cestas, e os consumidores vão até o espaço da UFU para retirá-las e efetuar o pagamento.

Com 15 meses de funcionamento nesse formato distanciado, a Feirinha Solidária da UFU conquistou novos adeptos que não conheciam o projeto no seu formato presencial, dada a colaboração dos consumidores frequentes, que indicam o espaço a amigos. Os agricultores têm atendido a uma média de 62 pedidos semanais, com valor médio de 80 reais.

Considerações finais – Um presente de lutas para um futuro incerto

Este relato está sendo concluído na finalização do mês de junho de 2021. A região de influência da UFU ainda não tem 20% da população vacinada com as duas doses. O Comitê de Acompanhamento da universidade recomendou a continuidade das aulas e atividades possíveis no formato remoto, indicando que uma retomada de aulas presenciais e a conseqüente aglomeração de quase 30 mil pessoas que constituem a comunidade acadêmica UFU poderia acelerar a contaminação na região. Pelos dados apresentados, a decisão da universidade está no caminho certo. O Reitor da UFU, professor Valder Steffen Júnior, afirmou a imprensa que a volta às atividades presenciais está condicionada à imunização completa (duas doses) para toda a comunidade, o que deve pressionar o poder público a aprofundar a estratégia de vacinação.

Em relação ao Cieps, percebe-se a prática dos princípios da Economia Popular Solidária por todas as dimensões do projeto Feirinha Solidária da UFU. A cooperação entre os agricultores tem se aprofundado e por conta do apoio formativo do Cieps os trabalhadores conseguiram rapidamente se adaptar ao formato

remoto do projeto, cada um contribuindo com o coletivo a partir das competências que já desenvolveram e que estão desenvolvendo. As questões sobre a divisão dos alimentos encomendados entre os coletivos para fornecimento, o fechamento do caixa e divisão do dinheiro, a separação e entrega das encomendas, todas essas foram consensadas entre os trabalhadores. Os conflitos e problemas, quando surgem, são debatidos e resolvidos pelo coletivo, o que indica a assunção do princípio da autogestão no campo concreto. Em termos econômicos, os agricultores tem conseguido retorno considerado bom e o aprofundamento das competências em organização da produção proporcionaram o acesso a outros canais de distribuição, como a merenda escolar.

Finalmente, como salienta Gaiger (2009), a prática da solidariedade se manifesta na reciprocidade e em um duplo anseio emancipatório por parte dos trabalhadores: do trabalho alienado e superexplorado, e da pobreza da sociabilidade decorrente da ancoragem das relações na esfera do consumo. Como pode se ver no caso, esse anseio se manifesta na classe trabalhadora, tanto exercendo o papel de produtora como de consumidora de bens e serviços. A Feirinha se constitui como um espaço de busca por construções de relacionamentos para além da esfera da mercadoria e da desconfiança do sistema hegemônico.

NOTAS

¹ <http://www.ufu.br/comitecovid19/legislacoes>.

² <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/noticias/240-minas-gerais-inicia-a-maior-operacao-de-vacinacao-da-sua-historia>.

NOTAS

BIOGRÁFICAS

Cristiane Betanho
Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional - Curso Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia/MG e coordenadora geral do CIEPS-UFU.

Jéssica Caroline Fonseca Lopes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional - Curso Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia/MG

José Eduardo Fernandes (in memoriam)
Atuou como pesquisador e extensionista dos Programas desenvolvidos pelo CIEPS-UFU.

Maria Raquel Caixeta Gandolfi
Docente da Faculdade de Gestão e Negócios-FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Atua como pesquisadora e extensionista do CIEPS-UFU.

Peterson Elizandro Gandolfi
Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional - Curso Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN da Universidade Federal de Uberlândia/MG e coordenador do CIEPS-UFU/Patos de Minas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Quem Somos** (20..). Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BETANHO, Cristiane; ROALCABA, Orly D.C.; FERNANDES, José E. Consumo crítico e solidário na ótica dos consumidores da Feirinha Solidária da UFU. **Cadernos de Agroecologia**, v.15, n.2, 2020.

BETANHO, Cristiane; et al. **Agroecologia e Economia Popular Solidária para a Agricultura Familiar Campesina**. v. 8, p.1-48. (Série Agroecologia). Uberlândia: UFU/PROECX/Cieps, 2018.

BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José E. Consumo Crítico e Solidário: uma reflexão sobre as relações de produção e consumo. **Anais do Enanpad**. Curitiba, 3 a 6/10, 2018.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). Boletim Epidemiológico 2020; (02). Disponível Em < <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/BE-COE-Coronavirus-n020702.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2020a

BRASIL. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2020h. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em 14 abr. 2020b

CAMPOS, R. D.; TAVARES, E.; CHIMENTI, P. S.; MARQUES, L. Desafios da Pandemia para o futuro da educação: O caso Coppead. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. N. Esp., p. 1-15, 2021.

GAIGER, Luiz I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, 2009.

HU, B. et al. The cytokine storm and COVID-19. **J Med Virol.** v. 93, n.1, p. 250-256. Janeiro, 2021.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLLARD, C. A. et al. The COVID-19 pandemic: a global health crisis. **Physiol Genomics.** v. 52, n. 11, p. 549-557. Novembro, 2020.

Teixeira-de-Carvalho, D. L., Dias, J. J. L. Junior, & Kruta-Bispo, A. C. (2021). Nosso calendário parou! A mudança organizacional na UFPB devido à COVID-19. **Revista de Administração Contemporânea**, 25(spe), e200249. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200249>

UFU, Anuário 2019. http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/anuario_2019_versao_analitica_0.pdf acesso em 15 de junho de 2021.

WU, F., ZHAO, S., YU, B. *et al.* A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature** **579**, 265–269 (2020). Disponível em <<https://www.nature.com/articles/s41586-020-2008-3#citeas>>. Acesso em 12 out. 2020

Una Economia per la Vida De la Covid-19 a un Nou Model Econòmic Plural, democràtic, relocalitzat i ecològic per Catalunya

Ivan Miró

**Proposta de Pacte català per la Salut
Col·lectiva, la Democràcia Econòmica
i la Justícia Socioambiental**

Ivan Miró - ivansants@yahoo.com

Sociólogo e membro da La Ciutat Invisible. Coordenador da Pós-Graduação em Economia Social e Solidária - Estudos Cooperativos (XES-UPF), realiza pesquisa em Coòpolis, Ateneu Cooperatiu de Barcelona. Membro do conselho diretivo da Federação das Cooperativas de Trabalho da Catalunha e da Fundação Roca Galès.

Publicou, sozinho ou com outros autores, 'A Economia Social e Solidária na Catalunha. Fundamentos teóricos e desafios estratégicos '(2020),' Cidades Cooperativas. Esboços de outra economia urbana '(2018); 'Cultura Cooperativa em Barcelona' (2018); 'A Economia Social e Solidária em Barcelona' (2016); ou 'As cooperativas operárias de Sants: autogestão proletária em um bairro de Barcelona' (1870-1939) (2010), entre outros".

1 - UN NOU MODEL ECONÒMIC PLURAL I TRANSFORMADOR

Les conseqüències socials i econòmiques de la pandèmia Covid-19 mostren, dolorosament, **la fragilitat d'un model econòmic global** que prioritza l'acumulació privada de riquesa per sobre de la resolució col·lectiva i equitativa de les necessitats humanes. Com afirma David Harvey, “quaranta anys de neoliberalisme a tota Nord-Amèrica, Sud-Amèrica i Europa han deixat allò públic completament exposat i sense preparació per afrontar una crisi de salut pública d'aquesta classe”.¹ A Catalunya, aquest model ha estat afavorit per polítiques econòmiques que han tingut com a conseqüència, entre d'altres, l'afebliment de la protecció social, la deslocalització del teixit productiu, la reducció de la despesa sanitària, la precarització de les relacions laborals, la crisi residencial, els recursos insuficients per la recerca, el menysteniment del sector primari i una nul·la capacitat d'articular estratègicament les cadenes productives locals, en favor de la penetració d'empreses multinacionals. Com apunta Josep Manel Busqueta, la crisi associada a la Covid-19 assenyalava el col·lapse de la globalització; i en el cas català, **el col·lapse d'una economia d'interfície que importa per exportar**. “El lliure mercat no ens assegura el proveïment del necessari, quan ens fa més falta”.²

En aquestes condicions, davant la crisi sanitària, social i econòmica, **Catalunya es troba amb un fràgil teixit socioeconòmic i amb serioses dificultats per sostenir una política econòmica orientada al bé comú** i l'interès general. Si la primacia del mercat capitalista, en condicions de normalitat, s'ha demostrat ineficaç al maximitzar la desigualtat social i minimitzar la sobirania col·lectiva, en situacions excepcionals com la pandèmia, les iniquitats socioeconòmiques i les limitacions estructurals s'aguditzen de forma exasperant. Per tant, **cal modificar substancialment les polítiques econòmiques** recents i desplaçar la tasca reguladora de l'economia vers institucions socials amb més capacitat de servir el bé comú, com són el sector públic, l'economia social i solidària, el sindicalisme, el treball reproductiu i de cures, així com un sector privat amb lucre limitat o que durant la crisi de la Covid-19 hagi actuat amb responsabilitat social, laboral i ambiental.

Deixant enrere una normalitat en crisi³ centrada en el mercat, i amb la finalitat de posar les bases d'una reconstrucció postcoronavirus de caràcter social, cal erigir un Nou Model Econòmic basat en una **Economia Plural Transformadora**. Dirigir a satisfer equitativament les necessitats econòmiques, socials i culturals del conjunt de la societat catalana; a proporcionar salut, renda, cures, habitatge, proveïments energètics i protecció social de forma universal; a garantir el conjunt de béns i serveis necessaris per la reproducció social i la dignitat de la vida humana. Del **Nou Model Econòmic Plural** i dels seus **marcs participatius de planificació**, n'han d'emanar polítiques públiques transformadores, que facin bascular l'estructura econòmica catalana cap el bé comú, la dimensió col·lectiva i la solidaritat. I, en concret, cap a la propietat pública i

social, la gestió democràtica, la socialització dels excedents i la transició ecosocial. Cal reorientar el sistema econòmic cap una **Economia per la Vida**.⁴

2 - UN NOU MODEL PRODUCTIU RELOCALITZAT I D'UTILITAT SOCIAL

La crisi sanitària demostra, amb cruesa, quins són els **treballs socialment necessaris per la reproducció de la vida**, quins són secundaris i quins són socialment i ambientalment contraproductius.⁵ En aquest sentit, el model productiu català s'ha orientat com una piràmide invertida de prioritats, privilegiant determinats sectors en el model de desenvolupament actual (turisme, immobiliari, automoció...) i menystenint-ne d'altres; fet que ha comportat **la falta de reconeixement social, salarial i laboral dels i les treballadores ocupades precisament en "sectors essencials" en moments de crisi**: socio sanitari, neteja, comerç, logística, distribució, producció tèxtil o agrària. La mercantilització de serveis sanitaris i socials,⁶ la deslocalització d'activitat productiva i manufacturera, la precarització del teixit comercial i la seva substitució pel capitalisme de plataforma,⁷ la uberització de la logística i l'anorreament del camp català en favor de les importacions i exportacions agroindustrials. han dibuixat **un model productiu poc resilient a la crisi sanitària** i multiplicador de la crisi social i econòmica.

Amb la pandèmia, la dependència del comerç internacional s'ha evidenciat de forma dramàtica pel que fa al material sanitari; la sanitat privada ha quedat noquejada per afrontar l'emergència; el decreixement forçat de la indústria turística mundial ha posat en crisi el sector estrella del sud d'Europa;⁸ el circuit alimentari global ha

mostrat la seva fragilitat per abastir poblacions locals en contextos d'excepció mundial;⁹ i una **estructura productiva fragmentada**, amb més de 500.000 persones en règim d'autònoms, ha romàs bloquejada en tant que força productiva per assumir reptes col·lectius. A Catalunya, mentre les polítiques econòmiques s'han orientat a atreure capital internacional, s'ha desestimat per contra una **estratègia integral d'enfortiment i enxarxament** d'autònoms i petites i mitjanes empreses, més del 80% del teixit productiu i el 58,9% del valor afegit brut de l'estructura econòmica catalana. Pel que fa a les polítiques laborals, tres dècades de **precarització, treball informal, temporalitat i parcialitat** poden cronificar la devastació provocada arran de l'aturada econòmica. A Catalunya, en la primera setmana de la pandèmia, el nombre de treballadores afectades per un Expedient de Regulació Temporal d'Ocupació (ERTO) fou de 247.690 i a finals de març s'arribà a 509.000.

Per augmentar la **resiliència productiva, laboral i social** en contextos creixents d'instabilitat socioeconòmica i ambiental, cal un **Nou Model Productiu** orientat a la **democratització, relocalització, mutualització i transició ecosocial** de les activitats econòmiques catalanes. En el centre, un sistema públic que garanteixi la qualitat dels serveis i treballs socialment necessaris per la cura de les persones. Al costat, un **sector industrial relocalitzat** i reorientat a la manufactura de productes amb impacte social i ambiental positiu; un sector comercial, distributiu i logístic que **mancomuni infraestructures**, dignifiqui ocupacions i faci front al capitalisme de plataforma; un sector agrari reorientat als **cicles curts, la producció agroecològica i la sobirania alimentària**; un sector serveis

redimensionat i redirigit a les necessitats d'un **desenvolupament local endogen**; així com un sector de la construcció reorientat a repensar les prioritats de l'agenda urbanística de les ciutats¹⁰ i a l'activació d'un nou ordenament territorial amb models resilients front l'emergència climàtica i residencial.¹¹

Tots ells, de forma transversal i en coordinació amb el sector públic, desplegant **sectors productius encarats a la Vida**: agroecologia, ecoconstrucció, mobilitat sostenible, energies renovables, reindustrialització descentralitzada i comunitària, economia circular, cooperativisme digital de plataforma, tèxtil ecològic, cultura de proximitat, comerç de kilòmetre zero, tecnologies digitals lliures, etc. Per contra, aquelles activitats nocives socioambientalment han de ser sotmeses a un **procés organitzat de decreixement i reorientació**. D'una economia abstracta i financiaritzada, s'ha de passar a una **economia (re)productiva i material**, orientada sota principis **d'utilitat social**. La salut, l'habitatge, els proveïments energètics o l'alimentació emergeixen com qüestions fonamentals pel propòsit d'una Economia per la Vida. A cada municipi, unitat territorial i a nivell català, s'ha de planificar i desenvolupar **estratègies de transició**¹², resiliència, democratització, relocalització¹³ i mutualització de les economies.

3 - UN NOU MODEL REPRODUCTIU I DE CURES

"Cap societat que sistemàticament debiliti la seva reproducció social aconsegueix perdurar massa", escriu Nancy Fraser. Com apunta el moviment feminista, la Covid-19 aguditza la **crisi de cures del model dominant de reproducció social**, una crisi sostinguda per les dones, so-

bretot les de classe obrera i d'origen migrant. Per Fraser, les lluites per la reproducció social abasten també els moviments per l'habitatge; la defensa de la salut pública; la sobirania alimentària; la renda bàsica; les lluites de migrants, treballadores domèstiques, empleades públiques i treballadores ocupades en residències d'avis, hospitals, centres de dia o llars d'infants amb ànim de lucre; els permisos de paternitat/maternitat més llargs i remunerats i una jornada laboral més curta. Com assenyala Fraser, cal una **reorganització massiva de la relació entre la producció i la reproducció**, per permetre que persones de qualsevol classe, sexe, orientació sexual i color puguin combinar les activitats de reproducció social amb un treball segur i ben remunerat.¹⁴

En aquesta reorganització, el sector públic ha de jugar un rol central a partir de **models sanitaris, socials, educatius i de cures que prioritzin la propietat i la gestió pública** (catalana o municipal), concertant quan sigui necessari determinats serveis amb **entitats sense ànim de lucre**, iniciatives comunitàries o cooperatives auto-organitzades de prestadores i/o receptores de serveis. En l'àmbit domèstic, les mesures públiques es dirigiran a fomentar **la democratització i corresponsabilització del treball reproductiu** dins les unitats de convivència; així com garantir els drets laborals de les treballadores domèstiques, sobretot amb **la regularització de totes les treballadores de la llar i de cures sense papers**.¹⁵

4 - UN NOU MODEL ECOLÒGIC I RESILIENT

Per Joan Benach, la **pandèmia del coronavirus està relacionada amb l'alteració global dels ecosistemes**, una crisi ecosocial provocada per la desforestació del Sud-

est asiàtic, els canvis en els usos de la terra, la fragmentació d'hàbitats, la urbanització, l'agroindústria, el turisme o la mercantilització de la salut pública.¹⁶ Vandana Shiva insisteix que la pandèmia es troba interrelacionada amb **l'emergència climàtica global**, provocada per unes economies extractives que devasten els recursos naturals¹⁷. És una manifestació més de la fràgil salut planetària, que amenaça els ecosistemes i tots els éssers vius. A Catalunya, fins avui, les polítiques de desenvolupament econòmic han aprofundit la crisi ecològica, doncs no han tingut en el centre la preservació dels béns comuns naturals, la **transició agroecològica i energètica**, els circuits curts de proximitat, la mobilitat sostenible o la reducció significativa de les emissions.

Fins que no s'assumeixi que la pandèmia és conseqüència del capitalisme ecocida, no es generaran les condicions per minimitzar properes pandèmies globals. També a Catalunya, en aquest sentit, urgeix implementar un canvi de model productiu i de consum: la **transformació ecològica de tot el sistema econòmic**. Cal un decreixement¹⁸ de sectors com el turisme, la construcció, l'energia no renovable o el transport contaminant. Fomentar la transició de les activitats nocives ambientalment i reforçar els sectors productius d'impacte positiu. Privilegiar l'agricultura i la ramaderia ecològica, el reaprofitament circular de la matèria, reajustar l'activitat econòmica per mitigar el canvi climàtic.¹⁹ En la **relocalització i transició ecològica del model alimentari**, cal que les administracions públiques siguin força tractora, apostant per la producció agrària local amb la compra pública d'aliments, per tal d'abastir hospitals, residències, menjadors escolars i de col·lectivitats. L'objectiu ha de ser regenerar el territori, **potenciar**

el món rural, frenar la urbanització, ecologitzar els nuclis urbans i industrials, potenciar la **sobirania alimentària i energètica** del conjunt del país.²⁰

5 - UN PACTE PER LA SALUT COL·LECTIVA, LA DEMOCRÀCIA ECONÒMICA I LA JUSTÍCIA AMBIENTAL

Per Francisco Navarro, del Seminari d'Economia Crítica Taifa, "l'altíssim risc de destrucció de teixit productiu i deteriorament de les condicions de vida de la població, evidencien la imperiosa necessitat d'una intervenció pública ràpida i contundent".²¹ Per evitar que les "espirals destructives generalitzades de producció, inversió, consum i recaptació pública" impactin negativament en les classes populars i l'economia productiva, cal un pla de xoc social i econòmic que reverteixi directament en les persones i al teixit socioeconòmic local.²² Tanmateix, després de batallar per mesures urgents i immediates de caràcter social, cal posar els fonaments del Nou Model Econòmic Postcoronavirus. Això és, impulsar un **Pacte català per la Salut Col·lectiva, la Democràcia Econòmica i la Justícia Socioambiental**, entre agents socioeconòmics plurals, definint-ne rols i interrelacions, així com establint la matriu que articuli polítiques econòmiques transformadores. És a dir, un nou tipus de pacte social que - a diferència dels Pactes de la Moncloa de 1977, que estableixen les bases per la reestructuració neoliberal de l'economia espanyola - avui institucionalitzi unes polítiques en favor d'un **Nou Model Econòmic Plural**, que garanteixi la salut universal, la democràcia econòmica i la justícia social i ambiental. Quins actors han de formar part del nou acord?

El **sector públic**, en primer lloc, ha guanyat una centralitat inqüestionable en el context d'emergència sanitària, social i econòmica. Es tracta d'apuntalar aquesta centralitat també pel procés de reconstrucció socioeconòmica postcoronavirus. A Catalunya, aquest sector ha d'abordar qüestions com la planificació de l'economia, la renda bàsica universal, la nacionalització de sectors estratègics, la creació d'una banca pública o garantir la **provisió universal de la salut**. Ara bé, en un context com l'actual, cal discernir el traç gruixut que separa una estatalització vertical i autoritària de les relacions socials, d'una **nacionalització democràtica i redistributiva dels recursos**. La primera apel·la al militarisme i la centralització; la segona promou la participació social i comunitària. Cal, per tant, combinar un procés necessari de nacionalitzacions i municipalitzacions, amb la **democratització i descentralització d'allò públic-estatal**, garantint la seva cogestió per part de les organitzacions dels i les treballadores i del conjunt de les usuàries. A Catalunya, **el municipalisme i el sindicalisme** poden jugar un paper important en la reapropiació social d'allò públic.

Un segon actor del Nou Model Econòmic ha de ser el **cooperativisme i el conjunt de l'Economia Social i Solidària**. Seguint Navarro, cal que "que des del sector públic s'estableixin estructures descentralitzades i recolzades en l'economia social per a la planificació econòmica". La crisi de la Covid-19 obliga a repensar el capitalisme en favor de principis de l'Economia Social i Solidària, com la **democràcia econòmica**, la propietat col·lectiva dels mitjans de producció, consum i estalvi, la limitació del lucre, el servei a la comunitat o la localització econòmica.²³ Ara bé, les iniciatives de l'ESS no escapen a les dificultats actuals

i alguns governs, com l'escocès, adopten mesures específiques pel seu suport, destinant-hi 20M de lliures. A Catalunya, per **rellançar una Nova Economia Postcoronavirus**, calen mesures en aquest sentit, que exigiran una forta implicació de l'Economia Social i Solidària catalana en el Nou Model Econòmic; tal i com succeí al Quebec de la dècada de 1990, quan l'economia social entrà a formar part de la política econòmica, per fer front a la crisi nacional amb els agents empresarials i sindicals.²⁴ En aquesta **concertació públic-cooperativa**, les **finances ètiques i solidàries** han de contribuir, amb la banca pública catalana, a un nou sistema financer orientat a les persones i al teixit productiu. Les organitzacions de **l'Economia Social de Catalunya** (AESCAT) han de formar part dels òrgans col·legiats de política econòmica, amb l'Economia Feminista i l'Economia Ecològica, i aportar la seva experiència per transformar tots els sectors productius i reproductius per una Economia de la Vida. Els **Ateneus Cooperatius** han de coproduir i implementar al territori polítiques públiques de desenvolupament local i transició ecosocial. Finalment, la **Llei catalana d'Economia Social i Solidària** ha de reconèixer-la com un àmbit específic de desenvolupament econòmic, subjecte de polítiques públiques i de democratització econòmica, social i ambiental.

En tercer lloc, és necessari implicar l'economia privada –sobretot la pròpia de l'estructura productiva catalana, com els autònoms i les PIMES - en el Nou Model Econòmic. Cal, tanmateix, definir un **nou sector privat d'utilitat social**, ja sigui perquè s'autolimita el lucre i destina gran part de l'excedent a finalitats socials, o bé perquè adopta criteris organitzatius i finalitats d'empresa social, o perquè hagi desenvolupat una **forta responsabilitat social, laboral**

i mediambiental durant la crisi del coronavirus, i decideixi incorporar estructuralment aquesta utilitat social en les seves finalitats empresarials. Aquesta nova economia privada haurà d'entendre dels riscos d'anar sola en un context de fagotització productiva per part del capitalisme de plataforma, estarà supeditada a l'interès general i es facilitarà **la seva transició cap a estructures mancomunades** d'activitat econòmica.

En quart lloc, cal fomentar que les organitzacions populars, veïnals i comunitàries de Catalunya – a més de prosseguir la lluita social reivindicativa- despleguin accions de caràcter socioeconòmic i esdevinguin **un agent econòmic comunitari**. Durant la pandèmia, les **xarxes de suport mutu** han proveït de cures i atenció a la població amb una universalitat que ha superat els límits de les polítiques estatals. Creant i transformant vincles socials, són una eina de solidaritat i cohesió popular indispensable en temps de precarietat existencial, exclusió social i racisme institucional. Les estructures populars dels sindicats d'habitatge,²⁵ els **Equipaments de Gestió Comunitària**, els horts comunitaris i socials, els obradors compartits, la producció autogestionada, els *FabLab* comunitaris, les monedes socials, els bancs del temps, els espais de criança compartida, l'economia migrant i anti-racista, o les comunitats autofinançades, són eines d'apoderament econòmic i embrions d'una institucionalitat alternativa amb forta capacitat d'autonomia i contrapoder social. Aquesta **Economia Popular i Comunitària** és clau per la transformació comunal i la transició ecològica de pobles i ciutats. En cas que així ho expressi i articuli espais de coordinació, caldrà incorporar-la al pacte català per un Nou Model Econòmic.

6 - CALDRÀ RECONSTRUIR EL MÓN I FER-HO DIFERENT

Sofrim el que Mariana Mazzucato ha definit com la **triple crisi del capitalisme global**: sanitària, econòmica i ambiental.²⁶ La profunditat abissal a la que s'enfronten les societats occidentals²⁷ n'està trastocant els paradigmes econòmics, polítics i socials. El que ahir era impensable, avui es contempla com una alternativa per fer possible el demà. Organismes com el Banc Mundial proposen la cancel·lació del deute extern dels països empobrits. La Unió Europea planteja un fons de suport a les persones que han perdut la feina. Economistes neoliberals suggereixen que el BCE imprimeixi diners per salvar empreses i economies domèstiques. Polítics històricament privatitzadors animen la creació d'una renda bàsica universal. En la **commoció mundial** provocada per la pandèmia, tots els escenaris estan oberts: es tancaran segons les correlacions de força geopolítiques, estatals, empresarials i de classe.

De com s'afronti la gestió de la crisi sanitària i la reconstrucció en naixerà un o altre model econòmic, polític i social. Es poden normalitzar sortides autoritàries, amb la recentralització dels Estats, la militarització, la pèrdua de drets i llibertats, l'extrema dreta marcant el pas.²⁸ Es pot decantar la reconstrucció amb plans de xoc neoliberals i les ja conegudes receptes d'austeritat dirigides a la despesa social i a les classes populars,²⁹ mentre es rescata multinacionals energètiques i companyies aèries.³⁰ Es pot radicalitzar la distòpia de Silicon Valley: individus reclosos als domicilis, connectats i abastits pel capitalisme de plataforma.³¹ Tota resposta, tanmateix, haurà de tenir present que la crisi del coronavirus, com apunta Iolanda Fresnillo, és l'agreujant d'una crisi global del capitalisme que ja es

forjava. Un *trigger*: “el desencadenant d’una crisi més profunda que ja fa temps que s’està coent”.³² Amaga una crisi d’acumulació de capital, una llarga crisi de productivitat i beneficis de l’economia real.³³

En tot cas, les respostes autoritàries o neoliberals a la crisi apunten a perllongar, d’una forma o altra, el Necrocàpitalisme.³⁴ Caldrà imaginació política, econòmica, social i ecològica per impulsar escenaris que ens situïn com a societats humanes en una **posició més favorable per la Vida i la Salut Col·lectiva**. Més que mai, som conscients que un sistema econòmic orientat a l’acumulació privada de la riquesa és contraproduent per la salut de les persones i el planeta. S’obren grans transformacions, que ens remetent a la invenció de nous sistemes socials forjats després d’altres desastres civilitzatoris. Tan de bo tingui raó Jacques Attali, quan escriu: “el desig de viure sempre preval i al final, els humans acaben per enderrocar tot el que els impedeix gaudir del seu breu pas per la terra”.³⁵ Serem capaces d’aixecar una societat humana centrada en la reproducció equitativa, digna i col·lectiva de la vida?

- ¹ Harvey, D. "Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19", *Jacobin*, 20.03.2020.
- ² Busqueta, J. M. (2020). "Lliçons de la pandèmia: propostes per a situar la vida al centre". (Youtube)
- ³ Subirats, J. "Normal y excepcional", *Ctxt*, 30/03/2020.
- ⁴ Economia per la vida, per Antoni Soy, vol dir "satisfer les necessitats bàsiques i essencials de la població, de tota la població: menjar, vestir, salut, educació, cures/serveis socials, habitatge, protecció -de la gent, de la natura, del medi ambient". Soy, A. "Vida o Capital", *Directa*, 1.04.2020.
- ⁵ Pérez Orozco, A. "És el moment de definir quins són els treballs socialment necessaris, reorganitzar-los i revalorar-los", *Directa* núm. 497, 1.04.2020.
- ⁶ Multinacionals i fons voltor controlen el 75% de las places en centres de la tercera edat, un negoci de 4.500 milions d'euros anuals a l'Estat espanyol. "Aparcamientos de ancianos S.A", *ctxt* 29/03/2020.
- ⁷ Per Ingrid Guardiola, el confinament pot dibuixar un escenari funcional al capitalisme digital: "El capitalismo de plataforma está acumulando mucho más poder y más rápido", *El País*, 23.3.2020.
- ⁸ Murray, I. et alt: "Turismo, decrecimiento y la crisis del COVID-19", *Alba Sud*, 24.03.2020.
- ⁹ Martina Marcet, ramadera agroecològica: "Ara s'està veient que, sectors com el nostre, són necessaris per a l'abastiment de productes, per no dependre només dels que arriben de l'exterior", *Naciodigital*, 30.03.2020.
- ¹⁰ Sisternas, M. "Si és que hi ha cases d'algú", *Ara*, 29.03.2020.
- ¹¹ "Cities after coronavirus: how Covid-19 could radically alter urban life", *The Guardian*, 26.3.2020.
- ¹² "What comes after the pandemic?", *The foundational economy collective*, març 2020.
- ¹³ Pérez, M. "Covid-19, una oportunitat per relocaltzar empreses?", *El Temps*, 29.03.2020.
- ¹⁴ Fraser, N. (2016): "El capital y los cuidados", *New Left Review*, núm. 100.
- ¹⁵ "Llegó la pandemia, y con ella, ha aparecido con toda su crudeza la precariedad del empleo de hogar". Comunicat de Sindillar et alt. pel Dia Internacional del Treball a la Llar i de Cures, 30.3.2020
- ¹⁶ "J. Benach: El coronavirus és una amenaça molt forta per als barris mes pobres", *Critic*, 26/03/2020.
- ¹⁷ Shiva, V. "El coronavirus: de los bosques a nuestras granjas, a nuestro microbioma intestinal", *lavaca.org*, 2.04.2020.
- ¹⁸ Solé, L. "Covid-19, l'assaig cap al decreixement", *Opcions*, 27.03.2020.
- ¹⁹ Gonzalez, L. (2020): *Colapso del capitalismo global y transiciones hacia sociedades comunitarias*, Manu Robles Fundazioa.
- ²⁰ Arran De Terra et alt. "50 Mesures per la Sobirania Alimentària", *Aixequem la República*, 2018.
- ²¹ Navarro, F. "Un pla contra el shock econòmic", *Catarsi*, 31.3.2020.
- ²² "Sindicats, organitzacions i plataformes antiracistes, feministes, ecologistes i socials que exigim una sortida d'aquesta crisi sanitària, social, de cures, climàtica, ecològica i econòmica que posi la vida al centre i no els beneficis de les grans empreses". <http://www.plandechoquesocial.org/>
- ²³ Voinea, A. "Covid-19 – time to rethink free market capitalism?", *CoopNews*, 31.3.2020.
- ²⁴ Mendell, M.; Neamtan, N. (2008). "The Social Economy in Quebec. Towards a New Political Economy", a VV.AA. *Why the social economy matters*, University of Toronto.
- ²⁵ "Clàudia Rusalleda: Lluitant amb el moviment per l'habitatge, tenim la certesa d'estar on hem d'estar", *Catarsi*, 16.12.2019.
- ²⁶ Mazzucato, M. "Capitalism's Triple Crisis", *Project Syndicate*, 30.03.2020.
- ²⁷ En països empobrits del planeta i en col·lectius com les refugiades i migrants, l'abisme és la normalitat. Sousa Santos, B. "Coronavirus: todo lo sólido se desvanece en el aire", *Página12*, 17.03.2020.
- ²⁸ "López Petit: L'epidèmia actual servirà per augmentar l'autoritarisme", *Directa* 497, 1.04.2020. També Serra, L. "Drets en temps d'excepció", *Ara*, 5.04.2020.
- ²⁹ Álvarez, Y. "Nos aplicaron austericidio, nos mata el coronavirus", *ElSalto*, 22.03.2020.
- ³⁰ El Pandemic Emergency Purchase Programme del BCE disposa de 750.000 ME per destinar en gran mesura a comprar bons de corporacions com Enel, Total, Repsol, Shell o Naturgy. Flores, L. "Covid19 y la doctrina del shock en los mercados financieros", *ElSalto*, 3.04.2020.
- ³¹ "Naomi Klein: La normalidad era la crisis", *ElSalto*, 1.04.2020.
- ³² Fresnillo, I. "Coronavirus i la nova crisi del capitalisme", *Directa*, 16.03.2020.
- ³³ López, I; Rodriguez, E. "El coronavirus y la crisis de beneficios", *ElSalto*, 20.03.2020. També Espelt, R; Fora, F. "COVID-19 i l'atzucac capitalista", *Directa*, 2.04.2020.
- ³⁴ Banerjee, B. (2008). *Necrocapitalism*. Organization Studies, 29.
- ³⁵ Attali, J. "¿Qué va a nacer?", *sdnoticias - Alternativas Económicas*, 25.03.2020.



UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNANÇA LOCAL PARTILHADA E PARTICIPATIVA

**Mariana Lima¹ | Rogério Roque Amaro²
Bárbara Ferreira³**

Mariana Lima - mariana_lima_23@live.com

Licenciada em Sociologia e Mestra em “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais”, pelo ISCTE-IUL, Voluntária da AGEDI – Associação Grupo Esperança e Direitos Iguais, co-criadora da Pluriversidade Comunitária

Rogério Roque Amaro - rogerio.amaro@iscte-iul.pt

Licenciado e doutorado em Economia, professor associado jubilado do Departamento de Economia Política do ISCTE-IUL, criador da Pluriversidade Comunitária.

Bárbara Ferreira - barbara.ferreira18@gmail.com

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestra em “Cooperação e Desenvolvimento”, Doutoranda em Sociologia Económica, no ISEG – Universidade de Lisboa, professora convidada no IPPS/ISCTE-IUL, co-criadora da Pluriversidade Comunitária.

O CONTEXTO COMUNITÁRIO: GRUPO COMUNITÁRIO GALINHEIRAS AMEI- XOEIRA (GCGA)

Um Grupo Comunitário é uma plataforma para ação conjunta, que junta a *participação* da comunidade (a título individual e coletivo – grupos e associações de moradores, colectividades locais e outras) e a *parceria* das instituições e serviços, com vista ao bem-estar da comunidade⁴.

Formalmente constituído em 1994, o Grupo Comunitário Galinheiras Ameixoeira (GCGA) tinha nessa altura apenas intervenção no bairro das Galinheiras, sendo depois alargada geograficamente, em 2006, aquando do processo de realojamento na zona da Ameixoeira. Constituído por moradores/as e por instituições públicas e privadas, o GCGA tem como missão contribuir para a resolução de problemas e necessidades da comunidade, com a participação de todos/as.

Desde 1994, o GCGA teve momentos mais ou menos ativos e diversas mudanças quanto ao seu modo de funcionamento. Nos últimos anos, têm sido criados no seu interior determinados projetos ou grupos de trabalho para dar resposta às necessidades identificadas, portanto com uma missão e uma duração limitada.

SURGIMENTO DA COVID-19 E GCGA

Com a eclosão da Covid-19 e respetivas implicações do estado de emergência, e apesar de algumas opiniões em contrário, tornou-se clara para a maioria dos elementos do GCGA a necessidade de continuar a reunir mesmo em período de confinamento, tendo-se realizado a primeira reunião do grupo, à distância, no dia 16 de Abril de 2020.

Para responder aos problemas que estavam a surgir ou a acentuar-se, o GCGA criou nesse mesmo dia cinco projetos específicos⁵. Com a participação de moradores e técnicos, estes projetos conceberam e implementaram diferentes ações, sendo muitas delas de carácter imediato – dada as situações de emergência –, embora sempre sustentadas numa visão integrada de longo-prazo para o território. Dados os problemas a enfrentar, mas também porque o GCGA procurou reforçar a componente participativa, as reuniões passaram a realizar-se à distância, quinzenalmente, e em horário pós-laboral, permitindo maior adesão por parte de moradores⁶.

No final de Maio, assistiu-se a um agravamento do número de casos de infeção por COVID-19 e à percepção, por parte do Ministério da Saúde, da situação preocupante nas “vilas” das Galinheiras, a este respeito.

ORIGENS E CONTEXTO DA INTERVENÇÃO NAS “VILAS” DAS GALINHEIRAS

Como resultado da preocupação sanitária e política com as “vilas” das Galinheiras, a Unidade de Saúde Pública (USP) Dr. Francisco George, do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lisboa Norte, apresentou um pedido de apoio ao GCGA no dia 29 de Maio: a inventariação e caracterização da população residente nalgumas das “vilas”

e a definição de uma estratégia de intervenção. Aceitando este pedido, oito elementos do GCGA⁷ prepararam, entre os dias 30 e 31 de Maio, um primeiro inventário da população residente nas “vilas”, identificadas pela USP-Lisboa Norte como as principais zonas problemáticas. Conjugando a informação institucional existente com o conhecimento direto do terreno, chegou-se a uma estimativa de cerca de 700 residentes, sendo esta informação, bem como as principais características socioeconómicas dessa população, apresentadas num relatório sucinto que foi enviado, na noite de dia 31, para a USP-Lisboa Norte.

No dia 1 de Junho, a Unidade de Saúde Pública (USP) solicitou a presença de três elementos do GCGA numa reunião⁸, apresentando-lhes um pedido de apoio: a inventariação e caracterização da 4 população residente, bem como uma proposta de estratégia de intervenção – dada a urgente necessidade de realizar-se um rastreio à população para deteção da incidência de Covid-19.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NUMA LÓGICA DE CO-GESTÃO

Os oito elementos do GCGA, que se conseguiram mobilizar no fim-de-semana de 30 e 31 de Maio, reuniram entre os dias 1 e 5 de Junho – por vezes, mais de uma vez por dia –, para debater e definir a estratégia de intervenção, a qual visou: (a) caracterizar a população residente que a USP identificou para rastreio; (b) sensibilizá-la para a necessidade de realização do rastreio e (c) tranquilizá-la com a intenção de acompanhamento durante e após a realização do rastreio. A estratégia foi assente no princípio de que esta problemática era de cariz social, e não da exclusiva preocupação da saúde pública, tratando-se de um fenóme-

no multidimensional que em muito ultrapassava as questões relacionadas com a contenção da pandemia, pelo que a estratégia foi desenvolvida de acordo com três eixos de intervenção: (1) Informação e Comunicação; (2) Realização do Rastreo e (3) Organização de Respostas Integradas.

Informação e Comunicação

Após a primeira estimativa provisória, resultado da inventariação e caracterização da população residente realizada entre os dias 30 e 31 de Maio, moradores/as e técnicos/as do GCGA, ligados aos três projetos já referidos, desenvolveram um levantamento mais amplo entre os dias 2 e 3 de Junho, nas várias zonas das Galinheiras, caracterizando cerca de 2100 pessoas. Este trabalho foi suportado pela criação de uma ficha de caracterização dos agregados familiares, que tinha como objetivos a recolha de informações socioeconómicas sobre os agregados e análise as suas condições para o cumprimento do isolamento, em caso de necessidade.

A aplicação destas fichas privilegiou uma abordagem de proximidade, sendo organizadas equipas com moradores e técnicos – beneficiando dos conhecimentos de cada um – que, porta-a-porta, sensibilizaram as famílias acerca da importância da realização dos testes, garantindo-lhes que iriam ser apoiadas nas dificuldades que enfrentavam. Entre os dias 4 e 5 de Junho, procedeu-se a um levantamento e caracterização mais sistemática e rigorosa de 367 pessoas de “vilas” que a USP-Lisboa Norte identificou para a realização de testes, tendo a recolha desta informação sido sistematizada com a finalidade de organizar o rastreio⁹.

Realização do rastreio

No dia 6 de Junho, foram realizados 253 testes sob a coordenação logística do GCGA, numa zona delimitada pela USP. A organização do rastreio teve como preocupação minimizar o aparato, sendo evitada a presença invasiva da comunicação social e com a presença de agentes policiais reconhecidos pela comunidade e optando-se por locais discretos para a realização dos testes.

Nesta fase, continuou-se a apostar na proximidade com as pessoas, sendo as mesmas acompanhadas, sempre que possível, pela mesma equipa que anteriormente tinha as contactado. Além disso, outros/as moradores/as e técnicos/as do GCGA estiveram nos locais de teste para prestar esclarecimentos e informações sobre a ação, junto da população em geral.

Organização de Respostas Integradas

Na sequência do conhecimento dos resultados dos 253 testes realizados no dia 6 de Junho, a USP-Lisboa Norte solicitou, no dia 9 de Junho, o apoio dos oito elementos que conceberam e implementaram a estratégia de intervenção, nomeadamente, na comunicação dos resultados dos testes e no acompanhamento das pessoas infetadas e das suas famílias – no total, 51 pessoas (20 positivas), correspondendo a 14 agregados.

Estes oito moradores e técnicos de instituições públicas e privadas aceitaram esta missão e definiram princípios, legitimados e validados pela USP-Lisboa Norte, que constituem a base do apoio desenvolvido, nomeadamente: um apoio que contempla todas as necessidades e fragilidades identificadas, de forma articulada, coerente e simultânea, o que implica uma articulação íntima e permanente entre

as instituições envolvidas nas respostas e apoios – cobrindo todo o agregado familiar e não apenas a pessoa individual infetada –, com permanente monitorização e acompanhamento dos resultados por parte do GCGA e sujeito à flexibilidade e às adaptações necessárias, admitindo-se respostas atípicas inovadoras, em função da evolução da realidade.

Estes moradores e técnicos começaram por identificar, de forma rigorosa e sistemática, as necessidades destas famílias ao nível alimentar, social, financeiro, jurídico-legal (para regularização de residência), jurídicolaboral, escolar, psicológico e da saúde em geral¹⁰.

Não obtendo respostas atempadas por parte das chefias das entidades com responsabilidades institucionais sobre estas necessidades, solicitaram reuniões com técnicos destas entidades, procurando, não apenas a passagem da informação, mas uma articulação efetiva que permitisse a partilha, a construção e a monitorização conjunta das respostas desenvolvidas. Não tendo ainda respondido a todas as necessidades identificadas, os moradores e técnicos e o GCGA continuam a acompanhar estas famílias, procurando repostas em articulação com as várias entidades públicas.

PISTAS PARA REFLEXÃO FUTURA

Ao longo deste processo, esta experiência permitiu-nos identificar doze ganhos e vantagens:

- O reconhecimento do papel essencial de um Grupo Comunitário, por parte do Ministério da Saúde, através da USP-Lisboa Norte: perante a grave situação do surto da Covid-19, na zona das Galinheiras, o Ministério da Saúde constatou que não tinha toda a informação e que não tinha os meios mais adequados para uma

- intervenção rápida e eficaz, tendo a capacidade de reconhecer que, a nível local, a existência de um Grupo Comunitário poderia ser um contributo fundamental;
- A humildade e a inteligência institucional da USP-Lisboa Norte, acolhida pelo Ministério da Saúde, de solicitar o apoio do GCGA, para melhor conhecer a realidade e propor uma estratégia de intervenção;
 - O conhecimento mais aprofundado e próximo (“in loco”) da comunidade local, o qual nunca poderia ser alcançado apenas com os dados institucionais existentes;
 - O papel decisivo dos/as moradores/as envolvidos/as na construção desse conhecimento mais profundo, em cooperação horizontal, de igual para igual, com os/as técnicos/as;
 - Demonstrando que os/as moradores/as podem fazer parte das soluções e não apenas dos problemas; A capacidade de resposta proporcionada pelo GCGA: uma resposta espacial (no terreno), temporal (num fim-de-semana, ao contrário dos comuns horários das instituições, para a realização da primeira estimativa) e logística, tendo-se organizado rapidamente e preparado toda a logística necessária para a realização de um levantamento aprofundado de 367 residentes das “vilas”;
 - O Acompanhamento de Proximidade prestado de imediato a 14 famílias, correspondendo a 51 pessoas, sem limitações de dias e de horários (24 horas por dia, durante sete dias por semana, incluindo feriados), nas semanas e meses seguintes;
 - A conceção e implementação de um Apoio Integrado, ancorado a uma visão holística do bem-estar dessas pessoas, proposto também às entidades públicas a quem cabe a resposta institucional às suas necessidades;

- A demonstração de que é possível e vantajoso pôr em prática uma *Deontologia Partilhada e Participativa*, ou seja, que não seja meramente setorial e tecnocrática, mas antes coletiva e democrática, envolvendo várias áreas de intervenção e moradores/as;
- A evidência de que é possível promover uma *Ecologia de Saberes*, ou seja, um diálogo de conhecimentos técnicos e populares, enriquecendo o conhecimento global e integrado;
- A comprovação de que também é possível um novo modelo de regulação de resolução dos problemas e desafios da sociedade, de co-gestão ou de Governança Local Partilhada e Participativa, envolvendo a parceria entre instituições e a participação da comunidade, o que significa uma efetiva mudança de paradigma na resolução dos problemas das comunidades;
- A possibilidade de criação de uma maior e melhor sustentabilidade de respostas, resultante deste maior envolvimento de parceiros e comunidade.

Contudo, houve também ao longo desta experiência alguns riscos e tensões:

- Ao colocar em causa os métodos convencionais de intervenções setoriais, em que os/as técnicos/as são os protagonistas centrais, este processo desencadeou fortes resistências e obstáculos e impedimentos institucionais e técnicos, nomeadamente, a uma abordagem integrada e holística das situações e dos casos acompanhados, atrasando respostas mais eficazes;
- Sendo questionados os “monopólios” dos conhecimentos técnicos e institucionais, as intervenções especia-

lizadas e o poder de decisão técnico e das instituições, registaram-se perturbações relacionais entre instituições locais e moradores;

- Ao propor e praticar o envolvimento de moradores/as, pôs-se em causa serem vistos apenas como parte dos problemas, objetos de intervenções técnico-institucionais e/ou como prestadores/as de informações para os/as técnicos/as, gerando-se resistências permanentes à presença e ao papel ativo de moradores/as e de não técnicos/as, o que dificultou ou mesmo impediu certas dinâmicas e respostas;
- Praticando uma *Deontologia Partilhada e Participativa*, obrigou-se a abrir a reflexão e o debate sobre o que é verdadeiramente a “Proteção de Dados”, valorizando-se a sua componente formal e menosprezando a capacidade efetiva de salvaguarda desse princípio – demonstrada por vezes melhor ou igualmente pelos/as moradores/as e não-técnicos envolvidos/as do que por técnicos/as convencionais.

NOTAS

- ¹ Licenciada em Siologia e Mestra em “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais”, pelo ISCTE-IUL, Voluntária da AGEDI – Associação Grupo Esperança e Direitos Iguais, co-criadora da Pluriversidade Comunitária (mariana_lima_23@live.com).
- ² Licenciado e doutorado em Economia, professor associado jubulado do Departamento de Economia Política do ISCTE-IUL, criador da Pluriversidade Comunitária (rogerio.amaro@iscte-iul.pt).
- ³ Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestra em “Cooperação e Desenvolvimento”, Doutoranda em Sociologia Económica, no ISEG – Universidade de Lisboa, professora convidada no IPPS/ISCTE-IUL, co-criadora da Pluriversidade Comunitária (barbara.ferreira18@gmail.com).
- ⁴ AMARO, Rogério Roque (2018), “Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários”, Leigos para o Desenvolvimento.
- ⁵ Projeto Saúde, Projeto Educação, Projeto Habitação e Alojamentos Temporários de Emergência, Projeto Mobilização e Participação Comunitária e Projeto dos Desafios da Pós-Crise.
- ⁶ Nos últimos anos, o GCGA reunia de forma alargada uma vez por mês em horário laboral.
- ⁷ Ana Isabel Fernandes e Ricardo Vieira (de um centro de desenvolvimento comunitário de uma instituição privada com utilidade pública), Eupremio Scarpa (morador), Fátima Cunha (diretora de uma escola local), Liliانا Cristóvão (técnica ambiental da USP), Mariana Lima e Sek Sarr (voluntária e morador/presidente, respetivamente, de uma associação de base local) e Rogério Roque Amaro (professor de uma universidade).
- ⁸ Nesta reunião, estiveram igualmente presentes responsáveis máximos de instituições envolvidas nas respostas à crise, tais como o Ministério da Saúde, a Direção-Geral de Saúde, a USP-Lisboa Norte, a Câmara Municipal de Lisboa (CML), a Proteção Civil Municipal (PCM), a Polícia Municipal (PM), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSLS) e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM).
- ⁹ A recolha de informação foi realizada em papel, porta-a-porta, tendo sido posteriormente carregada numa base de dados excel. Esta ficha era composta pelos seguintes elementos de informação: Rua, Vila/Vivenda e N.º; Nome da pessoa; Contacto

telefónico; N.º do agregado familiar; Data de Nascimento; N.º de Serviço Nacional de Saúde (SNS); Género; Nacionalidade; Legalização – está regularizado/a?; Tipologia familiar; Doença crónica – Indicar qual/ais em caso afirmativo; Tipologia de habitação; Hipótese de isolamento; Condição perante o trabalho; Setor de atividade; Vínculo laboral; Rendimento Social; Apoios alimentares; Apoios familiares; Apoios da vizinhança.

¹⁰ Estas necessidades, registadas em fichas complementares de diagnóstico, foram tipificadas no seguinte conjunto de áreas de apoio: Apoio alimentar (refeições preparadas e/ou mercearias e produtos frescos); Apoio para produtos de proteção pessoal, higiene e limpeza; Apoios na área da saúde; Apoios sociais convencionais; Apoio no pagamento da renda; Apoios financeiros para pagamento de contas correntes; Outros apoios sociais (não convencionais); Apoio jurídico-legal (para regularização de residência); Apoio jurídico-laboral; Apoio escolar e Apoio psicológico.

Além do registo destas necessidades, estas fichas completaram a informação anteriormente recolhida com outros dados, nomeadamente: Nome do/a Técnico/a Gestor/a da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Para obtenção da Baixa Médica – Unidade de Saúde Familiar/Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados; Médico/a de família; Para emissão da Declaração de Isolamento Profilático – Nome do contacto direto; N.º de Cartão de Cidadão/Passaporte/Visto de Residência; Número de Identificação da Segurança Social; Data do período de isolamento.

Ensaio e Trabalho Pedagógico

**O Direito à Cidade:
os desafios atuais
nos espaços urbanos**

**ESTADO DE BEM-ESTAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Ana Gama | Ana Silva | Gil Sousa

**Pós-graduação em Economia Social e Solidária,
do IPPS - Instituto de Políticas Públicas e Sociais,
do ISCTE-IUL**

Ana Gama
anabgama1973@gmail.com

Ana Silva
ana_silva_cunha@hotmail.com

Gil Sousa
gilsousa.az@gmail.com

Introdução

O Direito à Cidade. Esta expressão deu nome a uma das publicações mais significativas da teoria urbanística do século XX, tendo sido escrita pelas mãos do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, em 1968. Este direito é não só humano, mas também coletivo e diz respeito às pessoas que nela vivem hoje, mas também às futuras gerações. Interligado com este direito, está o direito à habitação, estando consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa. Porém, o facto da habitação ser cada vez mais um bem de consumo origina a que nem todos tenham capacidade para aceder à mesma. Muitas vezes, esta desigualdade está relacionada com processos de requalificação urbana que levam a processos de gentrificação do espaço urbano, que expulsam as classes mais desfavorecidas dos centros da cidade para as periferias.

Este ensaio teórico tem como ponto de partida três textos que se complementam tendo em conta as abordagens adotadas. O primeiro é da autoria de Carlos Fortuna (2012) e intitula-se “Henri Lefebvre e o direito à cidade: uma apresentação”, estando integrado na edição portuguesa do livro “O Direito à Cidade” em que o autor realiza uma apresentação da obra deste sociólogo e filósofo francês. Este texto faz uma contextualização dos contributos de Lefebvre para a forma de se analisar e interpretar a cidade como resulta-

do do sistema capitalista. O segundo texto é da autoria de Luís Mendes (2014) e intitula-se “Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith” onde o autor problematiza o papel que as políticas de reabilitação urbana no centro histórico das cidades portuguesas poderão facilitar processos de gentrificação, dando uma perspetiva nacional da implementação destas políticas e de como elas podem levar a processos de gentrificação. O terceiro texto, de autoria de Inês Barbosa e João Teixeira Lopes (2019), com o título de “Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto”, apresenta um estudo sobre a emergência de contra narrativas, que surgem numa diversidade de espaços, exprimindo e radicalizando diferentes visões de cidade a partir da turistificação, da gentrificação e do fachadismo cultural. Este texto tem o seu foco na cidade do Porto. Tendo em conta cada um destes textos, apresentamos as questões fundamentais levantadas por cada um dos autores:

- i) Qual o contributo da obra de Henri Lefebvre para o conhecimento das cidades atuais? (Fortuna, 2012)
- ii) Qual o papel que as políticas de reabilitação urbana no centro histórico das cidades portuguesas têm na facilitação de processos de gentrificação? (Mendes, 2014)
- iii) Que visões da cidade são exprimidas pelas contra narrativas em relação à turistificação, gentrificação e fachadismo cultural? (Barbosa & Lopes, 2019)

Este trabalho está estruturado em cinco pontos. No primeiro ponto começamos por identificar e definir os

conceitos chave, bem como as teorias defendidas pelos autores dos três textos. No segundo ponto apresentamos e analisamos as ideias dos autores relacionando-as com as Escolas e Correntes de Pensamento. No terceiro destacamos a abordagem teórica e apresentamos o roteiro metodológico que cada um dos autores adotou no seu trabalho. As conclusões de cada um dos artigos são apresentadas no quarto ponto. Por fim, no quinto ponto refletimos sobre o papel que a Economia Solidária pode ter na “luta” pelo direito à cidade e à habitação e contra processos de gentrificação.

1. Conceitos chave e as teorias defendidas pelos autores

Para dar resposta a cada uma das questões levantadas, os autores de cada um dos textos começam por definir um conjunto de conceitos. Embora todos sejam pertinentes, aqui apenas iremos focar aqueles que consideramos que estão interligados entre os três textos. Deste modo, iremos definir os conceitos de: cidade, gentrificação e espaço urbano. Conceito de cidade e teorias defendidas. Fortuna (2012) parte do conceito de cidade de Henri Lefebvre e na esteira do mesmo defende que a cidade não é apenas um conjunto de edifícios, “mas é muito mais a vida social, sensorial e emotiva que tem lugar entre eles, ou seja, que se experimenta nos espaços abertos, nas ruas, nas praças e nos encontros significativos que se podem desenrolar nestes espaços de premeio” (s.p.). Nesta definição é valorizada não só a parte arquitetónica, mas também as dimensões social, sensorial e emotiva que fazem parte da cidade e das relações entre os que usam e habitam na mesma. Porém, o facto destes espaços urbanos terem-

-se transformado em mercadoria, o autor defende que é necessário resgatar estes espaços socialmente e trazê-los para o centro da cidade. Nesta linha, e seguindo a perspectiva de Lefebvre, Fortuna (2012) defende que este processo deve assentar no reforço da cidadania - “exercício ilimitado do direito à cidade” (s.p.) -, no envolvimento de uma mudança cultural e na natureza das relações sociais através de uma ação coletiva política e cultural. Barbosa e Lopes (2019) no seu trabalho partem de uma conceção de cidade enquanto espaço-tempo, considerando-a como um “espaço social tenso, segmentado por diferenças, desigualdades e disputas” (p.7). Estes autores têm uma perspectiva crítica em relação às narrativas que encaram as cidades como comunidades unificadas, homogéneas e consensuais, uma vez que consideram que estas narrativas servem “os interesses das classes dominantes” e não das classes mais desfavorecidas. Para fundamentar esta sua posição, os autores argumentam que têm surgido contra narrativas que exprimem e radicalizam diferentes visões de cidade (em diversos temas tais como, turistificação, gentrificação e fachadismo cultural) através da produção de uma contra visualidade. Para além disso, assumem que este confronto entre as narrativas e as contra narrativas não é entre iguais, não só pelas questões de poder, mas também pelo facto de a evolução das cidades do capitalismo avançado apostarem na revitalização das suas áreas centrais, assumindo a reabilitação urbana como solução política e económica desses espaços (Queirós, 2007 citado por Barbosa & Lopes, 2019, p.8). É este processo que nos leva a assistir ao surgimento de novas formas de segregação urbanística, nomeadamente a gentrificação (Fortuna, 2012). Assim, para Barbosa e Lopes (2019) a

“cidade é indissociavelmente constituída pela mediação que se estabelece entre práticas, discursos e representações” (Barbosa & Lopes, 2019, p.10).

O conceito de gentrificação e teorias defendidas. Mendes (2014) define o conceito de gentrificação a partir da teoria urbana crítica. A primeira definição que ele apresenta define-a como “um movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico elevado, geralmente jovens e de classe média, a áreas centrais desvalorizadas da cidade, que depois tem como efeito que elas se tornem social, económica e ambientalmente valorizadas” (p.489). Esta definição está relacionada com o movimento de pessoas de classes mais favorecidas para territórios mais desfavorecidos, em que este movimento é que vai valorizar esses mesmos territórios.

Uma outra definição apresentada pelo autor caracteriza a gentrificação como “um processo de mudança socioespacial no qual a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de génese popular/tradicional atrai a fixação de novo moradores endinheirados, levando ao desalojamento de ex-residentes que não podem pagar mais o custo de habitação que sofreu de reestruturação urbana” (Mendes, 2014, p. 489). Esta definição, para além de integrar a questão da mudança social, engloba também a mudança espacial que resulta da transformação urbana que ocorre pela entrada de fluxos de capital privado e de proprietários, levando que estes espaços sejam espelho da reprodução capitalista.

Para além destas definições, Mendes (2014) apresenta um estudo desenvolvido por Savage e Warde (1993) em que estes autores realizaram uma revisão da literatura sobre o conceito de gentrificação, tendo identificado que

este fenómeno ocorre no espaço urbano caso se dê a coincidência de quatro processos, nomeadamente: i) a reorganização da geografia social da cidade, isto é, quando nas áreas centrais urbanas ocorre a substituição de um grupo social por outro de estatuto mais elevados; ii) quando ocorre o reagrupamento espacial de pessoas com características e estilos de vida semelhantes; iii) a transformação do ambiente construído e da paisagem urbana; iv) mudança de ordem fundiária que na maioria dos casos determina a elevação de valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade. Estes processos que foram identificados neste estudo também estão espelhados nas definições que apresentamos. Este fenómeno da gentrificação esteve sempre associado a espaços urbanos centrais e não centrais da cidade e a processos de reestruturação urbana - reabilitação urbana, renovação urbana e regeneração urbana (Mendes, 2013, 2015). Estes processos de transformação urbana têm assumido um papel importante nas intenções políticas neoliberais dos governos urbanos em que a gentrificação “de anomalia local e esporádica, limitada à cidade centro, passou a constituir-se como estratégia de mercado” (Mendes, 2014, p.491). Um desses exemplos é-nos dado por Barbosa e Lopes (2019) quando identificam que no Porto, com a entrada do governo local de coligação em 2002, a reabilitação urbana e o turismo foram duas das grandes apostas da autarquia. A cidade passou a ser vendida “como moderna, europeia e cosmopolita” (p.9) e reconhecida por receber vários prémios na área do Turismo. A combinação destes processos originou a intensificação da gentrificação e da turistificação da cidade com forte impacto na vida das classes populares que habitavam/habitam nesses espaços urbanos.

Conceito de espaço e teorias defendidas. Nos três textos é abordado o conceito de espaço, no entanto cada um deles apresenta uma perspectiva diferente. Para Fortuna (2012) o espaço não pode ser entendido apenas como o local passivo em que se desenrolam as relações sociais, mas ele é a própria ação social através da qual se constrói o espaço e a sociedade. Este autor também apresenta outra definição de espaço urbano baseado em Lefebvre como “uma construção social, fruto de práticas sociais e de decisões políticas tecidas pela história dos lugares. O espaço das cidades, incluindo as suas centralidades, não pode ser conceptualizado como estrutura monolítica e inalterável, mas antes como objeto de negociação social” (Fortuna, 2012, s.p.). Estas duas definições dão-nos uma perspectiva do espaço urbano como resultado de uma construção social em que existem vários atores que negociam esse próprio espaço, ainda que com poderes e recursos diferentes. A teoria defendida por Lefebvre vem demonstrar “que o espaço é suscetível de ser analisado em termos de dialética marxista, designadamente nos termos da relação entre a “base” - desenvolvimento do capitalismo industrial - e a “superestrutura” - construção da sociedade e da cultura urbanas” (Fortuna, 2012, s.p.). Assim, e ainda segundo Lefebvre, o capitalismo transfigura o espaço em mercadoria e sujeita-o às regras da propriedade privada e do mercado, sobrepondo o seu valor ao valor de uso. Também Mendes (2014) apresenta uma definição de espaço urbano como um produto social que é construído e reconstruído à luz da racionalidade capitalista contemporânea, em que as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialeticamente.

Já Barbosa e Lopes (2019) pelo facto de terem partido da lógica dialética da mediação para estudar os processos

de construção do espaço (resultante da relação do espaço com os agentes que nele inscrevem as suas práticas e se transformam mutuamente) definem o espaço em espaço percebido, espaço produzido e espaço vivido, designando este último como terceiro espaço (Soja, 1996 citado por Barbosa & Lopes, 2019). O espaço percebido é “o conjunto de incrustações físicas e materializadas que impregnam as práticas espaciais, simultaneamente forma e processo”, o espaço produzido são “as representações do espaço que se encontram nas intencionalidades de experts e burocratas que planeiam, racionalizam e modificam, mas também a imaginação das utopias e dos ativismos contra-hegemónicos e, de um modo geral, as ideologias teóricas e práticas que nos permitem pensar o espaço” (Barbosa & Lopes, 2019, p.12). No caso do terceiro espaço os autores definem-no como “o locus da intersecção quotidiana das práticas (...) que nos permite pensar as quotidianas concretizações das regras e da estrutura” (Giddens, 2000 citado por Barbosa & Lopes, 2019, p.12). Para os autores do texto, este conceito permite abrir pistas à interpretação da cidade como algo mais do que um urbanismo de formas fixas e onde várias disciplinas - sociologia, história, antropologia e geografia - se cruzam para construir um olhar crítico.

2. Escolas e Correntes do Pensamento: teoria crítica urbana...

A análise realizada permitiu-nos identificar que a teoria crítica urbana está presente nos três textos, no entanto, em Fortuna (2012) e em Barbosa e Lopes (2019) ela está implícita, mas em Mendes (2014) ela está explícita aquando o autor faz o mapeamento do conceito de gentrificação à

luz desta teoria. Antes de nos debruçarmos sobre os textos, vamos tentar responder à seguinte questão: Mas o que é a teoria urbana crítica?

Na perspectiva de Brenner (2010), a teoria crítica urbana é utilizada para caracterizar a tradição de esquerda pós 1968 ou os estudos urbanos radicais (por exemplo, os estudos de Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, entre outros). Esta teoria vem contrapor-se à teoria urbana dominante, muito associada à Sociologia Urbana da Escola de Chicago, que entende as “cidades como expressão de leis trans-históricas de organização social, racionalidade burocrática ou eficiência econômica” (Brenner 2010, p.21). De acordo com este autor a teoria crítica urbana “rejeita divisões do trabalho e formas de compreensão urbanas estatais, tecnocráticas e orientadas pelo e para o mercado” e dá uma maior ênfase à (re)construção contínua do espaço urbano “como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas” (p.21). A teoria urbana crítica também vem defender que é possível uma outra forma de urbanização que seja mais democrática, socialmente justa e sustentável “mesmo que tais possibilidades estejam a ser suprimidas através de arranjos institucionais, práticas e ideologias dominantes” (Brenner, 2010, p.21).

O facto de Fortuna (2012) apresentar o trabalho desenvolvido por Henri Lefebvre, um dos autores que mais contribuiu para a produção do conhecimento sobre as cidades, sendo também considerado por Brenner (2010) como um autor de referência na teoria crítica urbana, permite-nos afirmar que também neste texto esta teoria está presente. Para além dos estudos, Henri Lefebvre também teve um papel importante na criação de inúmeras insti-

tuições e grupos de ciências sociais e humanidades (p.e., Instituto de Sociologia de Estrasburgo) e de revistas (p.e., *Arguments*) dedicadas à reflexão sobre a cultura e a vida urbana. Outro dos seus contributos diz respeito à reativação da Sociologia Urbana Europeia, que deu os primeiros passos com Friedrich Engels, Max Weber, Marcel Mauss, entre outros. Esta situação deu-se pelo facto da Sociologia Urbana ter “emigrado” para a Escola de Chicago devido à guerra na Europa, tendo assumido uma perspectiva positivista e descritivista com Robert Park, Louis Wirth e Ernest Burgess. De acordo com Fortuna (2012), o facto de Lefebvre considerar que o descritivismo bloqueava a reflexão teórica sobre a cidade e que a dimensão social e simbólica deveria ser considerada aquando a análise da cidade levou-o a reativar os estudos urbanos na Europa. Também é evidente na obra de Lefebvre que o seu pensamento integra a questão urbana e a questão social, realizando o diálogo entre o pensamento marxista com as ciências sociais. Além destas ideias, o seu pensamento também teve contributos do estruturalismo, do existencialismo ou do surrealismo-letrismo-situacionismo (Fortuna, 2012, s.p.).

Já Mendes (2014) mobiliza a teoria urbana crítica para mapear o conceito de gentrificação. Começa por afirmar que a gentrificação já não é só um processo dos centros das cidades, mas já se alastra a outros espaços da mesma. Também refere que a gentrificação começou a ser considerada como uma estratégia de mercado, estando ao serviço “do urbanismo neoliberal e revanchista e dos interesses da reprodução capitalista e social” (p.491). A entrada da gentrificação como objeto de estudo tem sido crescente na academia. Mendes (2014) identificou que têm existido,

de grosso modo, duas posições antagónicas. Um grupo de autores e estudos que defendem que a gentrificação tem um papel importante para o desenvolvimento económico urbano e outro, que se tem destacado na crítica à gentrificação e à ideologia neoliberal. No que diz respeito ao primeiro grupo, o seu discurso assenta na ideologia neoliberal, apontando para o carácter “regenerativo” que a gentrificação tem no âmbito das políticas públicas urbanas para a valorização da imagem da cidade. Os argumentos mobilizados são:

a fixação da população já existente; a estabilização e posterior inversão do cenário de declínio urbano de muitas áreas urbanas sobretudo centrais; defesa de um modelo de cidade mais consolidada e compacta em torno do centro, ao invés de um modelo de crescimento e expansão urbana (suburban sprawl); um incremento de mix social, favorecendo os mais pobres e as minorias através de um “efeito de bairro” promovido por políticas de habitação de mix residencial; o empowerment das associações e de outras organizações locais; a modernização do tecido económico, com a re-dinamização do comércio local e tradicional do bairro e o aumento do emprego e do crescimento económico locais, bem como a melhoria da qualidade de vida urbana em geral (Mendes, 2014, p. 492).

Perante estes argumentos, parece-nos que a gentrificação até é um processo importante para valorizar a imagem das cidades. Porém, e agora no caso de Portugal, quando as políticas públicas urbanas são implementadas, pelo menos nos últimos anos, têm-se verificado mecanismos

contraditórios de expulsão e reapropriação, condenando as pessoas a uma marginalidade socioespacial em áreas periféricas e à “morte” do comércio local e tradicional que não conseguem ter acesso aos imóveis requalificados devido ao aumento do seu preço (Barbosa & Lopes, 2019; Mendes, 2014).

Relativamente ao segundo grupo, os críticos da gentrificação, os autores que mais se têm destacado são Neil Smith, David Harvey, Loretta Lees, fazendo esta discussão no âmbito das políticas urbanas “ao serviço da ideologia neoliberal e da produção de uma cidade revanchista” (Mendes, 2014, p.492). Apesar de identificarem alguns aspetos positivos da gentrificação, estes autores defendem que este processo está ao serviço de uma ideologia neoliberal, do poder instituído e do investimento público, alimentando equívocos no que diz respeito às supostas intenções iniciais de reabilitação e integração/fixação de população de menor estatuto socioeconómico que habitava nesses espaços (Ibidem, p. 491).

Por fim, e relativamente ao texto de Barbosa e Lopes (2019), consideramos que a teoria crítica urbana, embora não seja assumida, está muito presente no trabalho de investigação realizado.

3. Abordagem teórica e roteiros metodológicos

Fontura (2012) no seu artigo assume que analisou a obra “O Direito à Cidade” e o trabalho desenvolvido por Henri Lefebvre mobilizando a sua lente de sociólogo e de como olha a vida urbana e as cidades atuais. Para além desta análise, o autor também foi dialogando com outras obras de Lefebvre destacando sempre os contributos das mesmas para a discussão e ao mesmo tempo para a pro-

dução do conhecimento sobre o espaço urbano. No que diz respeito a uma metodologia específica não foi referido pelo autor a mobilização da mesma.

Mendes (2014) no seu trabalho mobiliza a abordagem crítica de Neil Smith no sentido de apreender como é que a inter-relação entre o desenvolvimento capitalista e a produção social do espaço urbano é mediada pelo processo de gentrificação e pelas políticas de reabilitação urbana. Na perspetiva de Smith (1979, referido por Mendes, 2014), o processo de gentrificação pode ser resultado de um desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano “integrando-se no processo de acumulação de capital, fazendo-o derivar (...) do movimento de circulação de capital nas áreas urbanas, tendo em conta a desvalorização que sofre o solo urbano, diante do rendimento que um novo investimento poderia ter.” (p. 493). É no início deste processo, com o abandono e degradação do espaço central urbano, que são criadas as condições futuras de valorização e de negócio imobiliário, tornando estes espaços atrativos para o investimento público e privado, resultando mais valias “da diferença entre a atual renda capitalizada diante do presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central” (Mendes, 2014, p.493), sendo este o argumento principal da tese do *rent gap* defendida por Neil Smith (1987). Relativamente à metodologia, Mendes (2014) segue uma abordagem hipotético-dedutiva, partindo de postulados e conceitos já estabelecidos na literatura que consultou. Para além disso, realizou a análise de conteúdo dos vários programas de reabilitação urbana que se foram sucedendo nos últimos 40 anos em Portugal. Porém, considera que este trabalho

tem limitações, uma vez que não foram analisados casos empíricos concretos.

Já Barbosa e Lopes (2019) no seu estudo partem dos terceiros espaços, uma vez que lhes permite interpretar a cidade muito para além de um urbanismo de formas fixas. Para estes autores, na ótica destes terceiros espaços os espaços públicos ganham uma centralidade, já que “pela sua intersticialidade, possuem a potencialidade de desafiar os usos monolíticos, estandardizados e comercializados do urbanismo liberal, quer na sua vertente especializada, elitista e modernistas, quer nas feições populistas de teor pós-moderno, quer ainda nas declarações monumentais, dirigistas e barrocas” (p.12). É neste sentido que estes espaços são a materialização da esfera pública, sendo espaços socialmente tensos, segmentados por diferenças, desigualdades e disputas. Seguindo uma metodologia sustentada na sociologia e na etnografia visual, os autores utilizaram uma sociologia andante para a recolha de dados, em que “andar” é “uma forma de imersão e exploração da cidade que possibilita captar e interpretar os seus sinais” (p.11). Neste processo, os autores assumiram o papel de *flâneur* (investigador da cidade) com a intenção de “ouvir” o que as “paredes” lhes diziam sobre a crise da habitação e a gentrificação. Esta deambulação pela cidade do Porto foi realizada durante nove meses (entre abril e dezembro de 2019), tendo sido recolhidas, através da fotografia, uma centena de manifestações visuais insurgentes, localizadas em vários locais da cidade e realizadas com diferentes meios (stencil, autocolante, marcador, spray, tinta, entre outros). Para a análise dos dados recolhidos, os autores tentaram interpretar qual o emissor, o recetor e a mensagem de cada uma das manifestações visuais.

4. Conclusões dos textos analisados

Retomando agora as questões que apresentámos na introdução, e depois da nossa deambulação pelos três textos, iremos dar resposta a cada uma das questões formuladas:

- i) “Qual o contributo da obra de Henri Lefebvre para o conhecimento das cidades atuais?”

A partir da análise realizada por Fortuna (2012) é evidente que Lefebvre foi um dos autores que contribuiu para o conhecimento sobre o mundo urbano contemporâneo, uma vez que aprofundou o conceito de urbano e abriu o campo científico e político à imaginação e à utopia em busca da cidade possível. Para além disso, veio também demonstrar que a questão urbana se constitui no cerne da questão social, em que o espaço pode ser analisado a partir de uma dialética marxista, a partir “da relação entre a “base” - desenvolvimento do capitalismo e a “super-estrutura” - construção da sociedade e culturas urbanas” (Fortuna, 2012, s.p.). Por fim, e sendo um académico marxista, teve também um papel importante na (re) construção da Sociologia Urbana Europeia e na construção da teoria crítica urbana.

- ii) Qual o papel que as políticas de reabilitação urbana no centro histórico das cidades portuguesas têm na facilitação de processos de gentrificação?

Na análise realizada às políticas de reabilitação urbana, Mendes (2014) evidencia que nas últimas três décadas do século passado, o Estado apresentava preocupações sociais nestas políticas, uma vez que a reabilitação urbana e a conservação dos edifícios era realizada, geralmente, de acordo

com os interesses das populações que já residiam nos bairros do centro da cidade, sendo um entrave a processos de gentrificação.

Porém, a partir do início do século XXI, as políticas de reabilitação urbana começam a pautar-se por um quadro de referência neoliberal, tendo uma orientação para o mercado e para os consumidores em detrimento das classes mais desfavorecidas, abrindo espaço a mecanismos de expulsão e reapropriação nestes territórios. Nesta linha, Mendes (2014) considera que a política de reabilitação urbana em Portugal “tem enquadrado uma ação por parte dos agentes económicos e de produção do espaço, e convencido a sociedade civil em geral e, em particular, a população residente nos bairros populares da cidade centro, das mais-valias da conservação do edificado pelo mercado e pelo setor privado (...) em defesa dos interesses dos grupos privilegiados” (p. 506). Contudo, considera que nestes argumentos não estão explícitos argumentos do ponto de vista social, que poderão ocorrer através de processos de gentrificação. Podemos assim dizer, que as políticas urbanas em Portugal, criadas desde o início do século XXI, têm facilitado processos de gentrificação.

- iii) Que visões da cidade são expressas pelas contra narrativas em relação à turistificação, gentrificação e fachadismo cultural?

A análise realizado por Barbosa e Lopes (2019) permitiu-lhes identificar, ainda que os registos sejam anónimos, que os autores das inscrições não estão circunscritos a uma classe social nem a uma faixa etária, espelhando a heterogeneidade de pessoas que lutam pelo direito à habitação

na cidade do Porto. No caso das mensagens, identificaram que as mesmas espelham quatro críticas em relação:

- i) à turistificação e à inversão de prioridades - ao fluxo excessivo de turistas e do comércio para este público em detrimento das necessidades da população em relação à habitação;
- ii) à perda de identidade e essência portuense - perda da identidade pela intensificação do turismo;
- iii) aos despejos e à segregação socioespacial - a “pressão” que é realizada junto das pessoas que vivem no centro da cidade;
- iv) à corrupção e especulação (com menor peso em relação às outras críticas) - que se sobrepõe às pessoas a favor do jogo viciado, da ganância e dos lucros.

Os autores também consideram que os “muros do Porto trouxeram para a praça pública o debate sobre o direito à habitação e o direito à cidade” (Barbosa & Lopes, 2019, p.25) através de mensagens, que são uma manifestação de cidadania, com vista a desordenar, ressignificar e desafiar a visão de cidade capitalista. Estas manifestações visuais são consideradas pelos autores como uma poderosa ferramenta de protesto político através de mensagens de ironia e humor, de emoção e empatia e de provocação e intimidação. Deste modo, os autores defendem que para se descodificar a cidade é crucial que se saiba “ler e escutar os seus muros.” (*Idem, Ibidem, p.27*).

5. O papel da Economia Solidária no direito à Cidade: a “luta” contra os processos de gentrificação e a defesa pelo direito à habitação

Consideramos que este tema do Direito à Cidade é muito premente nos dias de hoje, uma vez que os processos de requalificação urbana, não só dos centros das cidades, mas das próprias periferias podem promover processos de gentrificação, levando a que as pessoas de classes mais desfavorecidas não possam continuar a habitar nestes espaços porque não têm capacidade financeira para o fazer. Neste sentido, defendemos que a Economia Solidária “como as atividades económicas que se referencial pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, como se verá, o que implica uma perspetiva sistémica e não meramente social) ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2010, p.15), pode ser uma alternativa ao modo como as relações se estabelecem no sistema capitalista. Perante isto, e tendo em conta que a requalificação dos espaços urbanos tem promovido processos de gentrificação, que estão ao serviço de uma ideologia neoliberal, iremos apresentar algumas experiências que poderão ser um exemplo de como a Economia Solidária pode ter um papel importante nestes processos.

O movimento *Okupa*¹ surgiu na Europa nos anos 60 com o objetivo de ocupar edifícios abandonados e transformá-los em centros de resistência cultural. Na década de 1980 concretizaram-se milhares de ocupações através deste movimento, com o intuito de criar oficinas, rádios clandestinas, livrarias, bares e até escritório de apoio jurídico. Este movimento cresceu de tal forma em Berlim que muitos dos edifícios que foram ocupados integram

roteiros turísticos, sendo atrações turísticas para os que visitam a cidade, como é o exemplo do Kunsthaus Tacheles (Figura 1).

Figura 1 - Kunsthaus Tacheles - Edifício ocupado por artistas independentes que ali fizeram nascer uma comunidade artística



Fonte: Banco de imagens Shutterstock

Em Portugal este movimento não tem tanta expressão como em outros países da Europa, como é o caso de Espanha, Alemanha e Holanda, mas ainda assim, existem relatos de algumas iniciativas. Em 2011 na cidade do Porto o movimento ocupou a antiga escola primária do Alto da Fontinha, tendo criado o Espaço Coletivo Autogestionado (Es. Col.A) onde eram oferecidas oficinas abertas e várias atividades culturais, no entanto, passado algum tempo foram obrigados a sair do edifício. Um ano mais tarde, em Lisboa, na Rua de São Lázaro, junto às urgências do Hospital de

São José, um grupo de pessoas ocupou um prédio camarário vazio, com o objetivo de criar um centro comunitário virado para a cultura da cidade, onde pretendiam contestar as regras habitacionais de Lisboa e suas injustiças, ao mesmo tempo que trabalhavam competências de empregabilidade nos que participavam nesta iniciativa. Em janeiro de 2018 um outro grupo foi despejado de um prédio que tinha ocupado em Arroios como forma de protesto pela especulação imobiliária e o direito à habitação nas cidades.

As Cooperativas Habitacionais do Uruguai são um outro exemplo, tendo surgido durante os anos 1970 como uma alternativa à política de estímulo à construção habitacional em massa. Este movimento cooperativo foi responsável pela produção de moradias sem depender da iniciativa privada e sem sobrecarregar o orçamento nacional. Atualmente existem no Uruguai mais de 500 cooperativas habitacionais de assistência mútua e que abrange cerca de 100.000 pessoas.

Na América do Norte, a Comunidade Milton Parc² situada no centro de Montreal, é mais uma experiência no âmbito da Economia Solidária que desde os anos 60 tem tido um papel importante na defesa do direito à habitação e contra processos de gentrificação. Esta comunidade organizou-se em cooperativas pelo facto de uma empresa querer adquirir todas as casas neste espaço urbano para construir o maior complexo residencial de Montreal. Perante esta situação, os moradores mobilizaram-se e lutaram contra este projeto. Aliado a este movimento, o surgimento de uma crise económica, que levou a empresa à falência, e ter existido um momento político favorável, originou a que o projeto não avançasse. O governo, comprometido com as questões sociais, criou uma operação de crédito que incluía: a compra

dos imóveis, a restauração das casas e a constituição dos grupos de cooperativas. Estas cooperativas tiveram e têm um papel importante no direito à habitação porque passaram a arrendar as moradias para os associados, realizando concessões de subvenções para as famílias sem condições de pagar o arrendamento, promovendo, desta forma, a diversidade socioeconómica dos residentes da comunidade.

Em Portugal, apresentamos duas experiências desenvolvidas no Bairro da Mouraria em Lisboa, uma pela Associação Renovar a Mouraria³ (ARM) e outra pelo grupo “As Gaulesas da Mouraria”. A Associação Renovar a Mouraria, foi criada em março de 2008 por um grupo de moradores que considerou urgente a intervenção das autoridades responsáveis e da sociedade civil no território do bairro da Mouraria. O ativismo está no ADN da Renovar a Mouraria considerando que a mesma surgiu de uma petição que pedia à Câmara Municipal de Lisboa a intervenção urgente na Mouraria, há 13 anos atrás. Nos anos recentes tem estado associada às causas que afetam, direta ou indiretamente, o território onde atuam: gentrificação, acesso à habitação, sustentabilidade ambiental, direitos das pessoas migrantes e refugiadas. Em 2019 a Associação integrou o coletivo Morar em Lisboa, um movimento bastante ativo na temática do acesso à habitação. Também integrou o coletivo jardim Martim Moniz que reivindica uma zona verde para a praça em detrimento do projeto comercial anunciado. No que diz respeito às Gaulesas da Mouraria⁴, este é um grupo informal constituído por três mulheres, que em 2016 encetaram uma luta contra a venda do seu prédio, tendo conseguido que as 16 famílias que habitavam no prédio não tivessem que ser despejadas. Atualmente ajudam os habitantes da Mouraria a lutar para manter as suas casas contra os despejos.

Estas experiências permitem-nos acreditar que é possível criar um caminho diferente da economia capitalista, no entanto, temos consciência que é um percurso de luta, resiliência, cooperação e de solidariedade na defesa da habitação para TODOS!

NOTAS

¹ <https://www.dn.pt/1864/do-vazio-nasceu-a-cultura-do-movimentos-okupa-11146492.html>

² <http://www.miltonparc.org/un-podcast-pour-le-30e-anniversaire-de-la-cmp/>

³ Informação retirada de https://drive.google.com/file/d/1NSskPI4_P34HQscb0iYDJYNmFReQvTSI/view

⁴ <https://amensagem.pt/2021/02/21/gaulesas-defendem-mouraria-especulacao-imobiliaria-lisboa/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R.R. (2010). A Economia Solidária da Macaronésia – Um novo conceito. *Revista da Economia Solidária*, 1, 11-30.

Barbosa, I. e Lopes, J.T. (2019). Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito à habitação no Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXXVIII, 6-29.

Brenner, N. (2010). O que é a teoria crítica urbana?. *Revista Eletrónica e-metropolis*, 3, ano 1, 20-28.

Fortuna, C. (2012). O Direito à Cidade: Uma apresentação. In H. Lefebvre, *O Direito à Cidade*. Livraria Letra Livre.

Mendes, L. (2013). A regeneração urbana na política das cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.5, 1, 33-45.

Mendes, L. (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cad. Metrop.*, v.16, 32, 487-511.

Mendes, L. (2015). As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica. *Revista Cidades. Leitura sobre as Cidades*, v.12, 20, 207-253.

Smith, N. (1987). Gentrification and rent gap. *Annals of Association of American Geographers*, v. 77, 3, 462-465

**CAMPANHA DE ELIMINAÇÃO
DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

**ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES
AINDA SE FALA NISSO?**

Catarina Pacheco Borges

ACEESA – Associação
Centro de Estudos de
Economia Solidaria,
entidade que visa **dar**
respostas sociais,
que contribuam
para a efetivação
dos direitos sociais
dos cidadãos e cidadãs,
mais uma vez,
junta-se à campanha
lançada pela ONU,
para os 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA
VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES, a convite da
UMAR – AÇORES.

Associamo-nos às vozes incomodadas, de muitas instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, movimento de mulheres, academia, comunicação social, pessoas, no propósito internacional para pensar e agir estrategicamente pelo FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E RAPARIGAS.

Demonstrado e aferido está, que a VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES é uma consequência insociável de uma ordem social que teima em subalternizar as mulheres em dimensões da vida pública e privada e constituindo obstáculos para a concretização de uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades.

A violência de género, e em particular a **violência exercida contra as mulheres**, tem vindo a ser reconhecida internacionalmente como uma grave violação dos direitos humanos. Uma forma de discriminação contra as mulheres que manifesta-se em “todos os atos de violência baseada no género que resultem, em danos ou sofrimento de natureza física, sexual, psicológica ou económica, incluindo a ameaça do cometimento de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer na vida pública quer na vida privada”.

É sabido, que a prevenção e o combate a este flagelo, em todas as suas formas e em todas as idades, ainda é um trabalho em progresso. Ainda se julga a violência doméstica como um crime que afeta homens e mulheres, mas não como violência de género que afeta sobretudo as mulheres. A violência contra as mulheres em todas as suas formas permanece **invisível e, portanto, subestimada**. Ainda não atingimos a igualdade nem tão pouco debelamos esse, crime de natureza pública.

Ainda estamos em progresso...

Em Portugal, as participações de crime de violência doméstica têm vindo a crescer nos últimos anos, agudizadas pelo contexto de pandemia de COVID 19, a que já lhe chamaram de PANDEMIA SOMBRA pelo impacto exacerbado sobre as mulheres...

Neste país, só em 2019, foram feitas 29 743 denúncias às forças de segurança. Em 2020, morreram 20 mulheres, vítimas de violência doméstica. Desde 2004 já foram assassinadas 564 mulheres. Estes crimes ainda são pouco denunciados, pelo que estes são apenas evidências da ponta do icebergue.

Números que nos devem desacomodar! Então sejamos todos/as capazes com vozes críticas de promover a mudança social e o empoderamento das mulheres para um reconhecimento internacional no sentido de eliminar “discriminação sistémica” baseada no género como um elemento chave na prevenção.

Que se assuma que a violência contra as mulheres não pode ser a contínua manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens privando as mulheres do seu pleno progresso e se aniquile as posições de subordinação em relação aos homens, que nas sociedades “patriarcas e machistas” prevalecem.

Não podemos mudar de assunto enquanto não houver mais pessoas ativamente envolvidas e mais interventivas, enquanto não se falar diariamente nos contextos escolares, familiares, nas comunidades, no campo da justiça, e com a insistência de políticas públicas numa ação mais interventiva cujo foco seja a capacitação mais ativa e não a revitização das vítimas.

AINDA SE FALA NISSO ATÉ QUANDO?

Normas Editoriais
Editing Rules

Normas Editoriais

Artigos

Todos os textos propostos para publicação devem seguir as normas constantes deste documento e serão objeto dos processos de apreciação e de decisão do Conselho de Redação. Deverá remeter com o seu artigo e uma nota biográfica (máximo de 500 caracteres) e o seu contato de @ ou alternativa. Os artigos serão sempre acompanhados por um resumo em português (de preferência também em inglês) e não pode exceder 900 caracteres. No resumo deve figurar o título do artigo, um conjunto de palavras-chave, em número não superior a 5. Os artigos não devem ultrapassar os 5000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível. Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados obrigatoriamente, no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137 – R/C
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

As citações devem aparecer entre aspas baixas («e») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

PENVENNE, Jeanne Marie, (1995). *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista – ou local de edição e editora da obra –, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

SMITH, Alan K., (1973). «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Recensões

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima descritas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam). Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

Publicações eletrónicas

No caso de publicações eletrónicas é necessário indicar também a data da última consulta à página e o respetivo URL, no seguinte formato:

Emily Thomson (2009), «Do Ends Justify Means? Feminist Economics Perspectives of the Business Case for Gender Equality in the UK Labour Market», *e-cadernos ces*, 5, 118-133. Consultado a 02.12.2011, em: http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E_%20Thomson%2002_12.pdf.

Editing Rules

Articles

All texts proposed for publication should follow the norms contained in this document and will be the subject of consideration and decision processes of the Editorial Board. You should send a biographical note (maximum 500 characters) and your contact mail or an alternative.

Items will be always accompanied by a summary in Portuguese (preferably also in English) and cannot exceed 900 characters. The abstract must appear the title of the article, a set of key words in not more than 5 numbers. Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the next must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

**Centro de Estudos de Economia
Solidária do Atlântico**

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

Quotations should appear between low commas («and») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should be listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, (1995). *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973.

«The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Reviews

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included). The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.

Electronic publications

In the case of electronic publications it needs to specify the date of the last visit the page and its URL in the following format: Emily Thomson (2009),

«Do Ends Justify Means? Feminist Economics Perspectives of the Business Case for Gender Equality in the UK Labour Market», e-cadernos ces, 5, 118-133. Access 02.12.2011, em: http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E_%20Thomson%2002_12.pdf

ACEESA

A Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico tem reconhecimento jurídico desde 1 de junho de 2006, como uma associação que se inclui no ramo do setor da solidariedade social, consignado no estatuto das Instituições de Particulares de Solidariedade Social com interesse público para a Região Açores.

INSCRIÇÃO ATIVIDADES

As atividades inscrevem-se **no C.A.E. Principal 72200** Investigação e desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas, e com a inscrição no C.A.E. Secundário com o nº 58140 - Edição de Revistas e de Outras Publicações periódicas.

MISSÃO

Visa dar respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e das cidadãs.

VISÃO

A ACEESA está focada em ser uma entidade de Referência na área da Investigação, Formação, divulgação e de ser promotora de reflexão das muitas dimensões da Economia Solidária da Região Autónoma dos Açores, com envolvimento das regiões da Macaronésia e outras partes do Mundo.

VALORES

Rege-se pelos valores da Ética, do Respeito, da Responsabilidade, do Rigor, da Cooperação e da Solidariedade.

ATIVIDADES ESTATUTÁRIA

As atividades centram-se estrategicamente na produção de conhecimento sobre a Economia Solidária e os domínios correlacionados: Economia Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Democracia Participativa, Igualdade de Oportunidades, Igualdade de Género, Políticas de Coesão, Finanças Alternativas bem como no debate e divulgação desse mesmo conhecimento, através de ações:

Realizar eventos regionais, nacionais e internacionais dedicados à Economia Solidária, ao Desenvolvimento Social e Local e à Empregabilidade para a Integração Social;

Dinamizar em plataformas digitais com recursos de apoio ao estudo, conhecimento e desenvolvimento da área da Economia Solidária que interligue os Açores às regiões da Macaronésia e aos países na orla do Atlântico do continente Europeu, África e Américas do Norte e do Sul e resto do mundo;

Implementar e executar metodologias de formação através do sistema modular e da formação, com cursos e pós-graduações sobre a intervenção social, economia solidária e gestão integrada do social e económico;

Apoiar e colaborar tecnicamente em estudos de organismos oficiais e particulares que lhe sejam solicitados;

Candidatar, promover, e executar projetos no âmbito regional, nacional, comunitário e Internacional, enquadrados no âmbito da intervenção científica da associação;

Promover a edição e/ou divulgação e comercialização de publicações e outros produtos e serviços relacionados com a atividade da Associação.

Fomentar e dinamizar o intercâmbio das boas práticas com a disseminação da investigação-ação em matéria de Economia Solidária, Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social, Igualdade de Oportunidades e a Promoção da Igualdade de Género, entre outras matérias, com as dinâmicas da execução de projetos a candidatar e a executar e no estabelecimento de parcerias com organizações para a prossecução de objetivos comuns;

Incitar e promover e formar discussão e a reflexão sobre os desafios da sociedade contemporânea valorizando os direitos humanos, em áreas como a luta contra a pobreza, a discriminação e as desigualdades sociais, entre outras.

Organizar e cooperar em iniciativas que visem a informação e a formação profissional, nas áreas da economia social e solidária.

Para a realização do seu fim, a ACEESA pode ainda desenvolver outras atividades e prestar serviços a terceiros, ainda que a título acessório, com o intuito de financiar as suas atividades principais.



ESTA REVISTA É DETENTORA DO SELO CORES

O Selo CORES foi criado pela Cresaçor. É uma garantia, para os consumidores, que os princípios da Economia Solidária estiveram na base da criação dos produtos/ serviços que detêm esta marca. Deter este Selo significa que na base do produto ou serviço o valor da produção tem como fim o interesse comum e não o lucro e que a intervenção social é realizada de maneira diferente, apostando na capacitação e desenvolvimento pessoal e sócio profissional das pessoas.

www.cores.pt

www.cresacor.pt